



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JISLAYNE FIDELIS FELINTO

**ENSINO SUPERIOR PRIVADO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUE
INGRESSARAM POR POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES E
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI.**

JOÃO PESSOA - PB

2019

JISLAYNE FIDELIS FELINTO

**ENSINO SUPERIOR PRIVADO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUE
INGRESSARAM POR POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES E
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação na Universidade Federal da Paraíba para
obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edineide Jezine Mesquita
Araújo

JOÃO PESSOA - PB

2019

JISLAYNE FIDELIS FELINTO

**ENSINO SUPERIOR PRIVADO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUE
INGRESSARAM POR POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES E
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE na
Universidade Federal da Paraíba – UFPB em 26 de fevereiro de 2019 com conceito aprovado
(a).

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Edineide Jezine Mesquita Araújo
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Uyguciara Veloso Castelo Branco
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
- Universidade Federal da Paraíba
Examinador (a) Externo (a)

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Xavier Batista
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador (a) Externo (a)

Ficha catalográfica

F315e Felinto, Jislayne Fidelis.

ENSINO SUPERIOR PRIVADO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM POR POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL ? FIES E PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS ? PROUNI. / Jislayne Fidelis Felinto. - João Pessoa, 2020.

140 f. : il.

Orientação: ENSINO SUPERIOR PRIVADO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM POR POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL ? FIES E PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS ? PROUNI FELINTO.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. ensino superior privado; permanência. I. FELINTO, ENSINO SUPERIOR PRIVADO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES QUE INGRESSARAM POR POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL ? FIES E PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS ? PROUNI. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Estou imersa em um sonho que foi construído durante a fase acadêmica, e qualquer palavra reduziria um grandioso sentimento que me toma. Sentimento, esse, compartilhado com pessoas que me rodeiam e que estavam ao meu lado, nessa inacabada construção. Por isso, que declaro de suma importância prestar os devidos agradecimentos aos amigos, familiares, parceiros e irmãos que contribuíram e, que vêm contribuindo, direto ou indiretamente na minha formação.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus. Sua soberania me proporcionou fé, amor, esperança e fôlego de vida, para buscar coragem e disciplina de estudos. A família por acompanhar, financiar e apoiar em diversificadas esferas quer seja emocional ou ético, em todo processo formativo.

Aos amigos, que foram especiais nesse momento, na qual sou grata pela ajuda e pelas várias trocas de conhecimentos construídas ao longo da caminhada acadêmica.

À minha orientadora Edineide Jezine, por sua paciência, orientação e confiança, que junto, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade – GEPESS me proporcionou uma satisfação imensurável em pesquisar.

Por fim, agradeço a CAPES que me contemplou com uma bolsa de estudos, possibilitando, assim, o custeio para as minhas despesas acadêmicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 01: Pesquisa exploratória.....	21
Ilustração 02: Desenho metodológico.....	23
Ilustração 03: Escala.....	31
Ilustração 04: Políticas de acesso.....	43
Ilustração 05: Conceito sobre permanência.....	62
Ilustração 06: As estratégias para buscar ascensão social.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de instituições de ensino superior no Brasil por Natureza e Dependência administrativa, segundo a Unidade da Federação – 1995.....	38
Tabela 02: Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2002.....	39
Tabela 03: Variação percentual entre o planejado no Reuni em 2007 e os montantes alcançados até 2012.....	41
Tabela 04: Contratos FIES por renda familiar 2010-2017.....	48
Tabela 05: Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI 2005 a 2017.....	51
Tabela 06: Número de instituições de ensino superior, por organização acadêmica e localização (capital e interior), segundo unidade de federação e a categoria administrativa da IES, de 2000 a 2017.....	53
Tabela 07 - Evolução das matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica e Localização (capital e interior) – (2000 - 2017).....	54
Tabela 08: Quantitativo de teses e dissertações que empregava no título a palavra permanência na educação superior (2004 – 2017).....	57
Tabela 09: quantitativo dos alunos que ingressam na instituição: Geral/ FIES/ PROUNI.....	59
Tabela 10: quantitativo de alunos que ingressaram e concluíram na instituição por cursos de bacharelado do FIES.....	70
Tabela 11: quantitativo de alunos que ingressaram e concluíram na instituição por cursos tecnológico do FIES.....	71
Tabela 12: quantitativo de alunos que ingressaram e concluíram na instituição por cursos de bacharelado do PROUNI.....	71
Tabela 13: quantitativo de alunos que ingressaram e concluíram na instituição por cursos tecnológico do PROUNI.....	72
Tabela 14: A escolha do curso: para alunos beneficiados pelo FIES em uma instituição privada- frequência	86
Tabela 15: A escolha do curso: para alunos beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada- frequência.....	87
Tabela 16: Permanência nos cursos: para alunos beneficiados pelo FIES em uma instituição privada- frequência.....	89

Tabela 17: Permanência nos cursos: para alunos beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada- frequência.....	91
Tabela 18: Estrutura: para alunos beneficiados pelo FIES em uma instituição privada- frequência.....	92
Tabela 19: Estrutura: para alunos beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada- frequência.....	93
Tabela 20: Programas acadêmicos: para alunos beneficiados pelo FIES em uma instituição privada- frequência.....	94
Tabela 21: Programas acadêmicos: para alunos beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada- frequência.....	96
Tabela 22: Programas de assistências: para alunos beneficiados pelo FIES em uma instituição privada- frequência.....	98
Tabela 23: Programas de assistências: para alunos beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada- frequência.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Cursos da instituição de ensino superior privado.....	24
Quadro 02: Dimensões e proposições da Escala para Avaliação da Permanência Discente.....	29
Quadro 03: Taxa de juros do FIES – 2006 a 2010.....	45
Quadro 04: Dificuldades de permanência/estratégias e as condições de permanecer.....	61
Quadro 05: Síntese dos resultados da pesquisa.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Financiamento Concebido.....	49
Gráfico 02: Gênero.....	73
Gráfico03: Cor/raça.....	75
Gráfico 04: Tipo de escola do ensino médio.....	76
Gráfico 05: Renda familiar.....	77
Gráfico 06: Nível de instrução da mãe.....	78
Gráfico 07: Nível de instrução do pai.....	79
Gráfico 08: trabalho remunerado.....	80
Gráfico 09: Cursinho pré-vestibular.....	81
Gráfico 10: Dificuldade de ingressar na educação superior.....	82
Gráfico 11: Tipos de programas acadêmicos.....	83
Gráfico 12: Programa de assistência.....	84

LISTA DE SIGLAS

- BID** - Banco Internacional de Desenvolvimento
- CAIXA** - Caixa Econômica Federal
- CAPES**- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- EAD** - Educação à Distância
- ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio
- FGEDUC** - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
- FHC** - Fernando Henrique Cardoso
- FIES** - Financiamento Estudantil
- FMI** - Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional
- GEPES** - Grupo De Estudos e Pesquisa em Educação Superior E Sociedade
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- MIRV** - Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas
- NTI** - Tecnologia da Informação
- NUPS** - Núcleo de Apoio Psicopedagógico
- PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PIBIC** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
- PNAES**- Programa Nacional de Assistência Estudantil
- PNE** - Plano Nacional de Educação
- PROLICEN**- Programas Acadêmicos de Licenciatura
- PROUNI** - Programa Universidade Para Todos
- REUNI**- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SISU** - Sistema de Seleção Unificado
- UAB** - Universidade Aberta do Brasil
- UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

A pesquisa se insere no contexto da reforma do Estado que modificou as estruturas educacionais nos anos 1990, tendo, como ponto de partida, a LDB/96 que flexibilizou a institucionalização do ensino superior privado, que, em conjunto com as políticas FIES e PROUNI, viabilizaram o processo de expansão com vista na democratização do acesso. Tal fenômeno permitiu o ingresso de estudantes com renda familiar, entre 1 (um) salário-mínimo à 2 (três) salários-mínimos, no ensino superior privado, no qual denominamos de grupos sociais desfavorecidos economicamente. Nesse sentido, buscamos investigar, quais os fatores que contribuíram na permanência de estudantes que ingressaram por políticas sociais FIES e PROUNI na instituição de ensino superior privado, tendo em vista, que as condições socioeconômicas podem ser um fator que inviabiliza a permanência? Para isso, buscamos analisar a permanência dos beneficiados pelas políticas FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na Cidade de João Pessoa, com intuito de identificar os fatores preponderantes que influenciaram na permanência desses estudantes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória que culminou com a técnica de análise do tipo descritiva e interpretativa, na busca de avaliar os fatores que favoreceram na permanência dos estudantes concluintes de uma instituição privada na cidade de João Pessoa - PB, sob o uso do instrumento intitulado “Escala de Avaliação da Permanência” (NAKAMURA; CASTELO BRANCO; JEZINE, 2016). Os dados foram analisados sob o enfoque teórico de Bourdieu (1998) que apresenta um diálogo que busca respostas viáveis sobre a compreensão de campos sociais, aqui compreendidas como espaço institucional de ensino superior privado, que possui uma estrutura estabelecida, e ao mesmo tempo, é mediadora da reprodução social, que tende a interiorizar comportamentos (*Habitus*) que revelam a imparcialidade, na adoção de um discurso dominante (agentes de alto capital, econômico, cultural e social), e que nos permitem compreender a categoria de análise, permanência, em uma relação entre educação e sociedade. Contudo, a partir dos dados analisados por esta pesquisa, concluiu-se que os fatores de permanência não dependem das ações assistenciais disponibilizadas pelo governo ou instituição, e tampouco da ajuda familiar, e sim, do peso representativo (simbólico) que o sujeito atribui ao título e ao peso material, como a dupla função social, de trabalhador e estudante, estrutura física da instituição e dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: ensino superior privado; permanência, grupos sociais economicamente desfavorecidos.

ABSTRACT

The research falls within the scope of the State reform that changed the educational structures in the 90s, having, as a starting point, the LDB/96 which flexibilized the private higher education institution alisation, that, together with FIES and PROUNI policies, made possible the expansion process towards the democratisation of access. This phenomenon allowed the entry of students with family income between 1 (one) to 3 (three) minimum wage, in private higher education, which are called economically disadvantaged groups. To this end, we searched to investigate the factors that contributed for the permanence of studentes who entered by FIES and PROUNI social policies in the private higher education, with a view that the socioeconomic conditions can be a fator which does not allow the permanence? For this, we searched to analyse the permanence of rhe FIES and PROUNI policies beneficiaries in a private higher education institution at João Pessoa, aiming to identify the major factors that influenced these student permanence. It's an exploratory qualitative research that culminated with a descriptive and interpretive analysis technique, searching to evaluate the factors that encouraged the private higher education institution former students permanence at João Pessoa - PB, through the use of the instrument entitled "Permanence Evaluation Scale" (NAKAMURA; CASTELO BRANCO; JEZINE, 2016). The data were analyzed on the theoretical focus of Bourdieu (1998) that presents a dialogue that searches viable answers about social fields understanding, here appreciated as a private higher education institution space, that has got an agreed structure, anda t the same time, is mediator of social reproduction, which tends to assimilate behaviours (Habitus) which reveal the impartiality, in the adoption of a dominant speech (high economical, cultural and social capital agents), which allow to understand the analysis category, permanence, in a relationship between aducation and society. However, from this research analysed data, it is concluded that the permanence factors don't depend of the assisting actions provide by the government or institution, nor the family help, but of the representative significance (symbolic) that the subject attributes to the title and material significance, as a dual societal role , of worker and student, physical institution structure, among others.

KEY-WORDS: private higher education; permanence, economically disadvantaged social groups.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CAMINHOS DA PESQUISA.....	21
2.1	Tipo de pesquisa.....	21
2.2	Lócus da Pesquisa.....	24
2.3	Aplicação do Instrumento: Escala para Avaliação da Permanência Discente.....	28
3	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O PROCESSO DE EXPANSÃO DO SETOR PRIVADO.....	32
3.1	Redefinição do papel do Estado nos anos de 1990 e os impactos na Educação Superior no Brasil.	35
3.2	Políticas de Educação Superior no Brasil entre o público e privado nos anos 2000.....	39
3.3	Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.....	45
3.4	Programa Universidade para Todos – (PROUNI)	50
3.5	As implicações das políticas de educação superior no Brasil frente ao processo de expansão e à democratização do acesso.....	52
4	APROXIMAÇÃO COM A CATEGORIA QUE ESTRUTURA A PESQUISA: PERMANÊNCIA.....	56
4.1	Compreendendo o conceito de permanência na educação superior a partir do levantamento bibliográfico de teses e dissertações pelo banco de dados da CAPES.....	56
4.2	Compreendendo a categoria de análise permanência sob o ponto de vista teórico.	62
5	OS FATORES DE PERMANÊNCIA DOS BENEFICIADOS COM AS POLÍTICAS FIES E PROUNI EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO.....	68
5.1	A permanência dos estudantes FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa - PB.....	68
5.2	Perfil socioeconômico dos participantes.....	73
5.3	Dados do estudante no que antecede o ingresso no ensino superior e a permanência no ensino superior, no que diz respeito o acesso em programas acadêmicos e assistenciais na instituição.....	80
5.4	Os fatores de permanência dos participantes.....	85
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICE.....	113
	ANEXO.....	130

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo, a permanência dos estudantes¹ que ingressaram por políticas sociais, intitulado de Financiamento Estudantil - FIES e Programa Universidade para Todos - PROUNI, em uma instituição de ensino superior privado, na cidade de João Pessoa. O interesse por essa temática surgiu a partir das minhas experiências acadêmicas, iniciadas no Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, no ano 2010²; como integrante do Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação Superior e Sociedade (GEPESS), que, por sua vez, integra a Rede de pesquisa Universitas/BR³, no ano de 2013. E também como bolsista dos Programas Acadêmicos de Licenciatura (PROLICEN)⁴, no ano de 2013, e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)⁵, no período de 2014 a 2015.

O objeto de estudo desta pesquisa, foi sendo construído de forma gradativa, ganhando forma quando me integrei ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e Sociedade - GEPESS, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Edineide Jezine, que investiga as políticas de educação superior, com foco no acesso e permanência de estudantes em cursos superiores.

O GEPESS abriu caminhos para minha participação em três projetos de pesquisas, sendo eles: “Inclusão, Equidade e Excelência Acadêmica no Curso de Pedagogia da UFPB: Análise do Perfil, Motivações e Condições de Permanência dos Ingressantes”, no ano de 2013, pelo PROLICEN; “Políticas de Educação superior: os desafios da permanência de alunos com histórico de exclusão no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba”, no ano de 2014, pelo programa PIBIC; e por fim, “Políticas de Educação Superior:

¹Para esse trabalho, a denominação usada para os alunos que ingressaram pelas políticas FIES e PROUNI será grupos sociais desfavorecidos economicamente, por se tratarem de estudantes que possuem a renda familiar com valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio), que são critérios de seleção estabelecidos pelas referidas políticas.

²O curso nasce de uma necessidade, ou melhor, de uma lacuna evidenciada nos dados sobre a taxa de analfabetismo que é acentuada na zona rural. Nesse sentido, o curso busca trazer uma concepção, não só política, mas crítica e transformadora, a partir de estratégias pedagógicas que valoriza a cultura dos povos do campo, como também, gerar revolucionários que resistem e enfrentam as injustiças sociais.

³A Rede Universitas/Br congrega um grupo de pesquisadores de várias universidades brasileiras que visam avaliar todas as produções científicas da temática Educação Superior em nível nacional. A rede tem como coordenadora Profa. Dra. Deise Mancebo e conta com a participação das Universidades: UFRGS, UFMG, UFPR, UFRJ, UCP, UFF, UERJ, UFSCAR, UNIMEP, UNIFESP, UFAL, UFPB, UFPA, UFMT, UFG, UCDB, USP, UFRRJ, FURB e UFMS. O site do Universitas encontra-se disponível em <http://www.redeuniversitas.com.br/p/nucleos_23.html> Acesso: 04/12/2019

⁴Visa à melhoria dos cursos de licenciatura por meio da formação continuada dos professores das escolas públicas da Paraíba.

⁵Surge para integrar estudantes regularmente matriculado na UFPB, tendo em vista o acesso ao conhecimento científico e a cultura.

os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba”, no ano de 2015, pelo PIBIC.

A pesquisa do PROLICEN, no ano 2013, objetivou analisar o perfil socioeconômico dos ingressos no Curso de Pedagogia, no período 2008 a 2012, e as motivações que levaram os alunos a optarem pelo curso de Pedagogia, tendo como elemento contextual as políticas de acesso à Educação Superior, adotadas no Brasil, precisamente pós a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96. Como resultado de pesquisa, destaca-se que os alunos do curso de Pedagogia da UFPB pertenciam aos grupos sociais desfavorecidos economicamente, e optaram pelo curso por identificação pessoal, no entanto, havia consciência que era um curso desprestigiado socialmente. E, mesmo assim, muitos dos alunos não tinham receio em dizerem que cursavam Pedagogia, e desejavam exercer a carreira docente.

Os avanços, deste estudo, remetiam ao projeto PIBIC, no ano de 2014, em que o fenômeno permanência passou a ser categoria de análise. O projeto buscou reconhecer o perfil socioeconômico dos alunos que ingressavam na UFPB, e constatou que, entre os anos de 2008 a 2013, houve a entrada de grupos sociais desfavorecidos economicamente em um quantitativo expressivo, em consequência das políticas de cotas (Lei nº 12.711/2012)⁶.

Nesse sentido, a pesquisa caminhou para a seguinte indagação: como a UFPB buscou desenvolver políticas de inclusão frente ao processo de democratização? Em resposta, obtivemos como resultado, que a instituição (UFPB) vem consolidando políticas de permanência em dimensões assistenciais, acadêmicas e infraestruturais. Entretanto, a pesquisa PIBIC de 2015 identificou que as políticas (assistencial, acadêmica e infraestrutural) não vêm sendo ofertadas de forma equilibrada, considerando a grande demanda de alunos que precisavam dos benefícios. Portanto, foi concluído que as políticas adotadas pela UFPB se encontravam incipientes para a inclusão de estudantes em condições econômicas desfavoráveis.

O envolvimento com a temática de educação superior nas pesquisas e estudos desenvolvidos no âmbito dos Programas Acadêmicos (PROLICEN e PIBIC) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e Sociedade (GPESS) possibilitou a construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob o título “Acesso e Permanência e a Educação Superior: a relação entre as condições sociais e a permanência dos ingressos no curso de

⁶Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em 22/01/2019.

Pedagogia – Área de Aprofundamento na Educação do Campo, na Universidade Federal da Paraíba - (UFPB)”.

O TCC do Curso de Pedagogia teve como objetivo analisar a relação entre o perfil socioeconômico e as condições sociais para a permanência/conclusão dos ingressos no curso de Pedagogia – Área de Aprofundamento da Educação do Campo, na Universidade Federal da Paraíba - (UFPB). Os resultados obtidos constataram que as políticas da UFPB, como os programas acadêmicos e as ações assistências influenciaram a continuidade dos alunos na graduação, estabelecendo acolhimento institucional, em virtude do financiamento para o custeio das despesas existentes e do envolvimento com a pesquisa e extensão.

Nesse sentido, o trabalho de mestrado buscou verificar como essa realidade (permanência) se apresenta no setor privado. Para isso, norteamos a pesquisa com a seguinte indagação: quais os fatores que contribuíram na permanência de estudantes que ingressaram por políticas sociais FIES e PROUNI na instituição de ensino superior privado? Tendo em vista, que as condições sociais e econômicas pode ser um fator que inviabiliza a permanência. Para isso, buscamos analisar a permanência dos beneficiados pelas políticas FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na Cidade de João Pessoa, com intuito de identificar os fatores preponderantes que influenciaram na permanência desses estudantes.

Para tal fim, elencamos como objetivos específicos: reconhecer as políticas que favoreceram o ingresso de grupos sociais desfavorecidos economicamente em cursos de ensino superior privado, a partir dos cenários sociais, econômicos e políticos; identificar os estudantes que ingressaram por meio das políticas de financiamento do FIES e do PROUNI, em uma instituição de ensino superior privado, em João Pessoa – PB; e, por fim, analisar a permanência de sujeitos beneficiados por políticas sociais FIES e PROUNI, na busca de indicadores que favoreceram a sua manutenção na instituição.

Considerando o contexto do ensino superior privado, que, em virtude da reforma do Estado, com influência neoliberal, a educação, em especial, a educação superior passou por um processo de resignificação por atribuí-lhe um caráter mercadológico em decorrência da expansão exacerbada do setor privado. Expansão essa, que foi impulsionada pela LDB/96, especificamente, no Artigo 45 que legisla a oferta de cursos de ensino superior, que pode ser ministrado pelos setores público e privado, que, em conjunto com as políticas FIES, regulamentado pela Lei nº 10.260/2001, e PROUNI, criado pela Lei 11.096/2005 viabilizaram o processo de expansão com vista na democratização do acesso. Embora, tais políticas: FIES

e PROUNI se assemelhem pelo caráter social⁷, motivando a inclusão de grupos sociais desfavorecidos economicamente na educação superior, se distanciam por possuírem lógicas distintas. Enquanto o FIES trata-se de um fundo de financiamento de natureza contábil, que financia estudantes, para ingressar em cursos superiores no setor privado, e após a conclusão do curso, o estudante começa a pagar o valor financiado, o PROUNI é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), sem valor reembolsável.

As políticas regulamentadoras (LDB/96) coadunadas com as políticas sociais de financiamento e inclusão social, tais como o FIES e PROUNI, emergem sob o discurso da democratização do acesso ao ensino superior, principalmente de grupos sociais economicamente desfavorecidos, mas também da sustentabilidade do mercado educacional.

Segundo Sguissardi (2014), Ristoff (2012) e Amaral (2003) ressaltam que a LDB/96 possibilitou a oficialização do ensino superior privado no país, permitindo aos empresários da educação o investimento nesse setor, sendo rentável para o processo de potencialização do capital nacional e estrangeiro. Como apregoa Sguissardi (2013) trata-se da “oligopolização” das megaempresas que detém um número expressivo de instituições, matrículas e cursos.

Os efeitos das políticas: FIES e PROUNI vem sendo visualizadas nas pesquisas de Sguissardi (2013) que destaca o crescente número dos beneficiados entre o ano de 2010 a 2013, constando que no ano de 2010 houve 4.736.000 matriculados e, destes, foram beneficiados 10,7% com políticas FIES e PROUNI. Já no ano de 2011 foi contabilizado 4.966.000 matriculados e 13,9% foram estudantes com políticas FIES e PROUNI. No que diz respeito ao ano de 2012, de 5.140.000 matriculados, 21% foram beneficiados pelas referidas políticas. E por fim, em 2013 foram verificados 5.345.000 matriculados e desses 31% beneficiados. Cabe ressaltar, que o efeito maior na soma do quantitativo das políticas se deu por meio do FIES. Os dados dos beneficiados com as políticas sociais revelaram que, a cada ano, se torna crescente a presença de grupos sociais desfavorecidos economicamente, em instituições privadas, na medida em que cresce o número de matriculados.

Embora os processos de expansão e de democratização revelem evolução, ainda estão distantes de sua real consolidação, segundo Martins (2017). Contudo, pode-se compreender que mesmo com as controversas sobre a expansão e o processo de democratização do acesso, as políticas sociais como PROUNI e FIES significaram uma

⁷ As políticas sociais são políticas públicas que buscam atender, principalmente a população de menor renda da sociedade, tendo em vista a minimização das desigualdades educacionais e sociais.

possibilidade de ingresso dos grupos desfavorecidos economicamente na educação superior, mesmo dada à crítica e à insuficiência de tais políticas.

É nesse sentido, que a relevância da pesquisa toma notoriedade por problematizar e identificar realidades de grupos sociais desfavorecidos economicamente, na busca de indicadores referente à possível superação das barreiras excludentes no interior das instituições de ensino superior, com intuito de possibilitar a criação de estratégias governamentais e institucionais para incluir esses grupos.

Conforme o que foi discutido, sobre o surgimento da pesquisa, problema, objetivos e justificativa, busca-se estruturar a pesquisa em cinco capítulos. No primeiro, foi considerado como introdutório porque buscou apresentar a construção gradativa do objeto de estudo, levando em consideração o percurso acadêmico trilhado ao longo da graduação e dos projetos de pesquisa. Com base nas pesquisas realizadas na graduação, levantou-se a pergunta problema que norteou todo o estudo, e com intuito de ser respondida, foram elencados objetivos. Também foi apresentado à justificativa que revelou a importância da pesquisa no âmbito governamental e institucional.

O segundo capítulo apresentou o caminho da pesquisa que foi dividido da seguinte forma: O primeiro tópico intitulado Tipo de pesquisa indicou que se trata de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório porque buscou aproximação com o problema instigado, por meio de uma pesquisa de campo. Nesse sentido, também foi apresentado que a técnica utilizada para analisar os dados obtidos foi a descritiva por possibilitar visualizar o real, tal como é, sendo, também, interpretativa porque permitiu ir além, na utilização de correlações com teorias para compreender os achados.

Segundo tópico intitulado Lócus da pesquisa, explicitou a estrutura organizacional de uma instituição de ensino superior privado, na cidade de João Pessoa com fins lucrativos, em que o nome não foi mencionado por questões éticas. Por fim, o item intitulado Aplicação do Instrumento, denominado de Escala de Avaliação da Permanência Discente (NAKAMURA; CASTELO BRANCO; JEZINE, 2016), aplicado no segundo período de 2017, com objetivo de analisar a permanência dos beneficiados pelas políticas FIES e PROUNI, com intuito de identificar os fatores preponderantes.

O terceiro capítulo, intitulado “Política de educação superior no Brasil e o Processo de expansão do setor privado”, buscou fazer uma discussão teórica, na qual perpassou no cenário em que se processou o projeto econômico e político neoliberal que redefiniu o papel do Estado, nos anos 1990. Considerando as mudanças econômicas e políticas, o capítulo também destacou a ressignificação da educação brasileira, em especial, a

educação superior, por meio da LDB/96, que viabilizou a flexibilidade institucional com viés neoliberal. Também discuti sobre o fenômeno da expansão da educação superior e o processo de democratização do acesso, por meio das políticas FIES e PROUNI e dentre outras, com ressalva nas contradições entre o ingresso de grupos sociais desfavorecidos economicamente na educação superior, intermediado pelas políticas referidas, e a educação mercadológica.

O quarto capítulo buscou compreender a categoria de análise intitulada de permanência sob duas abordagens: A primeira foi considerando as teses e dissertações, pesquisadas pelo banco de dados da CAPES, tendo em vista a compreensão do conceito. Já a segunda mostrou uma discussão teórica de Bourdieu (1998) Brocco; Zago (2014) e Bergier; Xypas (2013) Lahire (2004), que explicitou a dinâmica social em que a categoria se inseria.

O quinto capítulo denominado: “os fatores de permanência dos beneficiados com as políticas FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa - PB” se dividiu em quatro tópicos: O Primeiro buscou identificar o número de ingresso e a dinâmica da permanência, considerando a temporalidade estipulada por cada curso que a instituição oferecia. O segundo tópico apresentou o perfil socioeconômico, tendo em vista a identificação da posição social que os estudantes ocupavam dentro do espaço institucional. Nesse sentido, foram elencadas as seguintes variáveis: sexo, cor/raça, estado civil, tipo de escola do ensino médio, renda familiar, situação ocupacional do pai e da mãe e a instrução do pai e mãe. O terceiro buscou identificar dados do estudante no que antecede o ingresso no ensino superior, com variáveis do tipo: Cursinho Pré-Vestibular e Dificuldade no ingresso. Também, procurou compreender a permanência, no que refere o acesso do estudante em programas acadêmicos e assistenciais na instituição. Por fim, os fatores de permanência dos participantes através da escala Likert, que revela o nível de concordância do participante por meio de uma medição de opinião, entre favorável e desfavorável.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

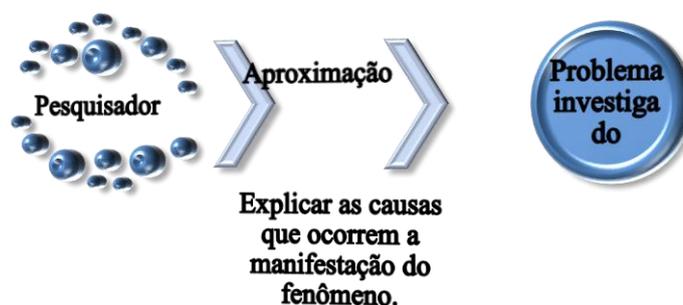
2.1 Tipo de pesquisa

Para esse estudo, adotou-se uma pesquisa qualitativa, porque buscou compreender os fenômenos sociais, descrever a complexidade, analisar as interações e classificar o processo dinâmico de um determinado grupo, dentro da particularidade complexa, que, nesse caso, foram os estudantes beneficiados por políticas FIES e PROUNI, em uma instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa (RICHARDSON, 1999).

De acordo com Stake (2011) a pesquisa qualitativa é subjetiva e pessoal, porque desvela os fenômenos, considerando o ponto de vista do sujeito. Em linhas gerais, observa-se que o estudo qualitativo, varia de lugar e tempo, mas possibilita caminhos variados que podem ser trilhado. É, nesse sentido, que identificamos nesse estudo uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória.

A pesquisa exploratória busca explorar, compreendendo os sujeitos que experienciaram um determinado fenômeno, permitindo que o pesquisador, a partir da familiarização/aproximação com o problema, amplie os horizontes, tornando mais claro o problema investigado. De acordo com Silveira (2009, p. 35), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Ilustração 01: Pesquisa exploratória



Construído pela autora

Nesse sentido, esta pesquisa toma uma dimensão qualitativa do tipo exploratória, por buscar explicações viáveis, tendo em vista aproximação com o problema investigado, que

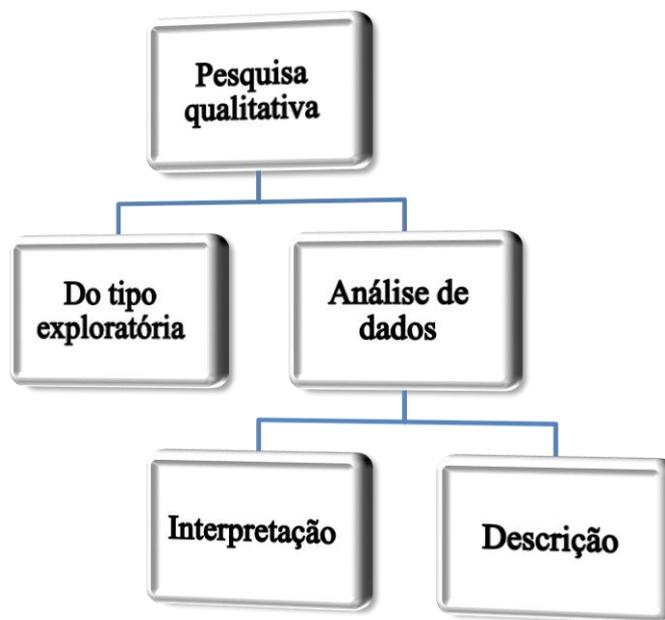
indaga a seguinte questão: quais os fatores que contribuíram na permanência de estudantes que ingressaram por políticas sociais (FIES e PROUNI) na instituição de ensino superior privado? Para responder, aplicamos para os sujeitos que conseguiram permanecer, uma Escala para Avaliação da Permanência Discente, construída por Nakumura, Castelo Branco, Jezine (2016), em uma instituição de ensino superior privada com fins lucrativos. Essa escala permite compreender os fatores de permanência, explicitado por um conjunto de variáveis que possibilita identificar os motivos pelos quais os estudantes conseguiram permanecer.

Para análise dos dados coletados, utilizou a interpretação, esta que se apoia na descrição para buscar significados mais consistentes dos dados apurados, tendo como aporte teórico metodológico Bourdieu (1998; 1996). A descrição é o caminho para revelar as causas e os efeitos do fenômeno, dado de forma completa, precisa e equilibrada. Segundo Martins (2002), descrever significa determinar com precisão conceitual e rigorosa a essência genérica dos acontecimentos.

A descrição possibilita visualizar o real, da forma como se mostra, mas a interpretação permite ir além. A interpretação é a forma em que o pesquisador consegue ampliar os conhecimentos sobre o fenômeno, fazendo correlação com outros conhecimentos, como diz Marcone; Lakato (2016, p. 152)

É a atividade intelectual que procura dar significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema.

Portanto, trabalharemos nesse seguimento descritivo e interpretativo como forma para analisar os dados. Com objetivo de tornar mais compressível o percurso metodológico desta pesquisa, buscaremos, na ilustração abaixo, apresentar o desenho metodológico.

Ilustração 02: Desenho metodológico

Construído pela autora

Como mostra a ilustração, a pesquisa possui uma estrutura agregando um sentido, que contempla o tipo de pesquisa, cuja finalidade é se aproximar do problema, por meio de duas etapas: tipo de instrumento e o tipo de análise dos dados.

A pesquisa também é de caráter bibliográfico porque buscou fazer um levantamento de teses e dissertações pelo banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES com objetivo de apreender o conceito de permanência que se revela como categoria de análise desta pesquisa.

Por fim, ao considerar a estrutura metodológica desta pesquisa, cabe salientar, que, aplicabilidade se dará através de um campo social, traduzida aqui, como uma instituição de ensino superior privado, com fins lucrativos na cidade de João Pessoa. Sobre isso, no próximo tópico apresentará a referida instituição, que não será apresentado o nome para não acarretar em danos matérias, por se tratar de uma pesquisa de caráter crítico.

2.2 Locus da Pesquisa

Investigamos inicialmente uma instituição de ensino superior privado, com fins lucrativos, considerada uma das maiores e antigas da Cidade João Pessoa – PB⁸ e integrante do processo unívoco de Educação Profissional/Pesquisa/Extensão. A instituição escolhida possui uma estrutura que agrega dois formatos de cursos, tais como: tecnológico, com 9 cursos, e bacharelado, com 14 cursos. Como mostra o quadro abaixo.

Quadro 01: Cursos da instituição de ensino superior privado

Bacharelado	Tecnológico
Administração	Design de Interiores
Arquitetura e Urbanismo	Estética e Cosmética
Ciências Contábeis	Gestão Comercial
Direito	Gestão de Recursos Humanos
Educação Física	Gestão de Tecnologia Da Informação
Enfermagem	Gestão Financeira
Engenharia Civil	Produção Publicitária
Engenharia de Produção	Redes de Computadores
Fisioterapia	Sistemas para Internet
Nutrição	
Odontologia	
Psicologia	
Publicidade e Propaganda	
Sistemas da Informação	

Fonte: Retirado do Catálogo Institucional (2017)

A instituição é credenciada pelo MEC e surgiu em 12 de junho de 1994, próximo ao período em que a Constituição de 1988 possibilitou à educação a iniciativa privada. A instituição escolhida acompanhava os adventos do projeto educacional, norteando suas ações para expansão, democratização do acesso, formação tecnológica etc. Ações essas, que comungava das metas estabelecidas do Plano Nacional de Educação 2001- 2010:

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para , pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos [...] 3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as

⁸Por motivo de segurança, o nome desta instituição será preservado, uma vez que esta pesquisa é um estudo crítico que analisará dados que podem comprometer a imagem da instituição, acarretando em possíveis danos matérias. Portanto, manteremos o sigilo no que tange ao nome da referida instituição.

diferentes regiões do País [...] 10. Diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientelas com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral. [...] 13. Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.” (CATÁLOGO INSTITUCIONAL, 2017, p. 10).

Para atender às finalidades, a instituição buscou na estrutura organizacional os seguintes princípios:

- Unidade de administração, supervisão e controle;
- Estruturação orgânica, com base em colegiados, diretorias, coordenadorias e chefias de setores ou serviços, integrados de maneira hierárquica e sistêmica, subordinados à Administração Superior;
- Unidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, como atividades indissociáveis, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- Flexibilidade de métodos e critérios de ensino, com especial atenção para a manutenção de elevado padrão de qualidade e de adequação às necessidades da região e do país;
- Processo permanente de avaliação de suas atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão, com vistas a corrigir distorções e elevar, cada vez mais, o nível de qualidade e a eficácia do seu desempenho didático-científico e social.

O intuito é oferecer à população paraibana e às cidades circunvizinhas, serviços educacionais de nível superior, como também, uma estrutura organizacional que contribuísse para permanência. Nesse sentido, podemos destacar com base no Catálogo Institucional (2017) a seguinte estrutura:

Órgão do Colegiado

– Estrutura do Conselho Deliberativo

Trata-se de um órgão máximo da administração institucional.

– Estrutura do Conselho Didático-Científico

Responsável pelo ensino, pesquisa e extensão em termo consultivo e deliberativo.

- Estrutura do Colegiado de Curso:

Sua função foi direcionada para fixar diretrizes de execução, de acompanhamento, de avaliação curricular, decidir sobre procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do curso, opinar sobre pedidos de aproveitamento de estudos e dentre outros.

- Núcleo de Docentes

É composto por cinco docentes que exerçam liderança acadêmica, principalmente no desenvolvimento das atividades do curso.

Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

- Secretaria Geral

A Secretaria Geral trata-se de um apoio técnico-administrativo da Administração Superior da instituição e sua gerência é composta por um Secretário Geral

Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

Esse órgão busca dá apoio no aprimoramento à expansão do ensino, pesquisa e extensão, e assessorar no funcionamento a execução dessas atividades.

- Secretaria dos Cursos

A Secretaria trata do órgão central de registro, controle, cadastro e documentação dos estudantes matriculados nos cursos, e também apoio administrativo nas atividades acadêmicas.

- Biblioteca

A Biblioteca busca fornecer materiais como livros, revistas, documentação técnico - científica e multi-meios como apoio ao ensino e pesquisa.

- Núcleo de Tecnologia da Informação

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) busca dá suporte aos cursos da instituição, para que os professores possam ministrar aulas práticas de informática, como também, formação profissional dos estudantes.

Para complementar, a instituição adotou um órgão de apoio às atividades acadêmicas. De acordo com catalogo institucional (2017), o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NuPs) buscou atender ao discente, auxiliar coordenadores, professores e estudantes, contemplando informações sobre o curso, sistema de avaliação e promoção, e a execução de programas de ensino, calendário escolar, aulas, provas e demais atividades pedagógicas.

A instituição oferece ao estudante serviços na área psicopedagógica e de orientação ao trabalho, com vista à preparação para mercado de trabalho, bem como: primeiro emprego, entrevistas, apresentação de projetos e organização do seu próprio empreendimento.

Considerando os pontos colocados acima, ressalta-se que o funcionamento da instituição ocorreu por um conjunto de aparato legal que sintetiza um pensamento caracterizado pelas normas e regras, com objetivo de formar um todo harmônico. Trata-se das diretrizes que materializam a missão, por isso que a instituição buscou estabelecer políticas do tipo: regimento interno, regulamentos e resoluções, com objetivo de possibilitar um bom funcionamento.

É tanto que o funcionamento, considerando o todo, gerou no estudante satisfação, visto na pesquisa da CPA de 2010 a 2012. (CATÁLOGO INSTITUCIONAL, 2017). Contudo, entende-se que o *locus* da presente pesquisa possui uma estrutura organizacional que favorece o estudante, no sentido, do mesmo, encontrar-se satisfeito. Considerando o contexto apresentado, esta instituição, foi à escolhida para realizar a pesquisa, e para isso, foi aplicado a Escala de Avaliação da Permanência Discente, que será vista no próximo tópico.

2.3 Aplicação do Instrumento: Escala para Avaliação da Permanência Discente

Foi solicitado à instituição o quantitativo de ingressos pelo FIES e PROUNI, no período entre 2013.1 a 2017.2, com intuito de identificar os estudantes que estavam concluindo no tempo certo em 2017.2, sob um cálculo que considera o ano de ingresso de 2013.1 a 2016.1 intermediado pela duração de cada curso, que variou entre cinco, quatro, três e dois anos.

Nesse sentido, o cálculo foi realizado da seguinte forma: se o estudante estava concluindo no ano de 2017.2 e na instituição existiam cursos de cinco anos, traduziu-se que o ano de ingresso foi em 2013.1. Nos cursos de quatro anos, o ano de ingresso foi em 2014.1, considerando que o ano de conclusão foi em 2017.2. A mesma lógica foi utilizada em cursos de dois ou três anos.

Sendo assim, os dados liberados pela instituição resultaram no quantitativo de estudantes que ingressaram nos anos 2013.1 a 2016.1 por políticas FIES e PROUNI, atentando ao universo de 3.350 estudantes.⁹ Desses (3.350), 187 concluíram no tempo certo seus respectivos cursos, e 167 eram os concluintes do turno noite.

Com base nos dados apresentados, foi delimitado o público- alvo desta pesquisa, considerando os 167 estudantes que conseguiram permanecer no tempo certo do turno da noite. A primeira triagem resultou nos cursos da noite porque apresentavam um quantitativo expressivo de estudantes contemplados por políticas FIES e PROUNI, distribuídos da seguinte forma:

- FIES: bacharelado – 07 estudantes de Administração, 32 de Direito, 28 de Educação Física, 19 de Enfermagem, 05 de Publicidade e Propaganda e 03 de Sistema de Informação.
- FIES: tecnológico – 22 de Estética e Cosmética, 01 de Gestão Comercial, 01 de Gestão Financeira, 02 Produção Publicitária e 03 Sistema para Internet.
- PROUNI: Bacharelado: 03 estudantes de Administração, 04 Ciência Contábeis, 3 de Direito, 04 de Educação Física, e 01 de Sistema de Informação.
- PROUNI: Tecnológico – 03 de Design de Interiores, 08 de Estética e Cosmética, 07 de Gestão Comercial, 04 Gestão de Recursos Humanos, 02 Gestão Financeira, 02 Produção Publicitária e 03 Sistema para Internet.

⁹ Esse cálculo foi realizado considerando o número de estudantes que ingressaram por FIES e PROUNI nos anos que corresponde à duração de cada curso, dentre 2013.1 a 2016.1.

Com os dados obtidos pela instituição sobre a distribuição por curso dos estudantes oriundos do FIES e do PROUNI, objetivou-se identificar o público-alvo, tendo em vista a aplicação da “Escala para Avaliação da Permanência Discente” desenvolvida pelo Grupo de Educação Superior e Sociedade/UFPB, com objetivo de medir a permanência dos discentes da educação superior visando à mensuração das opiniões e atitudes. (NAKAMURA; CASTELO BRANCO; JEZINE, 2016).

A escala se estruturou em três formatos: a primeira aderiu ao questionário com perguntas fechadas que contemplavam variáveis sobre o perfil socioeconômico, tais como: sexo, cor/raça, estado civil, nível de ensino do estudante, renda familiar, ocupação e instrução do pai e mãe etc. O segundo são as variáveis referentes à instituição, que foram modificadas segundo a realidade desta instituição¹⁰, e também, variáveis que revelam dados do estudante, no que antecede o ingresso no ensino superior. O terceiro formato buscou avaliar o grau de crença e descrença do estudante sob um conjunto de dimensões que se conectavam com variadas proposições, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 02: Dimensões e proposições da Escala para Avaliação da Permanência Discente

Externa ou convicção prévia	Permanência	Estrutura	Programas acadêmicos	Programas assistências
Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar	Eu pretendo continuar matriculado no curso.	As salas de aula são confortáveis	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para qualificação profissional	Os programas de assistência estudantil são amplamente divulgados.
Eu escolhi o curso porque me identifico com o curso.	Eu continuo no curso porque a família ajuda.	Os laboratórios são bem equipados e confortáveis	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para produção acadêmica	É fácil e simples candidatar-se a um programa de assistência.
Eu escolhi o curso	Eu continuo no curso porque	Sempre encontro o que	Minha participação no	Os recursos fornecidos pelos

¹⁰ As mudanças encontram-se nos anexos.

porque me prepara para o mercado de trabalho	estou num programa acadêmico de bolsas de estudo.	preciso nas bibliotecas da instituição	programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para formação crítico social	programas são eficientes.
Eu escolhi o curso porque me proporciona prestígio social	Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil.		Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para dar continuidade nos estudos	
Eu estou no curso que sempre desejei cursar	Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional		O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é o valor da bolsa de estudos.	
	Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.		O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a orientação inadequada.	
	Os professores do curso motivam o estudante a permanecer e concluir o curso.		O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a complexidade no desenvolvimento da pesquisa.	
	De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso.		O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a carga horária	



Fonte: Escala de avaliação da Permanência dos Discentes - Nakamura; Castelo Branco; Jezine (2016).

A referida escala teve como base a escala Likert, que se apropria de métodos que quantifica a subjetividade do indivíduo, sob um conjunto de proposições que revela o nível de concordância do participante por meio de uma medição de opinião, entre favorável e desfavorável (SANCHES; MEIRELES E SORDI, 2011). Exemplo:

Ilustração 03: Escala



A ilustração 03 exemplifica o grau de crença e descrença, representado pelo número 01 como totalmente favorável, 02, parcialmente favorável, 03, parcialmente desfavorável, e 04, totalmente desfavorável. A lógica buscou suprimir a neutralidade e possibilitar aos participantes um posicionamento frente às proposições dadas na escala. Após identificar o público-alvo, e adaptar o instrumento de pesquisa, buscou aplicar a escala, e para isso, foi necessário fazer uma segunda triagem considerando o seguinte critério:

- Estudantes beneficiados com as políticas FIES e PROUNI;
- Concluindo no tempo certo, precisamente no ano de 2017.2, e
- Cursando o turno noite.

Nesse sentido, foi realizado, no final do ano de 2017, 10 visitas em sala de aula, no mês de dezembro, perguntando aos estudantes quem se encaixava nos critérios referidos. Cabe ressaltar os percalços encontrados, isso porque o período da aplicação do questionário não foi favorável, era final de curso e ano, com isso, muitos estudantes estavam atarefados e não se encontravam em sala, mas conseguimos aplicar com número de estudantes considerável para análise.

Após aplicação do questionário e obtidas às respostas da escala, foi realizado à tabulação dos dados pelo programa *Statistical Package for the Social Science (SPSS)*,

apresentada em representações gráficas, tabelas e quadros, que somou em 39 participantes, distribuídos da seguinte forma:

- 04 de Administração, 03 Ciência Contábeis, 02 Design Interiores, 10 Direito, 05 Educação Física, 04 Estética e Cosmética, 03 Gestão Comercial, 02 Gestão de Recursos Humanos, 01 Gestão Financeira, 1 Produção Publicitária, 03 Publicidade e Propaganda, e por fim, 01 Sistema de Informação.

A maioria dos participantes que responderam ao questionário foi dos cursos de bacharelado, compreendendo 66,7% que corresponde a 26 estudantes, e dos cursos tecnológicos, com 33,3%, representado por 13 estudantes. Constata-se, também, que 19 estudantes foram beneficiados pela política FIES e 20 pela política PROUNI.

Em continuidade, buscamos no próximo tópico apresentar o cenário em que encontra-se inserido o objeto deste estudo.

3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O PROCESSO DE EXPANSÃO DO SETOR PRIVADO

O presente capítulo busca apresentar o cenário econômico e político em que se processam as políticas de educação superior no Brasil e suas implicações no fenômeno da expansão do setor privado com influência do projeto neoliberal. Nesse sentido, buscaremos situar o contexto do modelo econômico e político neoliberal que norteou as mudanças nas políticas educacionais como um produto mercadológico, com vista no desenvolvimento econômico e produtivista.

Como ponto de partida, compreende-se que a expansão da educação superior se insere no contexto sociopolítico e econômico do projeto neoliberal, sob a lógica do Estado mínimo que, segundo Negrão (1998), Otranto (1999), Amaral (2003) e Nunes (2003), se constituíram como modelo econômico e político, buscando privatizar as empresas e serviços estatais, a fim de diminuir os gastos públicos, eliminando a responsabilidade do Estado em questões que comportam o provimento social.

O projeto neoliberal foi ganhando força nos anos de 1970 no contexto da crise do sistema capitalista de âmbito mundial, que afetou sobremaneira, o campo econômico, político e social, colocando as ideias liberais como o caminho para equiparar a situação alarmante que afetava os países capitalistas. Sobre a crise, Otranto (1999, p. 2) configura como:

a) a crise do financiamento das necessidades básicas da sociedade pelo Estado; b) a crise da produção e da reprodução das condições gerais do capital e financiamento dos ganhos das classes trabalhadoras; c) a crise do capital e de suas taxas de lucro; d) a crise fiscal e a perda do controle monetário das economias dos países, principalmente os do chamado, na época, "Terceiro Mundo". É a crise do fundo público que traz, com ela, a tendência de perda dos direitos sociais e o conseqüente aumento da exclusão.

A crise do capitalismo faz com que o modelo de Estado denominado de Bem-Estar-Social, fortemente instalado na Europa, passasse a ser reestruturado, isso porque, estava sendo visto, como rígido, e que, não acompanhava a evolução do mercado em consequência da incapacidade do fundo público de financiar a acumulação de capital (SILVA, 2011). Amaral (2003) diz que a crise do Bem-Estar-Social afetou o fundo público proveniente dos recursos oriundos da sociedade, alimentado pela cobrança de impostos, contribuições e taxas, com intuito de prover a grande massa com direitos sociais.

Mediante as crises de 1970 e acentuada nos anos de 1980, os países capitalistas, precisavam reconstruir o Estado, modernizando os serviços públicos guiados pela evolução do mercado. Nesse sentido, a proposta caminhava para Estado mínimo, que acompanhasse a evolução tecnológica e as transações econômicas, dada de forma flexível e ultrapassando fronteiras nacionais, assim, como explicita Rocha (s/d, p. 169).

A dinâmica produtiva do capital, como falava Adam Smith e Marx, é uma produção em escala sempre ampliada. Por isso, o sistema capitalista não poderia manter-se como um modelo produtivo reduzido aos limites das fronteiras nacionais. O imperativo capitalista de produzir sempre mais implica a busca de novos mercados, fora dos limites nacionais.

Com Estado flexível, seria possível que o capitalismo sob o modelo econômico neoliberal expandisse através do processo de globalização mediado pela dinâmica multidimensional, interligada às esferas que compõe o nacional e internacional, global e local (SANTOS, 2010). A economia globalizada mundializou as estruturas do capital financeiro elaborando estratégias para solucionar as lacunas da crise, trazendo como pauta as ideias liberais no atendimento ao mercado unificado. Nessa perspectiva, compreende que o modo de produção capitalista é complexo e dinâmico, porque na medida em que ocorrem as crises, renova-se, transforma e expande de forma veloz, contraditória, sendo mais eficaz para o capital, para leis de produção e para o lucro.

O neoliberalismo como um modelo econômico, político e de dimensão mundial se instala e geram processos de territorialização, abrindo fronteiras para o mercado, cultura,

identidades etc. Otranto (1999) expõe que os países capitalistas caminhavam em busca da recomposição do lucro pelo capital, mediante o processo de globalização do mercado - “significa que o capital rompe as fronteiras nacionais e passa a constituir-se num poder global” (OTRANTO, 1999, p. 2). O processo de globalização foi o caminho para internacionalização do capitalismo, que buscou na produção global recompor a economia, chamando atenção para o mercado unificado.

Nunes (2003) pontua cinco processos característicos da globalização, como: sistema de transporte e o desenvolvimento tecnológico da informação; diminuição progressiva do papel do estado na economia e com acumulação do estado nacional; projeção da escala mundial; fenômeno cultural e ideológico, e por fim, domínio do capital financeiro.

Nesse sentido, para traçar as regras da economia globalizada, apoiada no projeto neoliberal, foi necessário que os sete países mais ricos do mundo (G7) expandissem a concepção do mercado unificado, formando blocos econômicos e hegemônicos, que deliberaram propostas para ajustar a nova ordem mundial na década de 1980. Tal deliberação ditou como regras, que ficaram conhecidas pelo Consenso de Washington que passou a estruturar a base da nova política, economia e social em uma dimensão mundial (OTRANTO, 1999).

O Consenso de Washington reuniu entidades de caráter privado, economistas, funcionários do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e dentre outros, com o intuito de reunir perfis de grande influência na econômica mundial, para a elaboração de um grande projeto, a fim de estabelecer regras universais, deliberando ações dos seguintes pontos: disciplina fiscal, focalização em gastos públicos, reforma tributária, deliberação financeira, taxa de câmbio competitiva, liberação do comércio exterior, eliminação de restrições do capital externo, privatização, desregulação e propriedade intelectual (NEGRÃO, 1998).

O Consenso de Washington caminhou para uma relação que estabelecia dependência com os países que quisessem empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI); em troca, teriam que ajustar suas economias com as novas regras. Regras essas que direcionavam todas as áreas de rentabilidade, inclusive área educacional, visto como pontual para o desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, o mercado globalizado gera novas necessidades, e a educação passa a acompanhar, adotando formação profissionalizante com vistas à mão-de-obra qualificada que começa ser exigida frente às ressignificações da relação trabalho e produção.

A educação, em especial a educação superior, por sua vez, passou a ser de interesses internacionais, os qual se pautavam no atendimento às exigências do mercado, sob um jogo de disputa e competitividade. Sendo assim, na contrapartida da educação mercadológica, o atendimento aos grupos sociais desfavorecidos economicamente, adotado pelo discurso da democratização do acesso, a partir do paradoxo entre mercado e a democratização, que passou a permear toda política de educação superior brasileira.

Tais inferências sobre mercado e democratização do acesso à educação superior, foram discutidas na Conferência Mundial de Educação Superior (1998, 2009) e na Declaração de Bolonha (1999) (JEZINE; FARIAS; FELINTO, 2015). Contudo, ressalta que a educação advém como um dos campos estratégicos de extensão hegemônica do Estado nacional, que visou o crescimento econômico e produtivo, tendo como centro de interesse o capital. No caso do Brasil, o mercado na educação superior, foi visualizado no crescimento exacerbado do setor privado com discurso da democratização do acesso que será discutido mais adiante.

3.1 Redefinição do papel do Estado nos anos de 1990 e os impactos na Educação Superior no Brasil

A crise capitalista de âmbito mundial impulsionou o Brasil a reestruturar modelo político econômico desenvolvimentista, e o modelo do Estado Nacional, de caráter autoritário. Mas salienta Batista (2000, p. 24), que a crise teve influências internas e externas. Sobre a interna, a autora destaca, a crise financeira, originada pelo endividamento externo, e a crise política, ocasionada pelo modelo político autoritário. Em relação às questões externas, ressalta-se a crise de acumulação do capital, de âmbito mundial, caracterizada pelo processo de reestruturação do Estado, política e dentre outros.

Com as crises, o Brasil encontrava-se, segundo Júnior e Kugelmas (1991, p. 150) em uma situação preocupante, visto que, entre 1970 e 1975, a receita tributária bruta se situava em torno de 26% do PIB; em 1980 este percentual caía para 24,2% e, em 1985, chegava a 22,1%. Amaral (2003) diz que à crise provocou o aumento no desemprego, privatizações, aumento da violência e desequilíbrio na balança de pagamento. Nesse contexto, Bresser Pereira (1995) acreditava que as estratégias para equiparar a situação alarmante, era o caminho para reforma do Estado flexível de perspectiva neoliberal. Portanto, o Brasil foi incorporando o projeto neoliberal no último período do governo militar, nos anos de 1970, no qual compreendeu em ajustes proferidos pelo FMI, resultando na:

[...] redução de gastos públicos, elevação dos juros, redução de tarifas, de lucratividade e investimentos das empresas públicas ao lado do achatamento do lucro e paralisia dos investimentos privados, redução de salário e queda de emprego industrial (NEGRÃO, 1998, p. 45).

Baumann (2001) relata que, nos anos de 1980, o Brasil iniciava ações de aspecto neoliberal, mas foi nos anos de 1990 que ocorre o estágio mais significativo. Bresser Pereira (1995) diz que a reforma do Estado se tornou tema central, em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que buscava, por um lado, consolidar o ajuste fiscal do Estado brasileiro, e, por outro lado, tinha interesse na existência de um serviço público moderno e profissional.

Foi no período de 1990 que as políticas instituídas pelo Consenso de Washington se solidificaram, impulsionando a reforma do Estado nacional, a partir do novo papel no gerenciamento, no desenvolvimento econômico e social. Com estas solidificações, foi reforçado o projeto político e econômico neoliberal, visando às mudanças na área administrativa do Estado. É nesse sentido, que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, publicado em 1995, passou a restabelecer uma administração, dita como, rígida e ineficiente, denominada Administração Pública Burocrática, para Administração Pública Gerencial, com o discurso da flexibilidade e eficiente.

A redefinição do papel do Estado conduziu para generalização dos processos de privatizações das empresas estatais, e o redirecionamento dos serviços prestados pelo Estado como educação e saúde, que, passaram a ser transferido para o setor privado. A ideia da reforma do Estado era descentralizar os serviços sociais, dentre eles, o setor público não-estatal que se constituiu em entidades, como: escolas, universidades, hospitais, museus etc. Nesse sentido, a educação, principalmente a educação superior torna representante dos interesses do capital internacional, focado no desenvolvimento econômico (Silva JR. SGUISSARDI 2001, p. 2001 apud BRASIL, MARE, 1995).

Foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que intensificou a reforma do sistema educacional, com foco nas privatizações da educação superior. Ao longo desse período ocorreram reformas em várias esferas que foram efetivadas, inclusive, na educação superior, que flexibilizou a expansão do setor privado. Como fruto desses avanços, veio a público, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases Educação (LDB) nº 9.493/96, que teve como objetivo legislar sobre a educação no Brasil, em todos os níveis, detalhando os direitos constitucionais relativos à educação, que foram delimitados na Constituição Federal no final da década de 1980.

Silva JR e Sguissardi (2001, p. 80) dizem que a expansão do capital tende a reorganizar o espaço social da educação segundo sua própria racionalidade. Exemplo disso, é quando a LDB, no Artigo 45, define que a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização.

O Art. 19 da LDB/96 também define a natureza administrativa da IES, tendo como objetivo compreender a ideia do público e do privado classificados nas seguintes categorias administrativas: público, mantido e criado pelo Poder Público, e privado, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Nesse sentido, entende-se que a educação superior no Brasil foi dividida em dois grandes setores, intitulado público e privado.

Em consonância com a LDB/96, o Decreto nº 2.306/1997 revogado pelo Decreto de nº 9.235/2017, Art. 15, define a flexibilidade da organização acadêmica das instituições de ensino superior, classificando-as em: universidades; centros universitários e faculdades.

Em análise, compreende-se que a LDB/96 legitima a ideologia neoliberal na área educacional, adotando princípios norteadores que direcionavam para um novo funcionamento, tendo como base a flexibilidade, competitividade e avaliação. Sobre isso, Silva (2011, p. 94) destaca:

- A Flexibilidade de variados modelos institucionais (universidades, faculdades, instituto etc.), e da oferta de novos cursos de ensino superior, tais como: cursos superiores de tecnologia, sequenciais, mestrado profissionalizante e educação à distância.
- A Competitividade é vista como um fluxo natural consequente das ideias neoliberais. Aqui, as empresas concorrem entre si, na busca de ofertarem o melhor produto, e os clientes (estudantes) passam a competir na busca das melhores oportunidades.
- A Avaliação busca medir a qualidade da mercadoria para os clientes, nesse sentido, tem sido como um mecanismo encontrado para garantir a flexibilidade e a competitividade.

Com efeito, uma das principais medidas para o funcionamento eficaz e lucrativo foi à expansão da educação superior, principalmente, em vias privadas, configurando-se como uma rede lógica, mas também, contraditória, orientada por um conjunto de políticas sociais, de financiamento, e da flexibilidade institucional.

Considerando as mudanças mencionadas na educação superior, cabe ressaltar seus impactos, principalmente no número de instituições, considerando o público e privado. E

sobre isso, na tabela abaixo, mostra o quanto o número de instituições no setor privado, foram crescentes nas Federações de Escolas e Faculdades Integradas, e Estabelecimentos Isolados, no ano de 1995, início do mandato do governo FHC.

Tabela 01: Número de instituições de ensino superior no Brasil por Natureza e Dependência administrativa, segundo a Unidade da Federação – 1995.

Universidades		Federações de Escolas e Faculdades Integradas		Estabelecimentos Isolados	
Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
72	63	10	101	128	520

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Na tabela 01, expõe que o número das Universidades do setor público, atendiam 72 instituições, e, 63 instituições, no setor privado. As Federações de Escolas e Faculdades Integradas revelaram outra realidade, com um número crescente no setor privado, resultando em 101 instituições, que em comparação com as instituições públicas (10 instituições), o privado se sobressai. O mesmo ocorreu em estabelecimentos isolados, em que o privado totalizava 520 instituições, enquanto o público 128.

Já em 2002, no último ano do mandato do governo FHC, constatou-se o impulso do neoliberalismo e da reforma educacional, decorrência do número de unidades de ensino superior privado. O que se pode observar é que a LDB/96 começava a lograr êxito nas suas finalidades, na institucionalização do público e privado, e, diversificando as instituições da educação superior, como: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Escolas e Institutos e Centro de Educação Tecnológica. E os resultados dessas mudanças encontram-se no mercado educacional, visto no crescente número de instituições, sobretudo, em vias privadas, que predomina sob o público.

Tabela 02: Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2002.

Universidades		Centros Universitários		Faculdades Integradas		Faculdades, Escolas e Institutos		Centros de Educação tecnológica	
Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
78	84	3	74	3	102	80	1.160	31	22

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

A tabela, acima, conforme os dados expostos compreendem que a reforma educacional na década de 1990 impulsionou a expansão do ensino superior privado, a partir de implantação da LDB/96. A expansão da educação superior caminhava na perspectiva do projeto neoliberal no contexto da globalização do mercado, guiada pelos organismos multilaterais. Assim são os efeitos da expansão da educação superior nos anos 2000 em que continuam com a lógica do mercado educacional, todavia, com o discurso da democratização do acesso por intermédio de políticas sociais, explicitada no tópico seguinte.

3.2 Políticas de Educação Superior no Brasil entre o público e privado nos anos 2000

Nesse tópico, veremos como a educação superior foi concebida nos anos 2000, com as mudanças socioeducacional implantadas no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 -2010), que viabilizou programas de incentivos ao ensino público, como REUNI e a Lei de Cotas, e ao ensino privado, com o FIES e PROUNI. Sobre as referidas políticas, estas, buscaram atender às questões inerentes à chamada democratização do acesso, por via da expansão do setor público e privado, com intuito de atender às metas estabelecidas na Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovava o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010)¹¹, com objetivo de aumentar as matrículas do ensino superior de jovens que estavam entre 18 e 24 anos de 12% para 30%.

A lógica da expansão e o discurso da democratização do acesso à educação superior no setor público e privado, nos anos 2000, se deram sob aspectos diferenciados, no

¹¹ Criado pela Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10172.htm> Acesso em: 11 nov. 2016.

qual trataremos mais adiante de forma separada, mas a princípio, pode-se proferir que a expansão e a democratização romperam com a estrutura elitista construída ao longo da história da educação superior, oportunizando o acesso a uma população que possuía uma realidade socioeconômica desfavorável, sem o direito à cidadania (SGUISSARDI, 2014).

As mudanças mais impactantes de cunho social passaram a ganhar notoriedade, mais precisamente, após o ano de 2002, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, eleito como o primeiro presidente que veio da classe operária. Esse primeiro mandato ocorreu entre os anos de 2003 – 2006, sendo reeleito em 2006 a 2010, para o seu segundo mandato como Presidente do Brasil. O ex presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, adotava ações, que repercutiam não só no Brasil, mas internacionalmente, como governo que deu acesso às minorias com programas sociais de impacto em todo o território brasileiro, elevando os índices educacionais e dando continuidade às reformas iniciadas nos governos de FHC com a expansão da educação superior.

Contudo, ressalta-se que desde governo FHC e Lula houveram variadas mudanças, mas os de maior impacto foram às estratégias governamentais para expansão da educação superior com vista na democratização no acesso nos anos 2000. Embora seja atribuída tal relevância, cabe salientar, que só é possível compreender as contradições (expansão e democratização do acesso), quando visualizado tal fenômeno nos setores, público e o privado.

Sobre as políticas de expansão de caráter público, precisamente nas universidades federais, consideram-se dois momentos relevantes. Primeiro: intitula-se de Programa Expandir (2003 - 2006) que buscou fortalecer os Campi no interior dos estados brasileiros, e o segundo, REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que emergiu pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril em 2007, com objetivo de reestruturar as universidades, como também, a permanência. O REUNI é fruto de um novo momento evolutivo do ensino e das políticas nacionais que tem como base:

Os desafios do novo século exigem uma urgente, profunda e ampla reestruturação da educação superior que signifique, no contexto democrático atual, um pacto entre governo, instituições de ensino e sociedade, visando a elevação dos níveis de acesso e permanência, e do padrão de qualidade. O país encontra-se em um momento privilegiado para promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da sua universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais. (BRASIL, 2007, p. 09).

O programa se consolidou como umas das principais políticas que efetivou um grande projeto do governo federal para a educação superior, adotando um plano orçamentário, que previa um investimento de 2 bilhões entre 2008 a 2011 para as universidades federais.

O REUNI buscou reestruturar os espaços físicos das universidades federais, tendo em vista a melhoria das condições acadêmicas, bem como: aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos e combate a evasão. Com a implantação do REUNI, nas universidades federais, gerou um efeito em que o número do planejado chegou a ser ultrapassado pelo número alcançado.

Segundo Sguissardi (2014 *apud* Amaral, 2014), as metas para educação superior, instituídas pelo REUNI, ultrapassaram o previsto no ano de 2012, no que diz respeito ao número de cursos de graduação presenciais; número de vagas anuais em cursos de graduação presenciais, número de cursos de mestrado, número de cursos de doutorado, número de matrículas nos cursos de mestrado e número de matrícula nos cursos de doutorado, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 03: Variação percentual entre o planejado no Reuni em 2007 e os montantes alcançados até 2012.

Dimensões	Montantes planejados 2007	Montantes alcançados até 2012
Nº de cursos de graduação presenciais;	3.610	4.707
Nº de vagas anuais em cursos de graduação presenciais,	227.371	242.126
Nº de cursos de mestrado,	1.468	1.648
Nº de cursos de doutorado,	877	939
Nº de matrículas nos cursos de mestrado,	78.753	61.267
Nº de matrícula nos cursos de doutorado	41.359	43.030

Fonte: Sguissardi 2014 *Apud* Amaral (2014)

Visualiza-se, na tabela acima, que o programa REUNI, em termos quantitativos superou o esperado, todavia, é necessário entender suas fragilidades, no que tange ao interior das universidades federais, destacadas por Martins (2017) como contradições, apontando tais problemáticas, como por exemplo, as obras inacabadas, a superlotação das salas de aula, o número insuficiente dos docentes e de técnico-administrativo, dentre outros elementos. Como afirma Martins (2017),

[...] insuficiência de recursos para finalização de obras; falta de prédios e salas de aula para atender os alunos; número insuficiente de técnico-administrativos e docentes; cargas-horárias de trabalho elevadas e em condições insalubres, como salas de aula superlotadas; adoecimento dos docentes, entre outras. (MARTINS, 2017, p. 7).

O projeto REUNI, apesar dos seus pontos positivos e negativos, destacado acima, por si só, não tinha força para gerar a chamada “democratização do acesso”, nesse sentido, uma vez que a demanda era bem superior às metas atingidas, assim, precisava-se inserir políticas de acesso de caráter social, para modular perfil socioeconômico dos alunos, e assim, equiparar os efeitos da desigualdade social, educacional e fortalecer o capital por meio do mercado educacional, gerando a completude do projeto educacional nos anos 2000.

Estas políticas de acesso de perspectiva social se alinharam com os princípios da reforma educacional em uma logicidade entre o público e o privado que tem como ponto de partida o Exame Nacional do Ensino Médio – (ENEM) que tem como função principal avaliar o desempenho dos estudantes do ensino médio sob um caráter unificado. Assim, a partir da nota obtida pelo ENEM, tornou-se possível concorrer a variadas vagas no ensino superior em todo o Brasil, com a garantia de Bolsas ou financiamento estudantil sob alguns critérios estipulados por programas, que veremos mais adiante.

O ENEM se subdividiu em dois momentos, primeiro “antigo ENEM” (1998 a 2008) e o novo ENEM (a partir de 2009). O antigo foi caracterizado por uma prova de estrutura simplificada porque consistia em 5 horas de duração, composta por 63 questões de múltipla escolha e uma redação dissertativa.

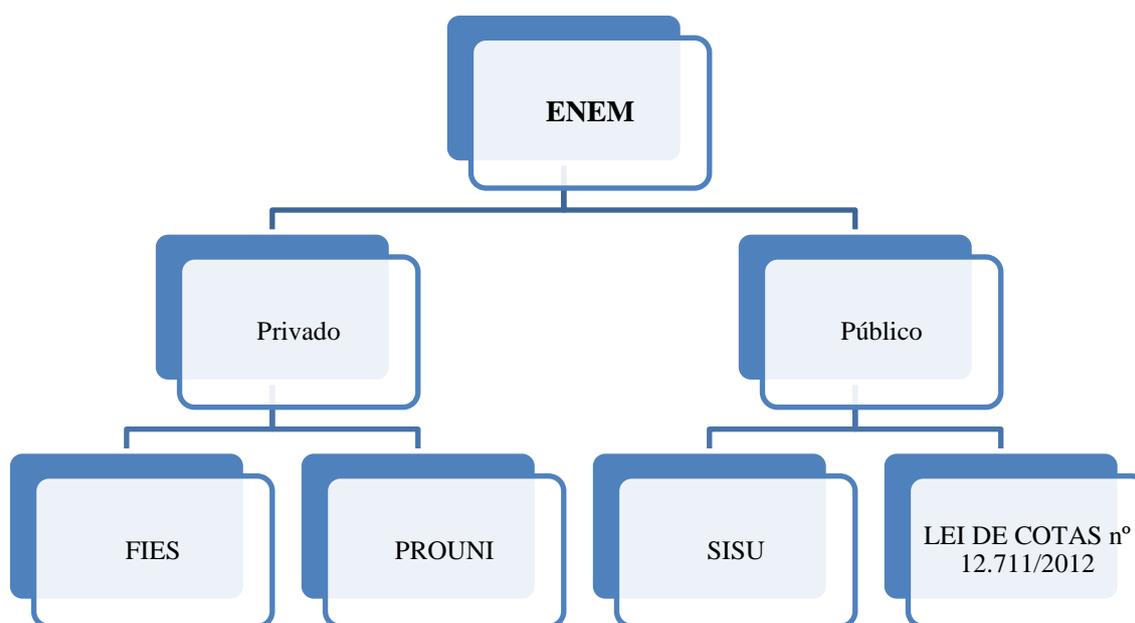
O novo ENEM tem caráter interdisciplinar e contextualizado. Sua estrutura atribuiu 180 questões de múltipla escolha, com duração de 9 horas dividido em dois dias, e a redação com formato de texto em prosa do tipo dissertativo- argumentativo. As inovações do novo ENEM tinham como objetivo mobilidade acadêmica e influenciar a reestruturação dos currículos do ensino médio (MESSINA, 2016).

O Exame também buscou alinhar-se com o viés neoliberal, no sentido de mediar à qualidade das escolas públicas e privadas, e assim, incentivar a competitividade (MESSINA, 2016). Messina (2016) destaca que a educação quando posta para gerar competitividade, ao divulgarem os resultados sobre avaliação das instituições, coloca a educação superior em uma condição mercadológica, que, ao invés de aprimorar a qualidade, tem como efeito acentuar as diferenças.

O ENEM vem se constituindo como um dos principais exames no Brasil que possibilita, com a nota obtida, ter acesso às variadas instituições de educação superior, no que

se referem ao setor público e privado, por meio de sistemas de seleções, financiamentos, programas etc., como mostra na ilustração seguinte:

Ilustração 04: políticas de acesso



Fonte: construído pela autora

A ilustração, acima, trata das políticas públicas que servem aos dois setores, tanto ao público como ao privado, demonstrando a efetivação da reforma educacional com a LDB/96, que permitiu descentralizar os serviços sociais sob a regulação do Estado. Segundo Silva Jr e Sguissardi (2001, p. 40), a proposta seria que o Estado reduzisse seu papel de prestador de direito de serviços, mas mantendo o papel de regulador desses serviços.

Nesse sentido, as políticas de acesso trazem essa perspectiva em que coloca a educação superior a serviço do mercado regulado pelo Estado. Outro ponto que merece destaque são as políticas em favor ao processo de “democratização” dada na esfera pública e privada. As políticas de acesso, destacadas na Ilustração acima, são as principais políticas que movimentaram/movimentam o sistema educacional de educação superior no Brasil.

Com relação às instituições públicas, destaca-se o Sistema de Seleção Unificado (SISU) que emerge através da portaria normativa de nº 21, de 05 de novembro de 2012, que regulamentava o sistema para oferta de vagas. No Art. 2º, da Portaria normativa de nº 21/2012, o SISU foi um sistema que buscou selecionar estudantes para vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior.

No Art. 15, da mesma portaria de nº 21/2012, admitiu que os estudantes, no ato da inscrição do processo seletivo SISU, concorressem às vagas destinadas às Cotas dispostas na Lei nº 12.711, de 2012, destinadas para estudantes de escola pública, autodeclarado indígena, pardo, negro e possuidor de uma renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio).

A Lei nº 12.711, intitulada de Lei de Cotas, foi considerada como uma política de ações afirmativas, cujo objetivo foi que as instituições federais de ensino superior reservassem 50%, considerando curso e turno, das vagas para estudantes que tenham cursado, integralmente, o ensino médio em escolas públicas. Com a Lei das Cotas, Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), promulgada em 2012, ficou determinado que:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

A partir dessa Lei, os alunos oriundos do ensino básico público passaram a ter vagas garantidas pela cota social, mas, esta Lei não se limita apenas as garantias sociais, mas veio como reparadora no que tange às minorias, garantindo, assim o acesso ao ensino superior público para grupos que são historicamente excluídos de um sistema educacional elitista. Assim, com o REUNI e a Lei das Cotas, o acesso para estes grupos minoritários, deu a eles, mais possibilidades de cursarem o ensino superior, uma vez que passaram a ter mais vagas a partir da expansão universitária realizada pelo REUNI, e, o direito ao acesso de vagas direcionadas, exclusivamente, para eles.

Jezine, Farias e Felinto (2015, p. 1060) consideram que a expansão, coadunada com as políticas de acesso de perspectiva social, oportunizou o acesso aos diferentes sujeitos e a evolução das matrículas. Realidade, esta, visualizada na pesquisa de Jezine, Toscano, Felinto (2017) expondo que, no ano de 2006 a 2015, a UFPB evoluiu no número de matrícula, contabilizando 64,94%, como também a mudança no perfil socioeconômico, em consequência do REUNI e das políticas de cotas denominado na instituição (UFPB) como Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV), implementada pela Resolução CONSEPE nº

09/2010¹², destinadas a reservar vagas para alunos da rede pública, pretos, pardos e deficientes.

Compreende-se que a educação superior, nos anos 2000, alinhava-se ao projeto neoliberal. Mas, em contrapartida, adentrava ao discurso da democratização do acesso que também permeou o setor privado, por meio da LBD/96 e das políticas sociais intitulada de FIES e PROUNI. Amaral (2003), Ristoff (2012) e Sguissardi (2014) ressaltam sobre o mercado educacional, mediante ao número significativo da expansão do setor privado em relação ao público intermediado pelas referidas políticas.

3.3 Fundo de Financiamento Estudantil – FIES

Sobre a perspectiva do mercado educacional, destaca o FIES como uma política que influenciou no crescimento do número de instituição e de matrícula no ensino superior privado. O FIES sucede o Programa Crédito Educativo para Estudantes Carentes – (CREDUC), através da Medida Provisória nº 1.827/1999, que foi, posteriormente, oficializado por meio da Lei de nº 10.260/2001 (BRASILEIRO, 2017).

O FIES tem como objetivo, financiar os alunos em cursos de graduação, Pós-Graduação e ensino técnico nas instituições privadas. Desde sua implantação houve vários reajustes na taxa de juros, gerando o efeito expansionista do programa. Para exemplificar, na tabela abaixo contém as taxas de juros, o ano e a legislação que estabeleceram tais mudanças.

Quadro 03: Taxa de juros do FIES – 2006 a 2010

Ano	Resolução	Taxa de Juros
2006	Diminui a taxa de 9% para 6,5% com exceção dos cursos que já tinham uma taxa 3,5% como os cursos de licenciatura, pedagogia, normal superior e cursos superiores de tecnologia	Resolução nº 3.415 do Banco do Brasil (BACEN)
2009	Reduz a taxa de 6,5% para 3,5%	Resolução nº 3.777 BACEN
2010	Estabeleceu uma taxa para todos os cursos de 3,4%	Resolução nº 3.842 BACEN

Fonte: construído pela autora como base em Brasileiro (2017)

¹² Institui a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de Graduação, da Universidade Federal da Paraíba, e dá outras providências

O MEC (2018), no relatório de gestão, apresentou as mudanças no FIES, no ano de 2010, que, além de baixar os juros, instituiu o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – (FGEDUC). O Fundo atuou nos contratos com estudantes de curso de licenciatura, beneficiados com bolsas parciais do PROUNI, os estudantes de baixa renda, considerando a renda familiar mensal bruta per capita de até 1,5 salário-mínimo, e sem a existência obrigatória de um fiador.

Em 2014, os contratos que foram formalizados, tinham garantias das parcelas do financiamento. Em caso de descumprimento, os fiadores e o Fundo Garantidor passaram a ser chamados para pagamento da dívida, considerando a disponibilidade de saldo desse Fundo (MEC, 2018).

Com os reajustes, o FIES começou a crescer, consideravelmente, o número de matrículas. Segundo o MEC (2018), em 2009, tinham 5% e passaram para 39%, em 2015. A expansão do FIES fez com que gerassem novas mudanças, principalmente, nos critérios do processo seletivo, no qual destaca:

[...] priorização de cursos com melhores indicadores pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), distribuição por localização geográfica, identificando-se a demanda por financiamento estudantil e as condições socioeconômicas de cada microrregião onde há oferta, bem como áreas prioritárias (Engenharias e Ciência da Computação, Licenciaturas e Área da Saúde), eis que, de fato, até o primeiro semestre de 2015, 60% (sessenta por cento) dos contratos de financiamento se encontravam nas regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal. (MEC, 2018, p. 2).

No ano de 2016, institui a Lei nº 13.366, de 1º de dezembro de 2016, a qual atribuía às instituições de ensino superior privado o encargo parcial pelo pagamento dos agentes operadores do fundo.

Ainda em 2016, no escopo de melhor qualificar o programa, a Lei nº 13.366, de 1º de dezembro de 2016, mitigando os riscos e buscando garantir a sustentabilidade do Fundo, atribuiu às instituições, de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do Fundo, incluiu como possibilidade sanção às instituições multa, previu em texto legal a possibilidade de estabelecimento de valores máximo e mínimos de financiamento por meio de regulamento, possibilitou a prática de valores de encargos educacionais diferenciados a menor em favor do estudante financiado, qualificou a questão do combate à inadimplência com a previsão de novas ferramentas, dentre outras melhorias. (MEC, 2018, p. 2).

Com a Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, cria-se novas possibilidades vinculadas ao pagamento com a renda, inserindo a modalidade intitulada de Programa de Financiamento Estudantil, contribuindo para oferta de oportunidades de financiamento. No ano de 2017, também, institui o Decreto de 19 de setembro de 2017, que designa um gestor para o FIES com intuito de formular política de oferta de financiamento para os estudantes, e supervisionar o cumprimento das operações do FIES.

De acordo com o MEC (2018), com a nova gestão do FIES, foi concedida a Caixa Econômica Federal (CAIXA) autonomia de operacionalizar um tipo de financiamento, que atendesse aos estudantes entre 3 e 5 salários mínimos de renda familiar per capita bruta mensal.

A primeira modalidade de financiamento estudantil aduzida pela Lei nº 13.530, de 2017 é direcionada ao público mais necessitado, estudantes com renda familiar bruta de até três salários mínimos per capita, e oferece melhores condições de financiamento e uma série de outras melhorias na gestão e transparência do programa e para os alunos. Uma inovação trazida é a previsão de taxa de juros reais zero, enquanto a taxa de juros nominal fixada à época da publicação da norma era de 6,5%. (MEC, 2018, p. 3)

Todas as mudanças interferiram diretamente na expansão e no perfil socioeconômico. O MEC (2018) diz que, no ano de 2010 e 2015, a política do FIES foi voltada para o público de baixa renda, considerando a renda per capita de até dois salários mínimos, isso porque mais de 90% dos financiamentos foram concebidos para esse público.

Tabela 04: Contratos FIES por renda familiar 2010-2017

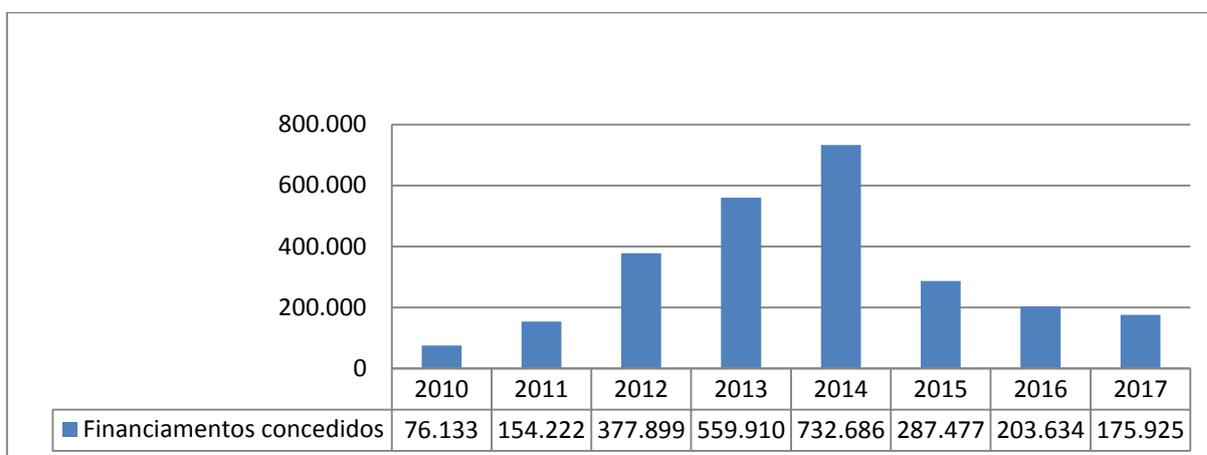
Renda Per Capita	Quantidade	Renda Bruta	Quantidade
Até 0,5 salário mínimo	776.195,00	Até 0,5 salário mínimo	23.834,00
até 1,0 salário mínimo	1.198.558,00	até 1,0 salário mínimo	617.722,00
até 1,5 salário mínimo	387.194,00	até 1,5 salário mínimo	500.030,00
até 2 salário mínimo	112.304,00	até 2 salário mínimo	383.333,00
até 2,5 salário mínimo	46.350,00	até 2,5 salário mínimo	275.543,00
até 3.0 salário mínimo	21.575,00	até 3.0 salário mínimo	196.641,00
até 3.5 salário mínimo	11.048,00	até 3.5 salário mínimo	148.280,00
Até 4.0 salário mínimo	5.645,00	Até 4.0 salário mínimo	101.080,00
até 4.5 salário mínimo	3.058,00	até 4.5 salário mínimo	76.881,00
até 5.0 salário mínimo	1.727,00	até 5.0 salário mínimo	52.156,00
em branco	217,00	em branco	209,00
Maior que 5.0 salário mínimo	2.807,00	Maior que 5.0 salário mínimo	190.969,00
Total geral	2.566.678,00	Total geral	2.566.678,00

Fonte: MEC (2018) relatório de gestão - Fies

A tabela 04 mostra que, quanto maior a renda, menor são os quantitativos dos beneficiados com financiamento, constatando que o maior número de alunos beneficiados com o FIES possuem a renda per capita entre 1 e 2 salários mínimos, ou seja, alunos considerados de renda baixa. O mesmo ocorre com a “renda bruta”, sendo, assim, consta, 617.722,00 alunos beneficiados com 1 salário mínimo.

No que trata dos alunos com 2,5 salários mínimos, contabiliza-se um quantitativo de 275.543,00. Os dados revelam que, na medida em que ocorre a expansão do financiamento, define-se o público, o perfil dos alunos que são contemplados com FIES, nos quais são pertencentes a grupos sociais desfavorecidos economicamente.

No que trata dos financiamentos concebidos, no gráfico abaixo mostra o número do financiamento concebido de 2010 a 2017.

Gráfico 01: Financiamento Concebido

Fonte: MEC (2018) relatório de gestão - Fies

Se observar os dois extremos 2010 a 2017 compreende que o número de financiamento concebido aumentou de 76.133 para 175.925 em 2017, no entanto, seu auge foi entre 2012 com 377.899 e 2014 com 732.686. Sguissardi (2015, p. 880) ressalta que as Portarias 21 e 23 do FIES, de 29 de dezembro de 2014, endureceram os critérios para concessão dos empréstimos desse Fundo, causando enorme impacto sobre o conjunto das IES beneficiárias.

Em consequência disso, as quatro companhias, lideradas pela Kroton/ Anhanguera, mais lucrativo dos 15 setores da Bovespa nos últimos dois anos até dezembro de 2014, perderam nos quatro primeiros meses de 2015 entre 30% e 50% do valor de suas ações. De acordo com Umpieres (2015), o Fies responde por 49% das receitas totais da Ser Educacional (SEER3), 44% da Kroton (KROT3), 40% da Estácio (ESTC3) e 38% da Anima (ANIM3). (UMPIERES, 2015 *apud* SGUISSARDI, 2015, p. 881).

Pode-se resumir que o FIES é um financiamento lucrativo para o mercado educacional, para o fortalecimento do estado mínimo, e para os bancos. Nessa lógica neoliberal, o governo adotou outras medidas para o ingresso de sujeitos no ensino superior privado, como o PROUNI, que se trata de uma política de acesso, em que integralmente ou parcialmente o governo financia.

3.4 Programa Universidade para Todos – (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro 2005, destinado à concessão de bolsas parciais (50% a 25%) e integrais, direcionado para estudantes que desejam cursar graduação nas instituições de ensino superior privado com e sem fins lucrativos. A bolsa integral é para estudantes com a renda familiar mensal per capita de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio), e a bolsa parcial, com renda familiar mensal per capita de até 3 (três) salários-mínimos. Trata-se de uma política afirmativa que busca democratizar o acesso à educação superior, sob uma transação econômica entre as instituições privadas de educação superior e o governo federal.

O programa tem se caracterizado como inclusivo porque viabiliza a participação diferentes sujeitos na educação superior, conforme estabelecido na Lei nº 11.096, no Art. 7 que relata sobre as obrigações da instituição que aderirem o PROUNI, relevando no Inciso II que o:

Percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros. Lei nº 11.096, no Art. 7 Inciso II. (BRASIL, 2005).

O PROUNI foi uma estratégia do governo federal na qual liberava bolsas de estudos, mas, em troca, isentava as instituições de ensino superior de natureza privada, de tributo fiscal, sendo assim, as instituições teriam que oferecer uma bolsa integral para cada 10,7% dos estudantes pagantes regularmente matriculado em cursos efetivamente instalados na instituição, segundo Brasileiro (2017, p. 65).

De acordo com Costa; Ferreira (2017, p. 145), a isenção fiscal gerada pela renúncia dos tributos decorrente do PROUNI obedecia ao montante de 69,4%, contabilizado em R\$ 3.621.382.027,00, entre o ano de 2006 a 2012. Em análise, Costa; Ferreira (2017) ressaltam que a renúncia fiscal, sob o olhar financeiro, incentivou a expansão do setor privado, e a prova encontra-se nos números de bolsas concebidas aos referidos públicos, que dentre a sua instalação, até 2017, foi crescente, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 05: Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI 2005 a 2017

Ano	Número de bolsas		
	Integral / total global	parcial / total global	Total / total global
2005	71.905	40.370	112.275
2006	98.698	39.970	138.668
2007	97.631	66.223	163.854
2008	99.495	125.510	225.005
2009	153.126	94.517	247.643
2010	125.090	115.351	240.441
2011	129.672	124.926	254.598
2012	150.870	133.752	284.622
2013	164.379	87.995	252.374
2014	205.237	101.489	306.726
2015	204.587	124.530	329.117
2016	166.603	162.577	329.180
2017	171.641	190.284	361.925

Fonte: MEC – portal PROUNI

A tabela comprova que o investimento do governo federal no setor privado e sua crescente foi triplicado quando observado os dados gerais, compreendendo que em 2005 (ano de implementação do PROUNI) havia 112.275 bolsas, passando para 361.925, no ano 2017. Em análise, entende-se que o PROUNI vem se constituindo em um investimento lucrativo para o mercado educacional, pois foi uma injeção financeira no setor privado, ampliando, assim, o acesso à educação superior com recursos públicos, que passam a ser transferidos para o setor privado. Nesse sentido, Messina (2016) coloca que o estado nacional, ao incentivar o setor privado por meio do FIES e PROUNI, tende a diminuir a sua responsabilidade de manter as IES públicas.

Assim, tais incentivos abriram espaços para variadas críticas que permeia o ensino superior privado, e uma delas, é que a expansão do ensino não foi proporcional à qualidade, apontado que o ensino privado ainda está muito aquém do esperado, quando comparadas ao ensino superior público, como afirma Hoffmann; Zanini; Corrêa; Siluk; Júnior; Ávila (2014). Ainda sobre a baixa qualidade das instituições privadas, Sguissardi (2006) afirma:

Cálculos financeiros indicam que, com as modificações atuais, o custo dessas vagas em IES privadas – que priorizam as atividades de ensino e apresentam em geral baixa qualidade – tornou-se maior do que o seria para o Tesouro Nacional nas universidades públicas, que priorizam atividades de ensino e pesquisa e são, via de regra, de melhor qualidade. A utilização dos espaços ociosos dos campi das IFES teria sido muito menos onerosa e

cumpriria parte de um dos compromissos do plano de governo para a educação superior.

É no contexto da baixa qualidade no ensino superior privado que o programa PROUNI como o FIES oportunizam o ingresso de grupos sociais desfavorecidos, deixando a desejar que a concessão das bolsas pelo estudante sejam acompanhada de uma inclusão social. O que se pode inferir é que as mudanças educacionais comungam do projeto neoliberal, sob o viés mercadológico, visualizado quando o número de matrículas e o número de instituições do setor privado se sobressaem sob o público, e das contradições que permeiam a discussão que será vista no próximo tópico.

3.5 As implicações das políticas de educação superior no Brasil frente ao processo de expansão e à democratização do acesso

O efeito das políticas da educação superior compreende que a expansão se deu, tanto no setor público, como no setor privado. Todavia, ao observar os dados através do número de instituições da educação superior e evolução das matrículas nos cursos de graduação presenciais, considerando o público e o privado, constata-se que o projeto educacional, iniciado em 1990 e continuado nos anos 2000, fortaleceram as políticas de incentivo ao setor privado, como mostra a tabela seguir:

Tabela 06: Número de instituições de ensino superior, por organização acadêmica e localização (capital e interior), segundo unidade de federação e a categoria administrativa da IES, de 2000 a 2017.

Ano	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2000	176	1.004	44	113	3	11
2001	183	1.208	46	165	3	13
2002	195	1.442	51	205	4	16
2003	207	1.652	52	252	4	20
2004	224	1.789	56	288	4	24
2005	231	1.934	60	328	4	28
2006	248	2.022	63	349	4	28
2007	249	2.032	60	362	4	28
2008	236	2.016	59	373	4	30
2009	245	2.069	61	387	4	33
2010	278	2.100	64	369	4	33
2011	284	2.081	63	369	4	34
2012	304	2.112	65	379	4	33
2013	301	2.090	68	378	4	32
2014	298	2.070	67	385	4	33
2015	295	2.069	66	390	4	32
2016	296	2.111	66	414	4	36
2017	296	2.152	66	451	4	38

Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2000 a 2017. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 01 jul. 2018.

A tabela 06 apresenta a expansão da educação superior, sob o ponto de vista do número das instituições, a qual resultou no crescimento tanto no setor público, como no privado, considerando o ano 2000 até o ano 2017. Embora o crescimento tenha acontecido nos dois setores, no privado houve um crescimento bem superior, uma vez que, em termos de Brasil, em 2000, tínhamos 1004 IES, e, em 2017, este número foi mais do que o dobro, totalizando 2.151. Em oposição a essa quantidade de IES privadas, no público, em 2000, o Brasil tinha 176, já em 2017 o aumento foi significativo, mas não chegou a dobrar o seu total, ficando em 296 IES. Nesse sentido, percebe-se que o aumento foi proporcional aos incentivos das políticas públicas nos dois setores, mas que o setor privado teve uma injeção financeira maior na economia.

Em termos de Nordeste, nos anos 2000, tinham 44 IES públicas e no privado 113, a diferença já era significativa, assim, no ano de 2017 havia 66 IES públicas, em contraposição a 451 de instituições privadas. Se restringir a análise para o estado da Paraíba, tinham 3 públicas e 11 privadas, já em 2017 o aumento foi bem significativo no setor privado,

ficando os números restritos a 4 públicas e 38 privadas. Esses dados mostram que embora tenha havido o aumento no setor público, nota-se que a ampliação do setor privado foi direcionada para uma política econômica.

Dessa forma, salienta-se que as instituições privadas sobressaíram significativamente no Brasil, Nordeste e Paraíba, consequência da LDB/96, PROUNI e FIES, ou seja, do projeto educacional de perspectiva neoliberal iniciado em 1990 e permanecido de forma crescente nos anos 2000.

Tabela 07 - Evolução das matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica e Localização (capital e interior) – (2000 - 2017).

Ano	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2000	887.026	1.807.219	271.795	141.914	33.486	9.150
2001	939.225	2.091.529	285.646	174.669	30.822	11.124
2002	1.051.655	2.428.258	316.645	225.764	33.618	13.882
2003	1.136.370	2.750.652	339.536	285.156	36.240	16.418
2004	1.178.328	2.985.405	345.508	334.521	36.044	16.589
2005	1.192.189	3.260.967	352.757	385.505	37.816	19.799
2006	1.209.304	3.467.342	356.278	439.862	38.788	23.480
2007	1.240.968	3.639.413	367.735	485.584	42.763	26.960
2008	1.273.965	3.806.091	383.539	529.154	45.282	30.733
2009	1.351.168	3.764.728	409.393	556.109	44.834	32.995
2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.071	53.036	35.870
2011	1.595.391	4.151.371	471.209	667.749	62.328	39.319
2012	1.715.752	4.208.086	499.721	713.798	64.885	42.724
2013	1.932.527	5.373.450	561.175	960.531	71.366	59.767
2014	1.961.002	5.867.011	582.852	1.064.031	74.412	69.777
2015	1.952.145	6.075.152	590.489	1.104.191	75.880	77.736
2016	1.990.078	6.058.623	586.670	1.115.008	74.297	79.195
2017	2.045.356	6.241.307	601.423	1.145.233	72.234	83.354
Cresc. %	130,6%	245,4%	121,3%	707,7%	115,7%	811,0%

Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 2000 a 2017. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: 10 de out. 2018.

A evolução das matrículas no setor privado é visualizada no âmbito Brasil, com crescimento do setor público de 130% que não chega ultrapassar o setor privado com 245%, considerando os anos de 2000 a 2017. Quando observado o fenômeno da expansão por meio das matrículas, na região Nordeste, os números do setor privado, começa a aumentar a partir de 2005, período em que foi implantado o PROUNI. Já no estado da Paraíba, o crescimento das instituições privadas começou a se sobressair o público, a partir do ano 2015, quando o público possuía 75.880 de matrícula, e o privado ultrapassou para 77.736.

Diante do processo de expansão e a “democratização do acesso”, dado na educação superior, entender-se algumas contradições, explicitada por Martins (2017), que observa o processo expansionista como um fenômeno contraditório, que mascara um grande projeto neoliberal com o discurso da democratização do acesso. O que estava por trás do projeto educacional intensificado nos anos 2000, não passou de um jogo político, não chegando a lograr sucesso a democratização. A prova disso foi quando o PNE/2010 não atingiu a meta de 30%, sobre a taxa de frequência líquida ao ensino superior da população de 18 a 24 anos. (MARTINS, 2017)

Buscando analisar projeto educacional no Brasil, Martins (2017) diz que hegemonia do Estado nacional encontrou-se aliada à plena realização e dominação do capital financeiro. Portanto as políticas sociais e econômicas convergiam em favor do capital. Pode-se traduzir que foi sob um conjunto de aparências que tinha o nome de democratização do acesso que se escondia o projeto neoliberal, que traz consigo um mercado livre, dando luz ao favorecimento das políticas que favorecem a expansão das instituições do setor privado.

Contudo, pode-se compreender que mesmo com as contradições sobre a expansão e o processo de democratização, as políticas educacionais como: REUNI, PROUNI, FIES, Cotas significaram uma possibilidade para que grupos desfavorecidos economicamente tivessem acesso a um curso superior, mesmo dada a crítica, e a insuficiência de tais políticas. É, exatamente, neste liame que a discussão sobre permanência começa a ganhar força, sob o entendimento que apenas as políticas de acesso não seriam suficientes para incluir estes sujeitos que até então se encontravam marginalizados, uma vez que a própria LDB/96 já estipula que é necessário garantir a permanência dos alunos na educação. Dessa forma, a inclusão na educação superior vem compondo a tríade, que corresponde: acesso, permanência e conclusão.

Trata-se da inclusão de jovens, na verdade, desfavorecidos economicamente, que sofreram e sofrem diversos tipos de discriminação, e que precisam de políticas eficazes de acesso, e condições materiais de permanência. Não basta apenas garantir o acesso ao ensino superior, mas garantir políticas de permanência que superem a exclusão do sistema educacional precário com inclusão desses sujeitos. Portanto, nos anos 2000, foi o período de democratização do acesso, que não necessariamente significa que todos os alunos que conseguem chegar ao ensino superior, obrigatoriamente, chegarão à sua conclusão. Sendo, assim, tais políticas só seriam concretizadas com sucesso coadunado com as políticas de permanência que atendessem a demanda, como afirma Marciel (2014, p. 34):

Na questão da permanência no ensino superior, em relação às políticas de expansão e democratização do acesso, se faz necessário que essas políticas adotem estratégias que possam primar pela qualidade da formação dos alunos deste nível de ensino e a sua continuidade até o final do curso. Assim, o acesso foi facilitado com os programas do governo, mas não bastam políticas públicas que garantam apenas o acesso, se não existir empenhos públicos que assegurem a permanência desse alunado no Ensino Superior.

Para ampliar a discussão sobre a categoria que estrutura esta pesquisa, denominada de **permanência** na educação superior, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico de teses e dissertações, explicitado no próximo tópico.

4 APROXIMAÇÃO COM A CATEGORIA QUE ESTRUTURA A PESQUISA: PERMANÊNCIA

O presente capítulo se estruturou sob dois tópicos. O primeiro buscou se aproximar da categoria de análise, denominada de permanência, tendo em vista a compreensão do conceito sob o levantamento bibliográfico de teses e dissertações, considerando o banco de dados da Capes. O segundo procurou compreender a referida categoria sob o ponto de vista teórico, o qual considerou a discussão de Bourdieu (1998), Brocco; Zago (2014), Bergier; Xypas (2013) e Lahire (2004).

4.1 Compreendendo o conceito de permanência na educação superior a partir do levantamento bibliográfico de teses e dissertações pelo banco de dados da CAPES

Em 2016, foi feito um levantamento bibliográfico de teses e dissertações pelo Banco de Dados da CAPES, atualizado no ano de 2018. O estudo resultou em aproximadamente 121 trabalhos que emprega no título permanência na educação superior ou ensino superior. Do número total (121), 66 tratava da permanência de grupos sociais economicamente desfavorecidos, ou seja, de alunos que ingressaram nas instituições, por algum tipo de políticas sociais – FIES, PROUNI e Lei de Cotas. E 24 discutiam permanência de alunos com deficiência, como, exemplificado, na tabela abaixo.

Tabela 08: Quantitativo de teses e dissertações que empregava no título a palavra permanência na educação superior (2004 – 2017)

Ano	Quantitativo dos trabalhos que emprega no título permanência.	Quantitativo dos trabalhos que direciona no título a permanência de grupos sociais economicamente desfavorecidos	Quantitativo dos trabalhos que direciona no título a permanência de alunos com Deficiência.	Permanência sob outras temáticas (títulos)
2004	1			1
2006	3		2	1
2007	1			1
2008	3	2		1
2009	3	2		1
2010	8	4	1	3
2011	9	5	4	
2012	12	5	1	6
2013	17	10	3	4
2014	14	9	3	2
2015	21	7	5	9
2016	16	12	3	1
2017	13	10	2	1
Total	121	66	24	31

Fonte: Banco de dados da CAPES. Acesso em 02 de novembro 2016. Atualizado em 02/08/2018.

Na tabela 08, tem-se o número de teses e dissertações por ano, e que é possível observar que, a partir dos anos 2000, intensificam-se os trabalhos tendo no título a categoria permanência. Todavia, as discussões que se voltam aos grupos sociais desfavorecidos economicamente foram a partir de 2013, que os números evoluem, tendo como justificativa, provavelmente, a implantação da Lei de nº 12.711/2012.

Cabe ressaltar que, dos 66 trabalhos, 10 direcionaram para alunos que ingressaram no ensino superior privado por políticas FIES e PROUNI, sendo que 1 tratou dos alunos FIES e os demais, alunos PROUNI.

Ainda sobre os 66 trabalhos, foram observados a utilização de variados termos que se referiam aos sujeitos envolvidos nas teses e dissertações, estes eram denominados de estudantes trabalhadores, estudantes cotistas negros, estudantes indígenas, estudantes mulheres, estudantes de origem popular, estudantes de cursinhos comunitários, estudantes de escolas públicas, estudantes de camadas sociais subalternizadas, estudantes bolsistas de PROUNI, estudantes bolsistas de FIES etc.

Nesse sentido, pode-se inferir que os termos revelam que a permanência foca nos sujeitos historicamente excluídos, e, em consequência, de suas condições sociais, eles não

conseguem permanecer de forma independente na instituição, portanto, necessitam de ações governamentais para subsidiá-los.

Com objetivo de compreender o discurso teórico da permanência, como umas políticas destinadas aos sujeitos em condições econômicas desfavoráveis, recorreremos para dissertação de Santos (2009) entendendo que permanência se dá como um ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência, sob uma perspectiva pessoal e profissional. A autora trabalha com a ideia de tempo (duração) e transformação, fundamentada na teoria de Kant (1788) e Lewis(1986):

Para decifrar o significado da permanência, fomos buscar na filosofia as categorias de tempo e transformação de Kant e Lewis que nos ajudaram a formular o conceito de permanência como duração no tempo que permite uma transformação do indivíduo em nível pessoal e profissional. Permanecer, argumentamos, é diferente de persistir, uma vez que este último conceito está associado apenas à duração no tempo e não à transformação que, por sua vez é um outro modo de existência do mesmo indivíduo. (SANTOS, 2009, p. 23).

Santos (2009) defende que durar no tempo, na perspectiva de mudança, revela que as condições materiais e simbólicas foram capazes de subsidiar o ato de permanecer. A autora defende que a condição material são os fatores concretos, como financeiro, já os simbólicos relacionam-se com as questões subjetivas, como o ato de discriminação.

É, por isso, que o conceito de permanência, adotado na dissertação de Souza (2017), compreende que não se trata apenas de um ato de persistir, mas a possibilidade de continuar estando dentro, e para continuar, precisaria de condições materiais e de estratégias para permanecer no campo institucional, como referido na citação abaixo.

Para tanto, os estudantes precisam de condições para persistirem e continuarem os estudos até atingir o patamar da conclusão. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas de estado que incidam sobre questões de permanência material como alimentação, transporte, aquisição de materiais, condições de pertencimento e de apoio no processo de aprendizagem (TENORIO e REIS, 2009). É certo que algumas estratégias de permanência são desenvolvidas pelos estudantes, como trabalhar para se manter estudando, formar grupos de estudo, entretanto, só se estabelecerão de fato se apoiadas e fortalecidas pela instituição a partir do acesso dos estudantes. (TENORIO; REIS, 2009).

Para complementar, buscamos trazer para discussão outras teses e dissertações, que traduzem a permanência com a imprescindível ação assistencial, tendo em vista a situação

socioeconômica desfavorável dos alunos. Janoario (2013), na tese intitulada “*A coragem da verdade: acesso, permanência e política de ação afirmativa para negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na visão dos gestores*”, diz que a ausência de recursos materiais para auxiliar a permanência do estudante traz uma série de dificuldades. Isso porque têm variadas despesas que raramente podem ser custeadas pelo estudante ou pela família, tornando inviável a continuidade do curso. Ou seja, a permanência sem condições materiais, torna utópica a aquisição da diplomação.

Nesse sentido, o presente levantamento apontou a necessidade de implementar políticas públicas que garantissem a permanência de forma eficaz, compreendendo que os alunos, em sua formação acadêmica, deparam-se com muitas dificuldades e, uma delas, é de ordem financeira. Santos (2016) chama atenção para as fragilidades da democratização do acesso, no contexto da política PROUNI, que permitiu que grupos sociais desfavorecidos economicamente ingressassem no ensino superior privado, em contrapartida, as políticas de permanência foram incipientes frente à demanda.

[...] as políticas de democratização do acesso ao ensino superior permitiram o acesso de indivíduos que antes não frequentavam espaços até então destinados às camadas sociais mais altas. Porém, tais políticas foram planejadas, num primeiro momento, para facilitar o ingresso desse público na universidade, o que inegavelmente se concretizou; no entanto, as políticas de permanência ainda são incipientes, estando muito mais voltadas à assistência, como vimos com o bolsa permanência, do que à permanência propriamente do estudante na universidade. As IES, por sua vez, talvez não se prepararam para receber esse estudante, oriundo de uma realidade social, econômica e escolar muito distante da realidade da maioria dos estudantes que nelas ingressavam. (SANTOS, 2016, p. 114).

Os alunos que ingressam por políticas sociais FIES, PROUNI e Cotas, se deparam com variadas dificuldades principalmente de ordem material, ou seja, dos custos que requer o meio acadêmico, como vistos nas pesquisas citadas. Ainda em Santos (2016), esta destaca que as dificuldades dos alunos PROUNI consistem na falta de tempo, de leitura, compreensão textual, conciliar trabalho e estudo, e condições materiais para custear as despesas acadêmicas. Na dissertação de Santos (2015), intitulada “*A questão da permanência de estudante beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI: Um estudo do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO,*” o autor relata:

A questão financeira é apontada pela maioria dos alunos entrevistados como a principal dificuldade para permanência no meio acadêmico, e que uma solução para esse problema seria a implantação de uma espécie de bolsa

permanência. Essa quantia seria utilizada para custear despesas como: passagens, material de aula, alimentação e outros gastos eventuais. (SANTOS, 2015, p. 95)

Em meio aos percalços que os alunos se deparam na trajetória acadêmica e no alcance da conclusão do curso, existe o fator “estratégias” que move o aluno a permanecer no campo institucional. Trigo (1998) diz que Bourdieu considera as estratégias como um produto do senso prático que se sustenta através da ação do sujeito, dada de forma consciente ou inconsciente. Essa ação acontece em um dado campo social, ou seja, campo institucional.

Portanto, as estratégias são necessárias para que os alunos permaneçam no campo institucional, como ressalta Santos (2015), mesmo que a isenção da mensalidade seja garantida, os alunos criam mecanismos estratégicos para arcar com as despesas, como transporte, alimentação e material didático, nesse sentido, constata que mais importante do que o acesso é garantir a permanência.

Por isso, a dissertação de Silveira (2012) defende que assistência estudantil é um elemento primordial para permanência de sujeito economicamente desfavorecido, entretanto, as instituições federais ainda não contemplam as ações referidas no Programa Nacional de Assistência Estudantil - (PNAES), que abrange de questões financeiras à saúde. A pesquisa de Silveira (2012) caminhou para o reconhecimento e reflexão sobre as ações assistenciais de quatorze instituições federais, no período de 2003 a 2010, tendo em vista a identificação dos serviços, projetos e programas sobre a linha temática da Permanência.

O levantamento realizado pela autora supracitada foi feito a partir dos sites e, como resultado, entendeu que a maioria das universidades pesquisadas possuem ações assistenciais do tipo: bolsas ou auxílios financeiros, alimentação e transporte. Mas foram poucas instituições que possuem residências universitárias, restaurante universitário, como também ações de saúde mental e física e acompanhamento de alunos com deficiência, permitindo-se concluir sobre possíveis fragilidades na permanência dos alunos que ingressaram na instituição por ações afirmativas.

Frente à situação financeira dos estudantes e à ineficiência da instituição em contemplar com ações assistenciais, muitas vezes as estratégias para permanecer estão na ajuda da família, ou em se dobrar sob duas funções sociais de estudante e trabalhador para adquirir dinheiro e logo custear as despesas, ou ter acesso aos programas de assistência (SANTOS, 2015); (SANTOS, 2016); (JANOARIO, 2013). Muitas vezes são alunos que, de forma independente do governo, vão superando a barreira da desigualdade social e

educacional, chegando a concluir o curso escolhido. Para exemplificar a discussão sobre permanência, buscamos elaborar um quadro com a síntese das leituras de tese e dissertação.

Quadro 04: Dificuldades de permanência/estratégias e as condições de permanecer

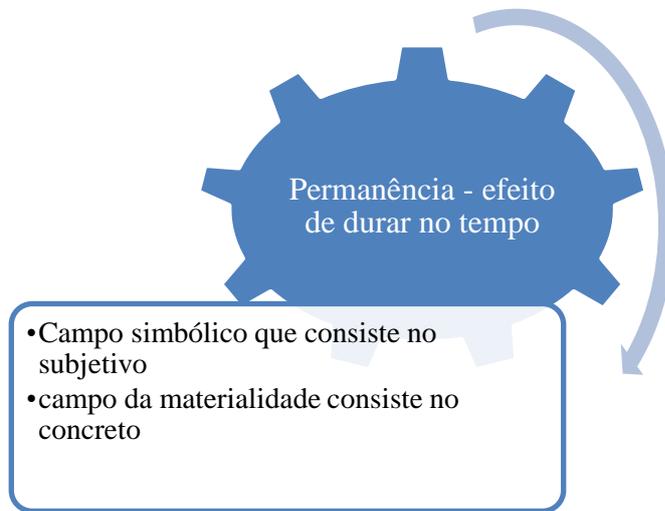
Dificuldades de permanência	Estratégia de permanência	Condição para permanecer
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades materiais, consequência dos fatores econômicos • socioculturais visualizadas nos sujeitos indígenas. • Dificuldades Pedagógicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuda da família • Ajuda de Colegas • Ajuda da instituição a partir de ações assistenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas eficazes que atendam às especificidades dos sujeitos envolvidos e que tenham um equilíbrio entre a oferta e demanda

Fonte: construído pela autora, mas com base no levantamento de teses e dissertações retiradas no Banco de dados da CAPES. Acesso em: 02 de Nov. 2016 e Atualizado em: 02 ago. 2018.

O quadro 04 expõe as dificuldades dos alunos, como: material; sociocultural e pedagógicas, e para superar tais barreiras na formação acadêmica, recorrem, muitas vezes, à ajuda familiar, ajuda dos colegas e instituição. Os caminhos para sanar as problemáticas, apresentadas nas teses e dissertações, foram às políticas públicas eficazes para as especificidades dos sujeitos, entendendo o equilíbrio entre a oferta e demanda das ações assistenciais.

Santos (2009) buscou conceituar a categoria permanência, compreendendo a ideia da temporalidade, que foi traduzida considerando o contexto institucional, guiado pelo tempo estipulado para curso, entretanto, as condições materiais e simbólicas podem ser decisivas para permanecer, em caso de sujeitos com desfavorecimento econômico e cultural. Nesse sentido, buscamos sintetizar o conceito permanência por meio de uma ilustração abaixo:

Ilustração 05: Conceito sobre permanência



Construído pela autora com base nas teses e dissertações

Para fundamentar a discussão sobre permanência, foi observado que, no levantamento bibliográfico das teses e dissertações, identificamos que as discussões sobre a permanência de sujeitos sociais desfavorecidos economicamente na educação superior (os considerados ingressos por políticas sociais FIES, PROUNI e Cotas) foram fundamentadas na teoria de Bourdieu (1998) Brocco; Zago (2014) e Bergier; Xypas (2013) Lahire (2008).

4.2 Compreendendo a categoria de análise permanência sob o ponto de vista teórico.

Os autores Bourdieu (1998); Brocco, Zago (2014); Bergier, Xypas (2013) e Lahire (2008) foram utilizados na medida em que o cenário da educação brasileira foi tomado pelo discurso da democratização do acesso. A entrada de sujeitos desfavorecidos economicamente na educação superior fez com que a teoria de Bourdieu (1998) realçasse sob a realidade brasileira.

Para tanto, buscamos considerar tais teorias e basearmos na categoria de análise que estrutura esta pesquisa, **permanência**, pois para concluir o curso, em condições desfavoráveis, pode ser um indicador a desistência. Deste modo que levantamos a categoria que guia para uma investigação na qual objetiva-se analisar.

Como ponto de partida, buscamos em Bourdieu (1998) que visualiza a sociedade capitalista composta por uma estrutura, que possui um Estado Nacional que media as ações

econômicas e adota a escola como uma extensão hegemônica e de controle social. Logo, essa escola (institucional) é provedora de não equiparar as desigualdades sociais e sim de acentuar, reproduzindo *Habitus* que favorece a elite, que comporta uma pluralidade de capitais econômicos, culturais e sociais.

A sociologia de Pierre Bourdieu, sob os olhares de Trigo (1998) e Thiry-Cherques (2006), caminha para o estruturalismo, desenvolvendo uma crítica epistemológica entre a estrutura objetiva e a subjetiva. Trata-se de um diálogo que busca respostas viáveis sobre a compreensão de campos sociais, que possui uma estrutura estabelecida, e ao mesmo tempo, é mediadora da reprodução social, que tende a interiorizar comportamentos (*Habitus*) que revelam a imparcialidade, na adoção de um discurso dominante (agentes de alto capital, econômico, cultural e social) e altamente tendencioso.

Bourdieu (1996; 1998) precisou adentrar no campo subjetivo, compreendendo que as questões intrínsecas, particulares e comportamentais dos sujeitos, em dado campo social, têm influência direta com a estrutura dominante estabelecida. Por isso, a importância de compreender o todo (estrutural e subjetivo) para atingir metas teóricas:

[...] Bourdieu parte de uma crítica às epistemologias objetivistas e às postulações fenomenológicas em busca de uma resposta mediadora e conciliatória. Por um lado, ao propor a possibilidade da ação objetivamente estruturada que não seja produto da obediência às regras exteriores, faz uma crítica a Durkheim. Por outro, procura não cair no subjetivismo das teorias fenomenológicas, quando nega ao agente a capacidade de uma previsão consciente que permita atingir suas metas. (TRIGO, 1998, p. 45)

Para fomentar a discussão sobre a reprodução social dominante e o seu processo de interiorização, denominado de *Habitus*, Bourdieu (1996 e 1998) chama atenção para os campos sociais. Estes (campos sociais), que são construídos por grupos que se distribuem em função da posição social. E a posição social é definida pelos capitais (culturais, sociais, econômicos e políticos), e pelos sistemas de disposições internas construídas socialmente no sujeito no determinado campo social.

Portanto, quanto mais elevados forem os capitais, maiores são as chances de sujeitos ocuparem espaços de poder, que se dá, sob aspecto simbólico e material. Mas, Bourdieu (1998) revela que, para os capitais serem adquiridos, existem dois caminhos, tais como: herança familiar e conquista sacrificial.

O sistema de ensino traz a reprodução da estrutura social, sancionando a transmissão hereditária do capital cultural, encontra-se de fato, implicada,

desde a origem, numa definição do “capital humano” que, apesar de suas conotações “humanistas”, não escapa ao economicismo e ignora, dentre outras coisas, que o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido na família e que o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social- também herdado- que pode ser colocado a seu serviço. (BOURDIEU, 1998, p. 74)

E , ainda,

Nas trocas sociais em que outros podem apresentar garantias reais – dinheiro, cultura ou relações- ela não pode oferecer senão garantias morais; pobre (relativamente) em capital econômico, cultural e social, não pode “justificar pretensões”, como se diz, e, por conseguinte, ter chances de realiza-las, a não ser sob a condição de pagar com sacrifícios, privações, renúncias, em suma, com virtudes. (BOURDIEU, 1998, p.104)

E o descompasso é encontrado quando o campo escolar é posto para ser reproduzida. Isso porque nem todos os grupos sociais têm herdado os capitais (cultural, econômico e social), que são sistemas ideológicos construídos pela elite. O que podemos inferir é que, no campo social, aqui compreendido como campo institucional ou escolar, existem grupos desfavorecidos economicamente e culturalmente, que, para ter acesso a determinados lugares, precisa romper às barreiras sociais que os excluí.

Dado que capital econômico e capital cultural tem, nesse caso, um peso importante, espaço social organiza-se de acordo com três dimensões fundamentais: na primeira dimensão, os agentes se distribuem de acordo com volume global do capital possuído, aí incluídos todos os tipos; na segunda, de acordo com a estrutura desse capital, isto é, de acordo com peso relativo do capital econômico e do capital cultural no conjunto de seu patrimônio; na terceira, de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital. Dada a correspondência que se estabelece entre espaço de posições ocupadas no espaço social e espaço de disposições (ou de habitus) de seus ocupantes e também, por intermediação dessas últimas, espaço de tomadas de posição, modelo funciona como principio de classificação, ao adequado: as classes que podemos produzir recortando as regiões do espaço social agrupam agentes tão homogêneos quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, de suas opiniões políticas etc. (BOURDIEU, 1998, p. 30).

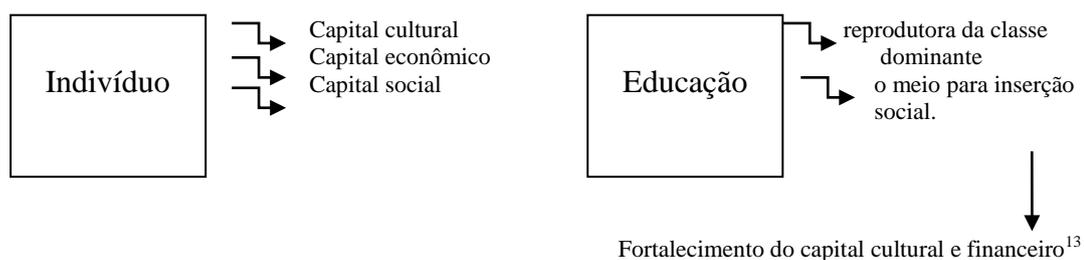
Nesse sentido, Bourdieu (1996) traduz a sociedade como espaço social, ou melhor, como campo de força e de variadas batalhas, que são caracterizadas pela distribuição de força de poder em consequência dos tipos de capitais (cultural, econômico, político e social). E a manutenção dessa estrutura se dá por três polos, chamados de Estado, escola e sociedade (sociedade: agentes, grupos sociais etc).

O Estado é a força maior que age intervindo sob a lógica do “público” ligado ao bem comum, que se apropria das instituições e aplica, no interior, suas ideologias, como ato de reproduzir e controlar. A escola é considerada uma das armas para o desenvolvimento da burguesia. Por isso, é elitizada, de caráter dominante por atribuir *Habitus* que favorece a elite. (BOURDIEU, 1996).

Hoje, gostaria de lembrar os mecanismos extremamente complexos pelos quais a instituição escolar contribui (insisto nessa palavra) para reproduzir a distribuição do capital cultural e, assim, a estrutura do espaço social. As duas dimensões fundamentais desse espaço, as quais lembrei ontem, correspondem dois conjuntos de mecanismos de reprodução diferentes - cuja combinação define modo de reprodução - que fazem com que capital puxe capital e com que a estrutura social tenda a perpetuar-se (não sem sofrer deformações mais ou menos importantes). A reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural se dá na relação entre as estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar. (BOURDIEU, 1996, p. 35).

O campo escolar (institucional) faz parte das estratégias dos sujeitos para aumentar o capital cultural e econômico. Felinto (2015) desenvolveu um esquema fundamentado em Bourdieu (1998) que representa o jogo social, bem como as estratégias do sujeito na busca pela ascensão.

Ilustração 06: As estratégias para buscar ascensão social



Nessa dinâmica, os sujeitos que têm herdado em sua constelação familiar os capitais, tendem a ter êxito nesse campo social. Em contrapartida, existem outros grupos de poucos capitais, e estes têm que conquistar, e essa conquista, é dolorosa, porque possibilita ao sujeito sair da zona de conforto para se sacrificar na busca do bem maior.

¹³Diagrama construído por Felinto (2015).

Com efeito, a estrutura para esses grupos não são favoráveis. É, nesse sentido, que as estratégias tende a somar e a ganhar corpo. Assim, o jogo, passa a ser compreendido e jogado, da forma mais preparada possível.

Para essa pesquisa, pode-se traduzir que o campo social, representa o campo científico (ensino superior privado), e no interior desse campo acomodam-se grupos sociais desfavorecidos economicamente, que ingressaram em cursos de ensino superior privado, por intermédio das políticas sociais de democratização do acesso (Fies e Prouni).

Tal grupo tende adquirir disposições específicas em sua forma de pensar, agir e falar – *habitus*, para permanecer. Nesse sentido, as estratégias são acionadas para alterar as posições de poder, visando o capital cultural e, conseqüentemente, o capital econômico. Sob o olhar de Thiry-Cherques (2006, p.31) analisa-se Bourdieu da seguinte forma:

O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não conscientes, que se fundam no /habitus/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /habitus/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /habitus.

Nesse sentido, como explicar que os grupos sociais desfavorecidos economicamente estão conseguindo permanecer e concluir em curso superior, visto que as condições sociais, econômicas e culturais, em tese, não são favoráveis para o sucesso, entendidas como conclusão do curso?

Este estudo busca revelar a teoria das exceções, dos improváveis, de sujeitos que conseguiram permanecer, frente a condições sociais desfavoráveis. Lahire (2008) vem fomentando a teoria das exceções, partindo das relações sociais, que ultrapassa o elo familiar, indicando disposições externas para sucesso escolar desses sujeitos.

Dessa forma podemos dizer que as configurações de relações de interdependência recorrentes que construímos com ajuda de nossos perfis não passam de “trechos escolhidos” de configurações mais amplas. Por exemplo, os próprios pais são ligados por múltiplos elos invisíveis a seus próprios pais, seus irmãos e irmãs, seus colegas de trabalho, seus amigos, vizinhos.... esses elos são presentes e também passados: esses adultos constituíram-se através de relações de interdependência que só compreendemos através de seus produtos cristalizados, na forma de disposições específicas de se comportar, sentir, agir, pensar. Da mesma

forma, as crianças estão relacionadas com outros seres sociais que nem sempre pertencem a constelação familiar. (LAHIRE, 2008, p. 40).

Lahire (2008) tem como ponto de partida a teoria de Bourdieu, no entanto, apresenta elementos que vem desconstruindo a ideia de que apenas a constelação familiar e sua herança vêm adquirindo o capital cultural, econômico e social para obtenção do sucesso escolar. O autor (2008) revela que o capital social pode ser um elemento determinante para o sucesso desses grupos¹⁴.

Bourdieu (1996; 1998) constata em suas análises, que essa probabilidade estatística revelada nas histórias de sucesso escolar, se confirma, mas também percebe as exceções como contradições necessárias ao sistema para seu funcionamento, haja vista, que o sucesso é esperado para os “herdeiros” e é conquista para aqueles cujo fracasso seria “esperado”. Foram nessas aberturas, que a sociologia dos improváveis ganha ênfase nas pesquisas de Brocco; Zago (2014, 2000) e Bergier; Xypas (2013).

Os autores relatam a trajetória de jovens, filhos de analfabetos, desfavorecidos economicamente, que ingressaram na educação superior, superaram os desafios da permanência e chegaram a concluir dos cursos que, até então, era utopia. Foram jovens que contrariaram um sistema que negaram-lhes historicamente os direitos sociais, e que, atualmente, por intermédio de políticas sociais com vistas à democratização do acesso à educação superior, se permitiram não apenas sonhar, mas concretizar a formação acadêmica.

Em resumo, considera-se que os sujeitos envolvidos com esta pesquisa foram estudantes beneficiados por políticas FIES e PROUNI, no qual traduzimos como grupos sociais desfavorecidos economicamente. O termo grupos sociais desfavorecidos economicamente vem de Bourdieu (1996) traduzindo como o pluralismo de sujeitos que se firmam em um determinado espaço social e adquirem disposições culturais específicas, sob a construção de normas, hábitos, costumes, divisão de funções e posições sociais. Nesse sentido, entende-se que para realidade desta pesquisa, o termo grupo social desfavorecido economicamente, vem do conglomerado de sujeitos que se encontram na mesma condição, convergindo no desfavorecimento econômico e comungando de ideias refletidas no ingresso no ensino superior privado.

¹⁴O autor buscou em seu livro *Sucesso escolar nos meios populares*, compreender os resultados escolares como fracasso e sucesso escolar considerando as condições econômicas e culturais dos sujeitos.

5 OS FATORES DE PERMANÊNCIA DOS BENEFICIADOS COM AS POLÍTICAS FIES E PROUNI EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO

O presente capítulo apresenta os resultados desta pesquisa que se dividiu em quatro etapas: O primeiro revela a permanência dos estudantes FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa, em que, identificou o quantitativo dos estudantes que estavam concluindo no tempo estipulado por cada curso. A segunda etapa teve como intuito, apreender o perfil socioeconômico dos participantes, tendo em vista, a compreensão da posição social que os estudantes ocupam no campo institucional. A terceira buscou identificar dados do estudante no que antecede o ingresso no ensino superior, como também, dados da permanência, no que refere ao acesso do estudante em programas acadêmicos e assistenciais na instituição. Por fim, o quarto tópico, analisar os fatores de permanência dos estudantes beneficiados com as referidas políticas.

5.1 A permanência dos estudantes FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa - PB

Para analisar a permanência dos estudantes que ingressaram em cursos superiores, a partir das Políticas sociais como FIES e PROUNI, em uma instituição de ensino superior privado na Cidade de João Pessoa, foi preciso ir ao campo de pesquisa e compreender o número de ingresso e a dinâmica da permanência, considerando a temporalidade estipulada por cada curso que a instituição oferece.

Nesse sentido, a pesquisa a campo deu início no ano de 2017, e um dos primeiros contatos com a instituição foi através da solicitação do quantitativo de estudantes que ingressaram pelo FIES e PROUNI, no período de 2013.1 a 2017.2, como mostra a tabela baixo.

Tabela 09: Quantitativo dos estudantes que ingressam na instituição: Geral/ FIES/ PROUNI

Ano	Quantitativo de alunos ingressos na instituição – geral	FIES	PROUNI	Ações afirmativas (Fies e Prouni) %	Outros tipos de ingresso %
2013.1	748	429	29	63,4	36,6
2013.2	591	560	34	99,6	0,35
2014.1	832	451	42	59,6	40,4
2014.2	802	483	78	69,94	30,06
2015.1	568	516	79	104.74 ¹⁵	
2015.2	471	119	169	61,14	38,86
2016.1	872	221	140	41,39	58,61
2016.2	787	72	121	24,51	75,49
2017.1	1411	109	145	17,99	82,01
2017.2	1046	72	47	11,37	88,63

Fonte: coordenação da instituição no setor financeiro do FIES e PROUNI

A tabela 09 explicita o quantitativo geral de todos os estudantes que ingressaram na instituição no período letivo de 2013.1 a 2017.2, e desses, o número dos estudantes beneficiados com FIES e PROUNI. Considerando o período letivo de 2013.1, consta à entrada de 748 estudantes, sendo que 63,41% eram vinculados às políticas FIES e PROUNI. Aqui revela que um pouco mais da metade dos alunos ingressantes foram beneficiados com as políticas sociais.

No período letivo de 2013.2, o número de ingressantes correspondeu a 591, e desses, 99,65% entraram pelas referidas políticas, ou seja, chegando a quase 100% de estudantes beneficiados, constituindo um grande mercado lucrativo para os empresários. Percebe-se que o Estado passa a investir nas instituições privadas com dinheiro público, como é o caso do PROUNI, que foi instituída pelo governo federal, e que movimentou o mercado educacional, sendo crescente o quantitativo de estudantes PROUNI na instituição pesquisada, com declínio no período letivo de 2017.2.

Entretanto, no período letivo de 2015.2 em diante, o número de estudantes beneficiados com as políticas FIES diminuem, e uns dos indicadores foram às mudanças nos critérios de concessão dos empréstimos. Sguissardi (2015) ressalta o endurecimento do FIES no acesso, constando que na Portaria Normativa nº 21/2014 passa a exigir média superior a 450 pontos e a nota superior à zero nas redações do ENEM. Para além da mudança destacada, podemos ressaltar que no ano de 2015 foi o advento da crise econômica, segundo Filho

¹⁵ Dados inconsistentes que foram liberados pela instituição.

(2017). Tal fator, que pode indicar também a diminuição no investimento das políticas sociais.

Os dados apresentados permitiu compreender o quantitativo geral dos estudantes beneficiados pelas políticas, tendo em vista a permanência desses. Para tanto, questiona-se: os alunos que ingressaram pelas referidas políticas estão conseguindo concluir no tempo certo, considerando o período letivo de ingresso e a conclusão - 2017.2? As tabelas a seguir apontam os resultados para responder a essa questão, lembrando que não estamos trabalhando a contraposição da permanência, compreendidos como evasão, e, sim, com o quantitativo de estudantes que estão conseguindo permanecer considerando os cursos da instituição.

Tabela 10: Quantitativo de estudantes que ingressaram e concluíram na instituição, por cursos de bacharelado, do FIES

Curso	Duração do curso	Início 2013.1	Início 2014.1	Término ¹⁶ 2017.2	Turno		
					M	T	N
Administração	4 anos		29	08	01		07
Direito	5 anos	218		39	07		32
Educação Física	4 anos		37	28	-		28
Enfermagem	5 anos	95		26	07		19
Publicidade e Propaganda	4 anos		29	07	02		05
Sistema de Informação	4 anos		17	03	-		03

Fonte: Coordenação FIES de uma instituição de ensino superior Privado de João Pessoa.

Na tabela 10, foi feito um cálculo dentre o período de ingresso e o período de conclusão (2017.2) considerando a duração de cada curso. O dado apontou que, no período de conclusão, o número de estudantes não chegou à metade do número de ingresso, isto é, não existe uma equivalência, equilíbrio, e, sim, uma distorção, revelando que os estudantes não estão concluindo no tempo certo.

Essa realidade é visível no curso de Administração, em que ingressaram 29 estudantes em 2014.1, mas só conseguiram terminar no tempo certo, 08 estudantes, no período 2017.2. O mesmo ocorre no curso de Direito: de 218 estudantes que ingressaram no período 2013.1, concluíram no tempo certo, 39. Realidade compreendida nos cursos Educação Física, Enfermagem, Publicidade e Propaganda e Sistema de Informação. Na tabela a seguir,

¹⁶ O quantitativo dos alunos referente ao período de término foi compilado considerando os períodos de ingressos apresentados (2013.1 e 2014.1).

apresenta o quantitativo dos estudantes FIES que concluíram no tempo estipulado por cursos do tipo tecnológico.

Tabela 11: Quantitativo de estudantes que ingressaram e concluíram na instituição por cursos tecnológicos do FIES

Curso	Duração do curso	Início 2015.1	Início 2016.1	Término 2017.2	Turno		
					M	T	N
Design de Interiores	2 anos		03	0	0		-
Estética e Cosmética	3 anos	30		22	-		22
Gestão Comercial	2 anos	06	-	02	-		01
Gestão Financeira	2 anos		01	01	-		01
Produção Publicitária	2 anos	03	-	02	-		02
Sistema para Internet	2,5 anos	02	05	03	-		03

Fonte: Coordenação FIES de uma instituição de ensino superior Privado de João Pessoa.

A tabela 11 revela um número expressivo de estudantes que ingressaram no curso de Estética e Cosmética (30 estudantes), e um quantitativo relevante dos estudantes que conseguiram permanecer, totalizando 22. Essa realidade não consta no curso de Design de Interiores que entraram 3 e nenhum aluno chegou a concluir no tempo certo. Na tabela seguir, consta a realidade dos estudantes PROUNI que concluíram no tempo estipulado pelos seus respectivos cursos.

Tabela 12: Quantitativo de estudantes que ingressaram e concluíram na instituição por cursos de bacharelado do PROUNI

Curso	Duração do curso	Início 2013.1	Início 2014.1	Término 2017.2	Turno		
					M	T	N
Administração	4 anos		5	4	1	-	3
Ciências Contábeis	4 anos		7	4	0	-	4
Direito	5 anos	9		4	1	-	3
Educação Física	4 anos		6	4	0	-	4
Enfermagem	5 anos	6		0	-	-	-
Psicologia		-	-	-	-	-	-
Sistema de Informação	4 anos		3	1	0	-	1

Fonte: coordenação Prouni de uma instituição de ensino superior Privado de João Pessoa.

A tabela 12 mostra que são poucos os estudantes contemplados com bolsa PROUNI, e dos que ingressaram, revela uma consistência de estudantes que conseguiram permanecer no tempo certo, exceto no curso de enfermagem que ingressaram 6, mas não consta notificado a conclusão desses. No que se trata dos estudantes dos cursos tecnológicos, consta na tabela seguir, que estes, estão conseguindo concluir no tempo designado pelos cursos.

Tabela 13: Quantitativo de estudantes que ingressaram e concluíram na instituição por cursos tecnológico do PROUNI

Curso	Duração do curso	Início 2015.1	Início 2016.1	Término 2017.2	Turno		
					M	T	N
Design de Interiores	2 anos		3	3	0	-	3
Estética e Cosmética	3 anos	10		8	0	-	8
Gestão Comercial	2 anos		6	7 ¹⁷	0	-	7
Gestão de Recursos Humanos	2 anos		6	4	0	-	4
Gestão Financeira	2 anos		2	2	0	-	2
Produção Publicitária	2 anos		3	2	0	-	2
Sistema para Internet	2,5 anos	7	5	3	0	-	3

Fonte: Coordenação PROUNI de uma instituição de ensino superior Privado de João Pessoa.

Compreende-se que, na tabela 13, foram poucos estudantes contemplados com bolsa PROUNI, mas foi consistente o número de alunos que conseguiram permanecer, considerando o número de ingresso. Nos cursos de Design de Interiores, foram 3 estudantes que ingressaram em 2016.1, e desses, 3 concluíram. O mesmo ocorre no curso de Estética e Cosmético, que entraram 10 estudantes no ano 2015.1, mas apenas 8 estudantes conseguiram concluir. Essa realidade é recorrente, nos demais cursos.

Contudo, cabe ressaltar que varia de curso para curso os estudantes que conseguem ou não permanecer no tempo certo. A tabela revela, principalmente, que, dos estudantes que ingressam pela política FIES, um número significativo de estudantes que

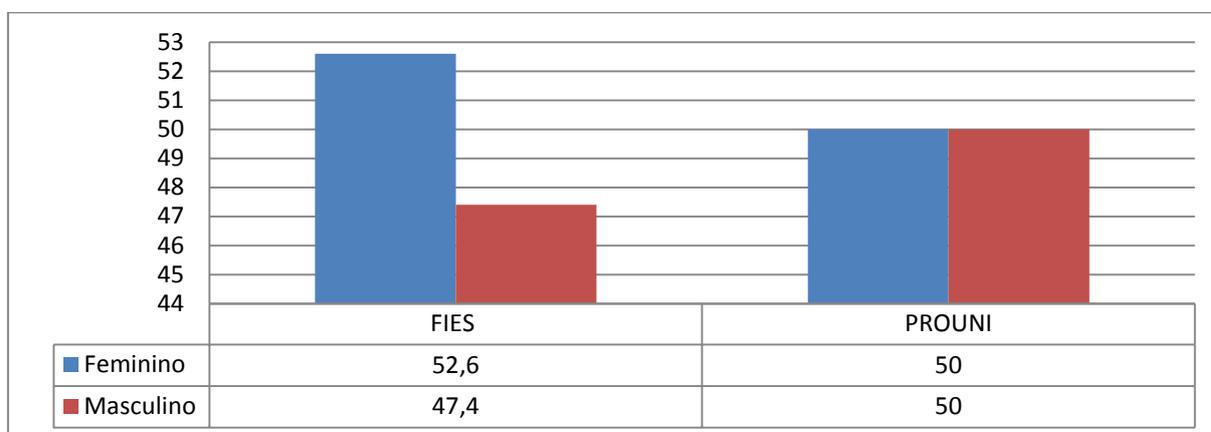
¹⁷Dados são inconsistentes porque o número de concluinte ultrapassa o número de ingresso, compreendendo tempo estipulado por cada curso.

estavam conseguindo permanecer, considerando o tempo estimado por cada curso. Sendo assim, o objetivo desse levantamento não foi problematizar a evasão, e, sim, compreender a permanência sob dados quantitativos, tendo em vista aplicação da escala com estes estudantes que conseguiram permanecer. Nesse sentido, no próximo tópico, buscamos apresentar o resultado da escala, incluindo o perfil socioeconômico e os fatores de permanência.

5.2 Perfil socioeconômico dos participantes

O objetivo desse tópico é caracterizar os sujeitos envolvidos com esta pesquisa, tendo em vista a identificação da posição social que os estudantes ocupavam dentro do espaço institucional. Sendo assim, foram elencadas as seguintes variáveis: sexo, cor/raça, estado civil, tipo de escola do ensino médio, renda familiar, situação ocupacional do pai e da mãe e a instrução do pai e mãe, como mostram os gráficos abaixo.

Gráfico 02: Sexo



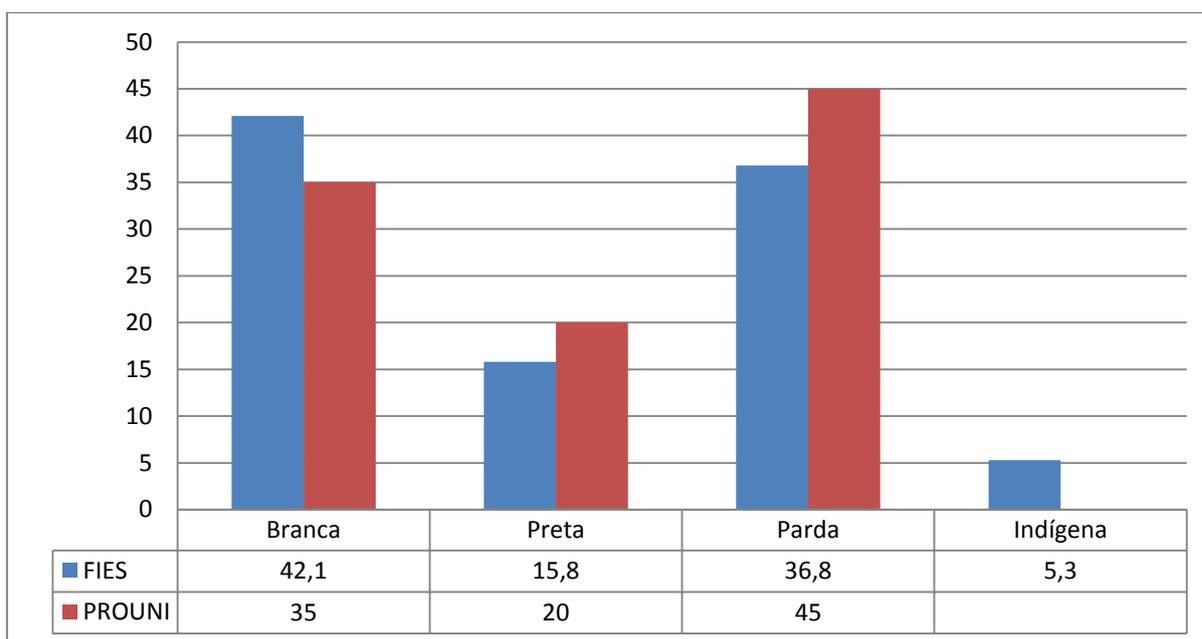
Fonte: construído pela autora

O gráfico 02 apresenta a distribuição dos alunos por sexo compreendendo o público feminino (FIES 52,6% - PROUNI 50%) e masculino (FIES 47,4% - PROUNI 50%), que revelaram dados equiparados, com pequenas variações entre o feminino FIES com 52,6% e masculino 47,4%. Os dados indicaram, nessa amostra, que tanto o público feminino como o masculino está buscando ingressar e permanecer no ensino superior privado. Sobretudo, a realidade da educação superior no âmbito nacional das matrículas nos cursos de graduação presenciais por sexo, no setor público e privado, também apresentou equilíbrio, quando comparado com a população brasileira, explicitado por Jezine (2016, p. 439).

[...] os percentuais de distribuição das matrículas por sexo, segundo os setores acadêmico público e privado não se alteram ao longo do período, havendo um maior número de matrícula de mulheres, ou seja, confirma-se a existência de mais mulheres do que homens frequentando o ensino superior, tanto no setor público, como privado. Todavia, ao se tomar por base a população brasileira, têm-se no ano de 2013, 201.032.714 habitantes, destes 101.695.856 são mulheres e 99.336.858 são homens, um percentual de 50,6% e 49,4%, respectivamente (IBGE, 2013), o que indica um equilíbrio entre os percentuais da população e o ingresso no ensino superior. Assim, na população brasileira, existem mais mulheres do que homens, de modo que a existência de maior número de mulheres matriculadas na educação superior, não indica que esteja havendo maior ingresso de um sexo em função do outro, mas que é preciso estabelecer essa relação a partir do dado populacional.

Na variável sexo, foi perceptível identificar que a distribuição, considerando amostra apresentada, se deu de forma equilibrada, ou seja, tanto o feminino como o masculino conseguiu permanecer na instituição.

Outro fator que merece destaque na construção do perfil socioeconômico dos estudantes que conseguiram permanecer na instituição é a variável cor/raça. Segundo Sguissardi (2014), ao se debruçar sobre o processo de democratização, revelou o quanto o Brasil possuía uma desigualdade social acentuada. E essa é refletida na distribuição de renda, constatando que a metade da população (51,2%) são autodeclarados pretos e pardos, e estes foram marcados pela discriminação e o preconceito, representada pelas taxas elevadas de analfabetismo e exclusão na educação superior. Podemos inferir que as questões econômicas estão diretamente atreladas à variável cor/raça, por isso se torna importante destacar essa variável, tendo como intuito de fazer um paralelo com as políticas sociais: FIES e PROUNI.

Gráfico 03: Cor/raça

Fonte: construído pela autora

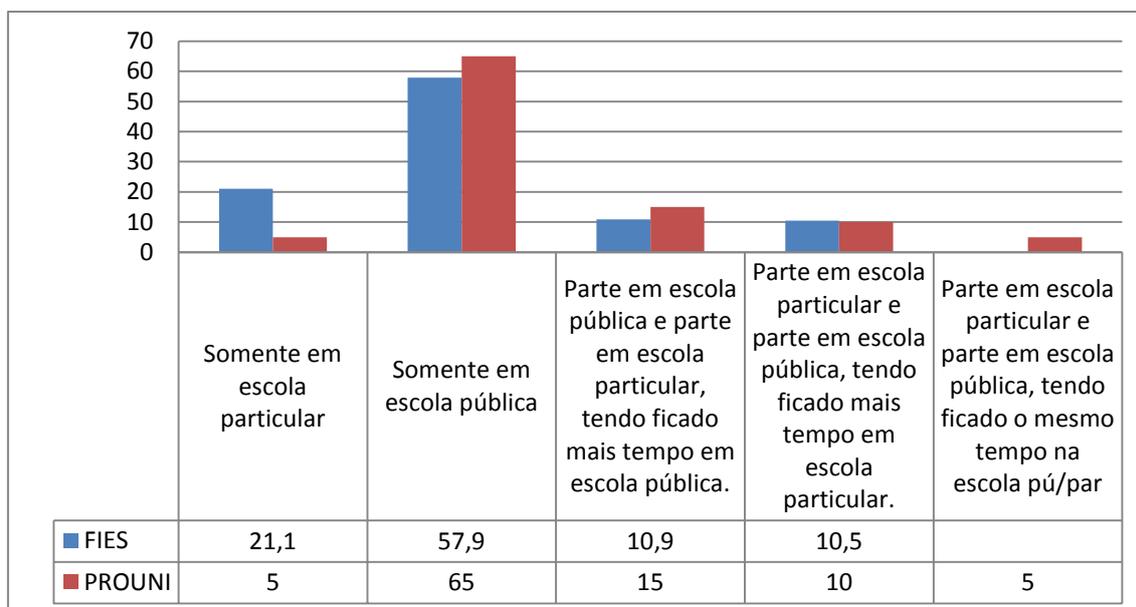
O gráfico 03 expõe a origem racial dos estudantes que conseguiram permanecer em uma instituição do ensino superior privado da cidade de João Pessoa. Ao visualizar os dados, percebe-se a distinção entre o FIES que aglomera um número expressivo de estudantes da cor branca com 42,1%. Já o PROUNI, agrega de forma mais significativa estudantes da cor parda com 45%. Ao estudar os critérios de seleção de tais políticas, identificamos que o FIES tem como base o vínculo do estudante mediante contrato firmado com um dos agentes financeiros, ou seja, não estabelece a variável cor/raça como parâmetro. Mas, essa política possibilita flexibilidade para que grupos desfavorecidos ingressassem na educação superior através dos reajustes, no ano 2014¹⁸, sob a logística de menores juros, do Fundo Garantidor e dos contratos com estudantes de cursos de licenciatura, beneficiado com bolsas parciais do PROUNI ou estudantes de baixa renda.

No PROUNI, os critérios de seleção é a renda familiar e o tipo de escola. O primeiro (renda familiar) varia para os estudantes beneficiados com bolsa integral e parcial, entre até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio) e até 3 (três) salários-mínimos. Com o segundo critério, consta que os estudantes teriam que cursar o ensino médio em escolas públicas ou em instituições privadas, na condição de bolsista integral. Nesse sentido, todos os critérios

¹⁸ Essa discussão foi explicitada no tópico FIES.

interferem no público, que pode variar conforme a política, como mostra os dados abaixo, sobre o tipo de escola.

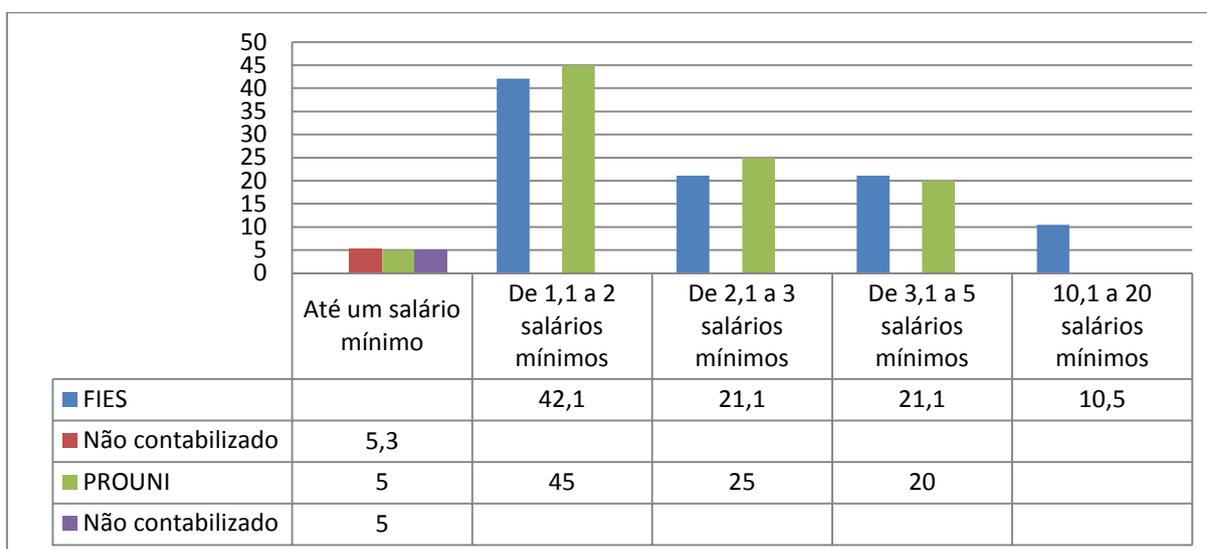
Gráfico 04: Tipo de escola do ensino médio



Fonte: construído pela autora

O gráfico 04 apresenta o tipo de escola em que os beneficiados com as políticas FIES e PROUNI cursaram o ensino médio. Dessa forma, houve um quantitativo predominante, a opção “somente em escola pública”, assim consideramos o percentual FIES com 57,9% e PROUNI com 65%. Além disso, observa-se que às distribuições dos dados FIES, mais uma vez, apresentaram uma disparidade, em relação ao critério do desfavorecimento econômico dos estudantes, constando um quantitativo considerável de estudantes que estudaram no ensino médio em escolas particulares com 21,1%.

Essa análise conduz para o entendimento de que os critérios de seleção do FIES podem estar focados no fortalecimento do capital, e não com a condição social. Conclui-se, dessa maneira, que tal política flexibiliza o ingresso para que quaisquer sujeitos possam ter acesso à educação superior. Entretanto, percebe-se que a procura maior, contempla sujeitos que se inserem nos grupos sociais desfavorecidos economicamente, como mostra os dados da Cor/raça e tipo de escola.

Gráfico 05: Renda familiar

Fonte: construído pela autora

A partir do gráfico 05, entende-se que, na renda familiar dos estudantes, predominou o salário de 1,1 a 2 salários mínimos, tanto do FIES com 42,1% como no PROUNI 45%. E, mais uma vez, o FIES atendeu estudantes com 10,1 a 20 salários mínimos com percentual de 10,5%. Cabe destacar que esse percentual (10,5%) não se trata de um número significativo, mas de uma flexibilidade da política quanto à entrada e a permanência de estudantes com renda familiar distinta.

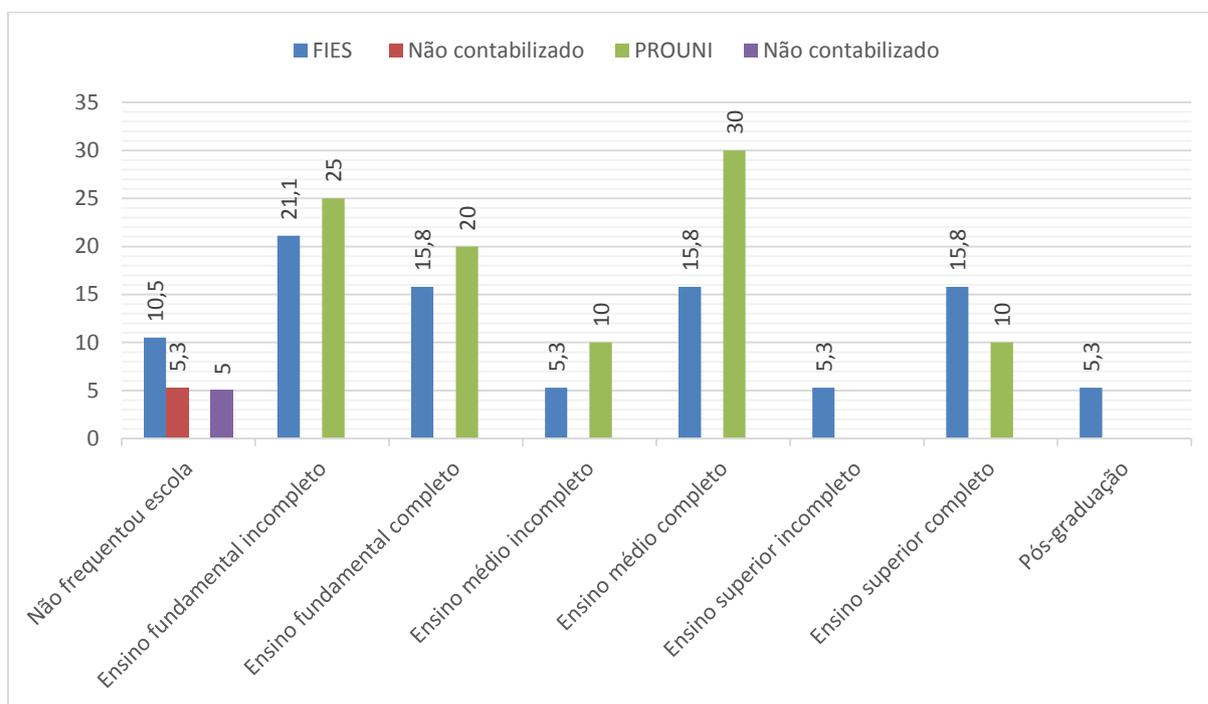
A renda familiar é uma variável que tem relevância porque indica a condição socioeconômica dos participantes, que, segundo os critérios estabelecidos nas políticas sociais de acesso à educação superior (FIES, PROUNI e Cotas) compreende-se que estes estudantes pertencem aos grupos sociais desfavorecidos economicamente. Segundo Bourdieu (1998) o capital econômico tem um maior peso dentro do espaço social, porque possibilita o sujeito movimentar-se na construção legível, material, de estratégias para obtenção da ascensão social.

Trata-se do que é possível, das condições concretas, materiais e objetivas, que o sujeito tem condições de adquirir. Entretanto, as competências econômicas, nem sempre são bem distribuídas dentro de um sistema capitalista, gerando grupos sociais desfavorecidos economicamente. Esses grupos em um dado campo social buscam variadas estratégias para aquisição do capital econômico, que se fortalece em uma relação de interdependência com o capital cultural.

Sobre o capital cultural, afirma Bourdieu (1998), a existência de três formatos: **estado incorporado**, que se caracteriza pelo trabalho individual de inculcação e assimilação do Habitus, que são adquiridos pela transmissão hereditária. **Estado objetivado** liga-se a materialidade, no manuseio dos bens culturais, artísticos etc. Por fim, **estado institucionalizado**, que se detém a certificação escolar, títulos etc.

Bourdieu (1998) traz a perspectiva hereditária (herança familiar) e, quando não adquirido, o sujeito passa por um processo de construção para aquisição dos capitais. Nesse caso, a variável instrução da mãe e pai pode indicar o capital cultural herdado, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 06: Nível de instrução da mãe



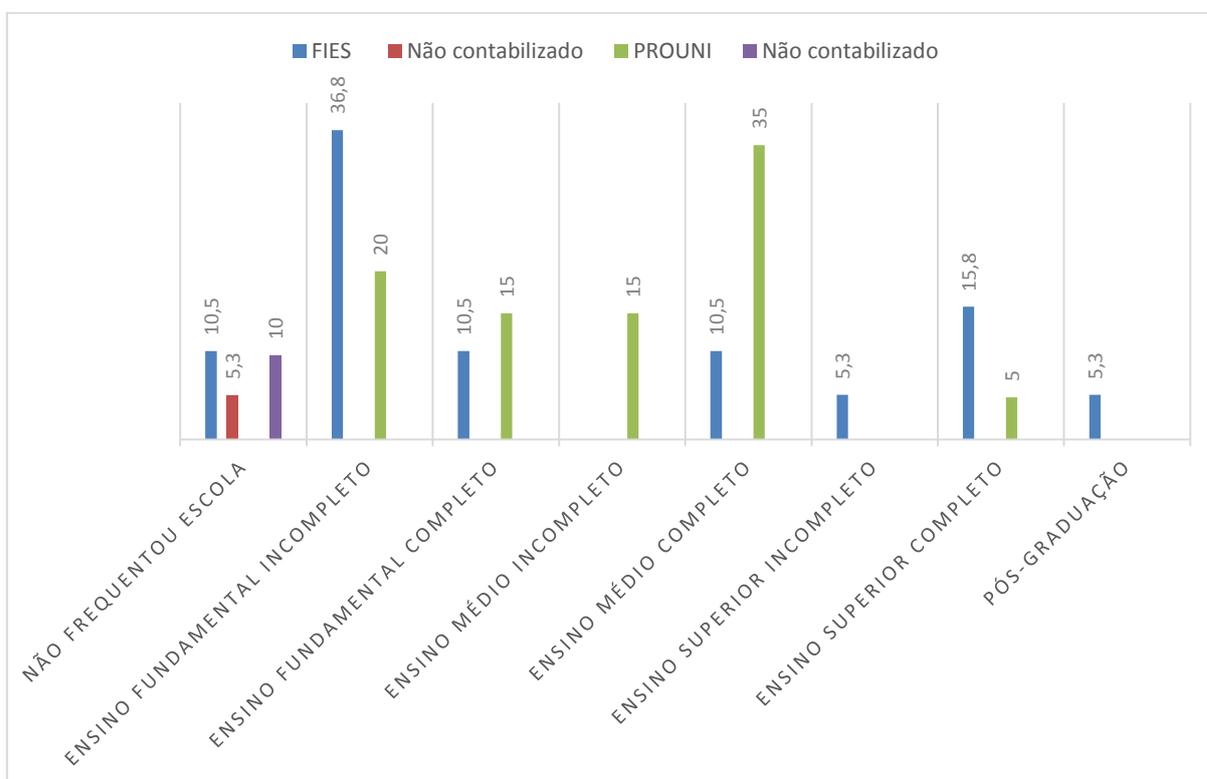
Fonte: construído pela autora

O gráfico 06 consta como dado predominante 21,1%, mães com ensino fundamental incompleto dos estudantes que possuem FIES. Entretanto, o dado do FIES variou em relação com o PROUNI, isso porque o nível de instrução das mães apresentou uma diferença, constatando percentual predominante de 30% ensino médio completo, ou seja, o nível de instrução das mães dos estudantes PROUNI é mais elevado do que o FIES.

Sobre o nível de escolaridade do pai, no que se trata dos estudantes que ingressaram e conseguiram permanecer pelo FIES, consta o ensino fundamental incompleto

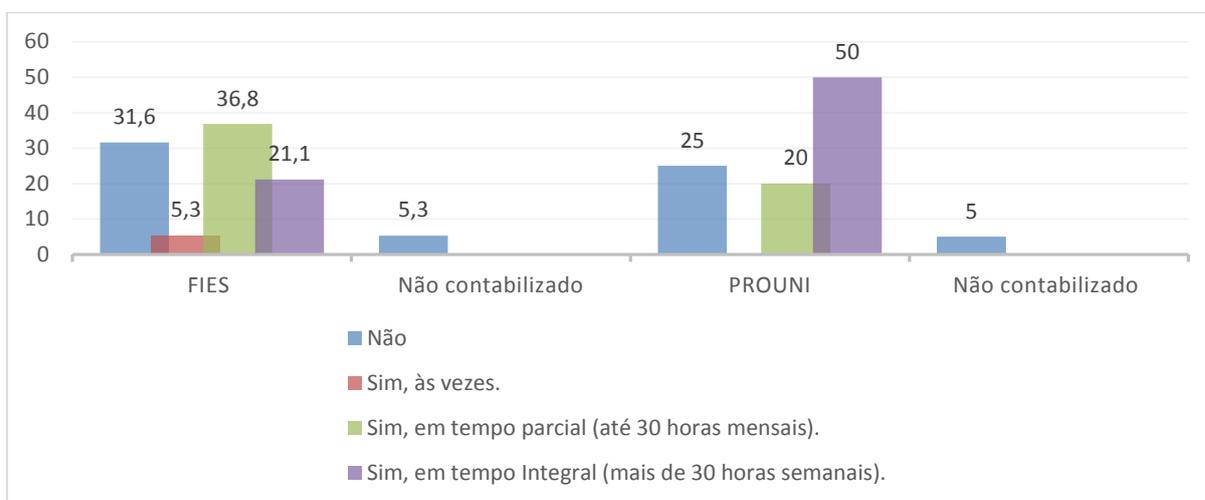
como categoria predominante (36,8%). Em comparação com o PROUNI, observou-se que o FIES tem o nível menor na escolaridade do pai. O dado que se refere à política PROUNI, constatou-se que o ensino médio completo possui um número expressivo com 35%. Sobre os dados subsequentes, resultou no ensino médio incompleto com 20%, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 07: Nível de instrução do pai



Fonte: construído pela autora

Contudo, ressalta-se que a instrução da mãe e do pai não apresenta um nível de escolaridade alto, pontuando como dado predominante ensino fundamental incompleto e ensino médio completo. Outro fator a ser destacado foram os pais dos estudantes que ingressaram/permaneceram pelo PROUNI que possuíam uma escolaridade maior que os pais dos estudantes FIES. Nesse sentido, salienta-se que as variações (escolaridade dos pais FIES e PROUNI) não eram distintas, concluindo que tanto os estudantes FIES, quanto os do PROUNI não indicavam um alto capital cultural institucionalizado elevado. Por fim, a caracterização dos sujeitos envolvidos buscou identificar se os estudantes encontravam-se no mercado de trabalho, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 08: Trabalho remunerado

Fonte: construído pela autora

O gráfico 08 expõe que os estudantes do FIES exercem trabalho remunerado em tempo parcial, com 36,8%, enquanto os estudantes PROUNI estavam inseridos no mercado de trabalho em tempo integral, com 50%. Nesse gráfico, pode-se inferir que os estudantes estavam buscando qualificação para galgar melhores oportunidades ou permanecer no campo profissional que atuaram ou atuam.

Contudo, pode-se destacar que foram os estudantes que conseguiram permanecer no campo institucional, mesmo em condições socioeconômicas desfavoráveis, isso porque se encontravam com uma renda familiar de 1,1 a 2 salários mínimos, advindos de escolas públicas, e de origem familiar em que os pais não possuem um nível de instrução elevado, não chegando ao ensino superior.

5.3 Dados do estudante no que antecede o ingresso no ensino superior e a permanência no ensino superior, no que diz respeito o acesso em programas acadêmicos e assistenciais na instituição.

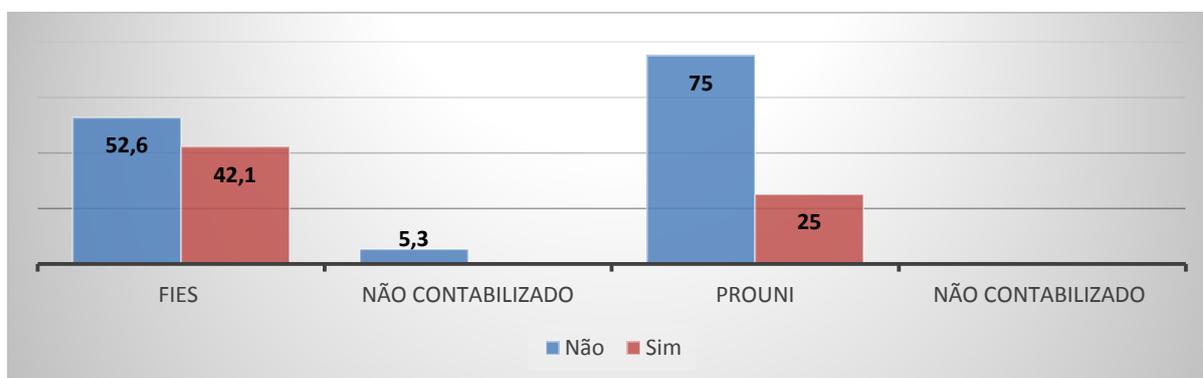
Nesse tópico, buscaremos analisar a permanência dos beneficiados pelas políticas FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na Cidade de João Pessoa, com intuito de identificar os fatores preponderantes que influenciaram na permanência desses estudantes. Para iniciar a discussão, destacamos o gráfico 09 no qual contém a variável “Cursinho pré- vestibular”, que se traduz como uma iniciativa do sujeito que vislumbra o ingresso na educação superior. Trata-se das estratégias tomada de forma consciente ou

inconsciente, com objetivo de prolongar o processo de escolarização, em decorrência das mudanças sociais, que impele o sujeito a construir caminhos para alavancar sua posição social em um dado campo social.

Mudanças estas, explicitada por Zago (2008), como a taxa do desemprego, expansão do ensino básico, urbanização e mudanças no mercado de trabalho, que acentuou uma demanda significativa de jovens que buscaram ingressar na educação superior. É, no entanto, que o cursinho pré-vestibular possibilitou uma oportunidade de minimizar o déficit ou potencializar o processo de escolarização de jovens que tem como foco o ingresso na graduação e de preferência no curso almejado.

Nesse sentido, compreendemos que os cursos pré-vestibulares são formações complementares que auxiliam os egressos do ensino médio a conquistar o ensino superior. Mas, para esta pesquisa, identificou-se que os estudantes que conseguiram permanecer nos cursos da instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa, não recorreram a cursinhos pré-vestibulares, como uma alternativa estratégica que antecede o ingresso, como comprova o gráfico a seguir:

Gráfico 09: Cursinho pré-vestibular

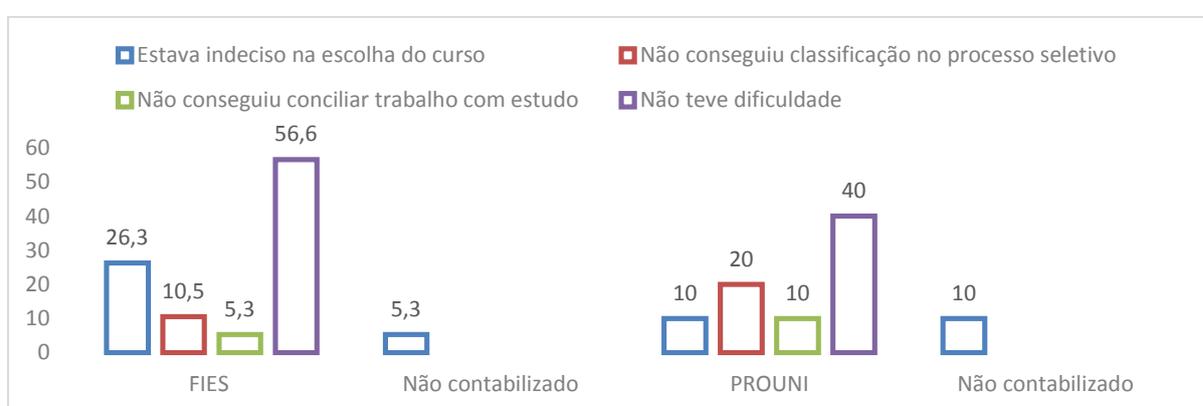


Fonte: construído pela autora

O gráfico 09 mostra o panorama dos estudantes FIES e PROUNI que conseguiram permanecer na instituição, entretanto, a maioria (FIES 52,6% PROUNI 75%), não buscaram alternativas como cursinhos pré-vestibulares para ingressar no ensino superior privado. O presente gráfico revela que mesmo predominante os dados indicarem que os estudantes não buscaram cursinhos pré-vestibulares, cabe ressaltar que o FIES apresentou um quantitativo expressivo de 42,1% de estudantes que buscam tais alternativas (cursinho pré-vestibular).

A amostra apresentada indica a capacidades do estudante em concorrer a um processo seletivo sem precisar de formações complementares, como também, na fragilidade nos critérios de seleção, haja vista que tais critérios incluem: não tirar nota zero na redação e atingir 450 pontos nas provas objetivas, ou seja, elementos não rigorosos para um processo seletivo. Considerando os indicadores apontados, também pode resultar, na falta dificuldades de ingresso, como mostra no gráfico a seguir:

Gráfico 10: Dificuldade de ingressar na educação superior



Fonte: construído pela autora

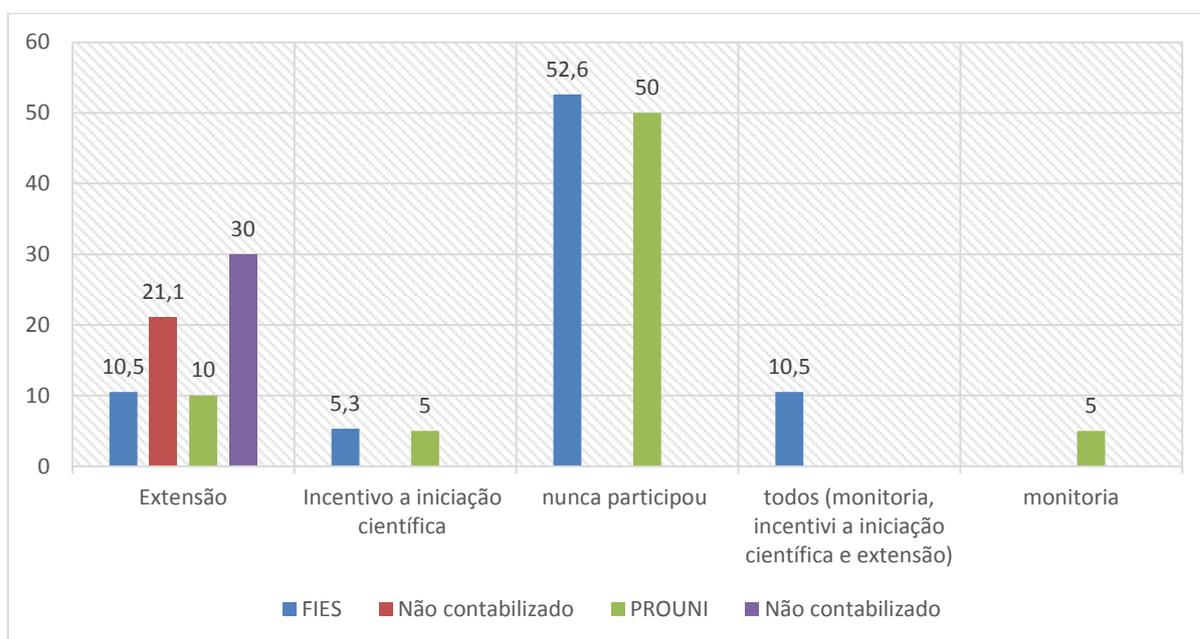
O gráfico 10 demonstra que a maioria dos estudantes FIES não tiveram dificuldades de ingressar na educação superior, contabilizando 56,6%. Entretanto, 26,3% estavam indecisos na escolha do curso. No caso do PROUNI, os beneficiados atingem ao percentual de 40% que não tiveram dificuldades de ingressar na educação superior, e o dado subsequente foi 20% de estudantes que não conseguiram passar no processo seletivo. Considerando as variáveis que mostram os dados dos sujeitos desta pesquisa, no que antecedem o ingresso no ensino superior privado, cabe ressaltar, a permanência desses, no que refere ao acesso nos programas acadêmicos e assistenciais.

Um fator a ser considerado para essa discussão são os programas assistenciais e acadêmicos, visto que nos estudos de caso feito na UFPB, são tipos de estratégias que os estudantes recorrem para permanecer na instituição (JEZINE; FARIAS; FELINTO, 2015). Jezine; Farias; Felinto (2015) assinalam que os programas acadêmicos, no campo da pesquisa na UFPB, podem estar contribuindo para permanência, no entanto, as ofertas não atendem a grande demanda, considerando a expansão e o processo de democratização na instituição, nos anos de 2008, com a implementação do REUNI, e 2012, com a Lei de Cotas. Todavia, os

estudos feitos na UFPB serviram como aporte para ampliar a discussão sobre permanência considerando a instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa.

Nesse sentido, a busca foi compreender se a instituição de ensino superior privada, na cidade de João Pessoa, aderiria aos programas de subsídio estudantil. Sendo assim, identificou-se que a instituição (ensino superior privado na cidade de João Pessoa) apresentava variadas ações que auxiliaram os estudantes em sua formação, como projeto de extensão, incentivo à iniciação científica e monitoria, como também núcleo de empregabilidade etc., como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 11: Tipos de programas acadêmicos



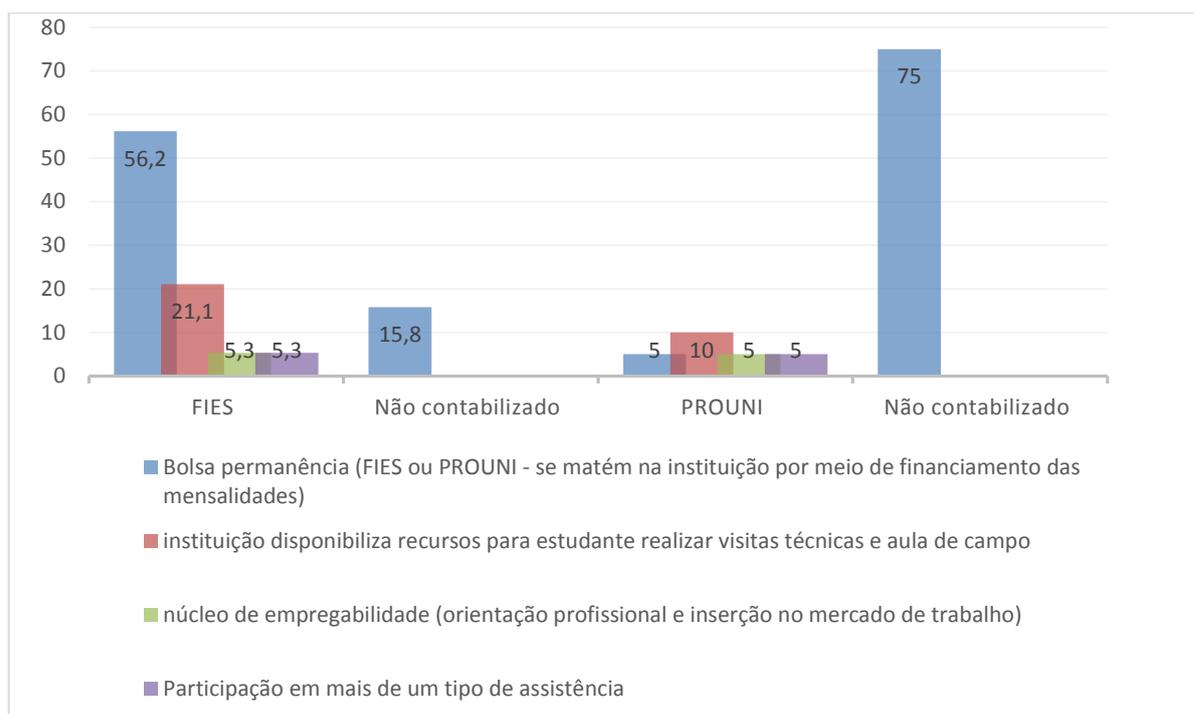
Fonte: construído pela autora

O gráfico 11 mostra um dado curioso acerca dos programas acadêmicos que a instituição pesquisada oferece, resultando que um pouco mais da metade dos estudantes do FIES (52,6%) e PROUNI (50%) assinalaram a alternativa “nunca ter participado dos programas”. O dado foi acentuado, quando observado os quantitativos subsequentes dos estudantes FIES e PROUNI, que se negaram em responder, indicando que esses estudantes podem não ter tido acesso aos programas.

As mesmas situações em relação ao acesso aos programas acadêmicos ocorrem com as ações assistenciais que instituição pesquisada oferece. Isso porque a instituição adotou ações assistenciais visando dar suporte para os estudantes no processo formativo, no qual

incluía: núcleo de empregabilidade, como também, transporte para os estudantes participarem das aulas de campo e dentre outras ações. Todavia, as ações não foram determinantes para permanência, como explicitado no gráfico abaixo.

Gráfico 12: Programa de assistência



Fonte: construído pela autora

As ações assistenciais têm peso para permanência de grupos sociais desfavorecidos economicamente, visto que suas condições podem ser um fator de empecilho no caminhar da formação. No entanto, o fator apresentado (assistencial) não foi determinante para essa amostra. Isso porque os dados do PROUNI foram predominantemente não contabilizados, com 75%, enquanto os estudantes do FIES, em maioria, entendeu que a permanência se deu pelo pagamento das mensalidades com percentual de 56,6%. Cabe ressaltar que esses estudantes (FIES e PROUNI) são trabalhadores e estudantes do turno noite, no qual indica indisponibilidade para realização de tais atividades.

Considerando o contexto apresentado, buscamos realizar um paralelo com as universidades federais, identificando-se que as instituições de ensino superior público e privada, desenvolvem ações com vista na permanência dos estudantes, mas sob lógicas e dinâmicas distintas, reforçadas e estabelecidas pela própria LDB/96. No Art. 19 (LDB nº 9493/96) definiu a natureza administrativa das IES, classificando-as no seguinte formato:

público mantido e criado pelo Poder Público e privada por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Sendo assim, as universidades federais buscaram trabalhar a permanência, tendo em vista a democratização do acesso em uma perspectiva assistencialista, implementando ações sob iniciativa do governo federal. Enquanto as instituições privadas desenvolvem tais ações sob recursos próprios, ou seja, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Sobre as ações assistenciais para as universidades federais, ressalta-se a Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, intitulado de Programa Nacional de Assistência Estudantil – (PNAES), com objetivo de combater as desigualdades sociais e regionais, a partir de estratégias que visava às condições de acesso e permanência de estudantes no âmbito da educação superior (FONAPRACE, 2008).

Aqui, a categoria permanência começa adotar um caráter assistencial, que se dá pelas estratégias governamentais que possibilitam ações desde as áreas econômicas até as questões culturais. Salienta-se, ainda, que o estudo sobre a permanência adentra em questões subjetivas, logo varia de instituição para instituição, de espaço, lugar e tempo.

Mas o que podemos inferir, é que, na instituição pública os estudantes recorrem a variados programas acadêmicos e assistenciais, com bolsas de estudos, como referido na pesquisa de Jezine; Fárias; Felinto (2015), e a instituição privada, principalmente, os estudantes da noite, não tiveram acesso a esse tipo de recurso. Considerando as condições econômicas e sociais desfavoráveis e a falta de acesso dos estudantes em programas acadêmicos e assistenciais, indaga-se: quais os fatores que favoreceu a permanência destes estudantes?

5.4 Os fatores de permanência dos participantes

Na busca de indicadores dos fatores de permanência, buscamos na Escala de Avaliação da Permanência dos Discentes, respostas mais contundente frente à pergunta levantada (problema de pesquisa). Nessa perspectiva, iniciamos com a dimensão Externa ou convicção prévia, conforme explicitado na tabela abaixo.

Tabela 14: A escolha do curso: para estudantes beneficiados pelo FIES em uma instituição privada

Externa ou convicção prévia	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	Total
Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar			3	16	19
Eu escolhi o curso porque me identifiquei com o curso.			4	15	19
Eu escolhi o curso porque me prepara para o mercado de trabalho		2	6	10	18
Eu escolhi o curso porque me proporciona prestígio social	2	8	4	4	18
Eu estou no curso que sempre desejei cursar		2	8	9	19
Total:	2	12	25	54	93
	2,15	12,90	26,88	58,06	100,00

Fonte: construído pela autora

A tabela 14 apresenta as motivações que os concluintes tiveram para escolher o curso de graduação no ensino superior privado. A partir dela, podemos extrair a informação que a dimensão externa ou convicção prévia, no que o estudante almejava como curso, potencializou o percentual para o aspecto favorável à permanência, contabilizando em parcialmente favorável 26,88% e favorável 58,06%. Os dados indicam que os estudantes do FIES optaram pelo curso porque se identificavam, preparava para o mercado de trabalho e proporcionavam prestígio social. O mesmo acontece com os estudantes PROUNI, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 15: A escolha do curso: para estudantes beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada

Externa ou convicção prévia	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	Total
Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar	1		4	15	20
Eu escolhi o curso porque me identifiquei com o curso.	3	1	5	11	20
Eu escolhi o curso porque me prepara para o mercado de trabalho	2	2	6	9	19
Eu escolhi o curso porque me proporciona prestígio social		4	5	11	20
Eu estou no curso que sempre desejei cursar	3	6	7	3	19
Total:	9	13	27	49	98
	9,18	13,27	27,55	50,00	100,00

Fonte: construído pela autora

Na tabela 15, compreende-se que as motivações pelas quais os estudantes optaram pelos cursos, apresentam o mesmo resultado que os estudantes do FIES, revelando que na dimensão **Externa ou convicção prévia** predominou o aspecto favorável (50%) e parcialmente favorável (27,55%) à permanência. Ou seja, os estudantes que conseguiram permanecer escolheram o curso porque desejou cursar, tendo em vista a preparação para o mercado de trabalho.

Contudo, pode-se considerar, que o desejo desse estudante pelo curso não se trata de um ato isolado, e, sim, o almejo pela qualificação profissional. Esses estudantes que permaneceram nos cursos identificaram o jogo social, compreendendo a empregabilidade qualificada, que se legitima no campo social através da aquisição da diplomação. Segundo

Bourdieu (1998), os títulos são estratégias que os agentes buscam para legitimar seu poder no campo social em aspectos simbólico e material.

Para Bourdieu (1998), a sociedade é constituída por campos sociais com variados agentes que incorporam o *Habitus* de uma estrutura estabelecida. Tal *Habitus* revela as posições sociais dos agentes, que são materializados em capital econômico, cultural e social, ou seja, quanto maior o capital em termo quantitativo, mais poder material e simbólico possui o agente.

Assim, conforme Bourdieu (1989, p.12), “os sistemas simbólicos distingue-se fundamentalmente conforme sejam produzidos, e ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo [...]”.

Nesse sentido, trazer este debate para a pesquisa, é entender que os títulos são também representações simbólicas que atribuem aos sujeitos prestígio social, ascensão social etc. dentro do espaço social, quer seja na comunidade, no âmbito institucional ou profissional. Essa representação dá aos sujeitos poder simbólico. Nesse sentido, podemos inferir que os fatores de permanência também se encontram nas representações, nos fatores intrínsecos que motivam os sujeitos a permanecer.

Tabela 16: Permanência nos cursos: para estudantes beneficiados pelo FIES em uma instituição privada

Permanência	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	Total
Eu pretendo continuar matriculado no curso.	1	1	4	9	15
Eu continuo no curso porque a família ajuda.	13	1	2	1	17
Eu continuo no curso porque estou num programa acadêmico de bolsas de estudo.	14		2	1	17
Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil.	11	1	2	5	19
Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional	1	1	8	9	19
Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.	4	4	6	4	18
Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso.		3	7	9	19
De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso.	1		6	12	19
Total:	45	11	37	50	143
	31,47	7,69	25,87	34,97	100,00

Fonte: construído pela autora

Na tabela 16, buscou-se identificar os fatores que corroboraram na estabilidade dos estudantes na instituição de ensino superior privado. Com isso, foi detectado que, na

dimensão permanência, o percentual significativo foi relativo aos aspectos: parcialmente favorável 25,87% e favorável 34,97% à permanência. Ou seja, os estudantes continuaram no curso pela perspectiva profissional, ascensão social, porque os professores motivaram e porque era um curso que sempre desejaram cursar.

Cabe ressaltar um percentual expressivo contabilizando 31,27% do aspecto desfavorável à permanência, porque os participantes não consideraram ajuda da família, programas acadêmicos e assistenciais, indicando que não foram determinantes para o estudante se firmar na instituição. A justificativa para tal resultado, consta na dupla função que os estudantes tinham no sentido de trabalhar durante o dia e estudar durante a noite¹⁹. Todavia, entendemos que permanência, foi permeada pela perspectiva profissional, tendo em vista ascensão social. Nesse processo, os professores também tiveram um papel importante, em termo de motivar os estudantes nessa caminhada formativa, e assim, estabelecendo redes de conexões sociais, chamado por Bourdieu (1998) de capital social.

Contudo, foi perceptível compreender que os estudantes do FIES, considerando amostra apresentada, possuem um discurso coerente com as propostas neoliberais, com vista no ideário mercadológico, no qual deposita na educação a função de formar estudantes preparados para o mercado, ou seja, no fortalecimento do sistema capitalista. Ainda na dimensão permanência, percebemos que os estudantes do PROUNI, que conseguiram chegar à conclusão no curso, assemelham-se com os resultados dos estudantes FIES, como mostra a tabela abaixo.

¹⁹Visto no perfil socioeconômico

Tabela 17: Permanência nos cursos: para estudantes beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada

Permanência	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	Total
Eu pretendo continuar matriculado no curso.			3	13	16
Eu continuo no curso porque a família ajuda.	10	2	4	2	18
Eu continuo no curso porque estou num programa acadêmico de bolsas de estudo.	5	4	1	7	17
Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil.	7	3	2		12
Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional	1	1	5	12	19
Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.	1	4	9	5	82
Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso.	1	3	9	5	18
De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso.		2	5	12	19
Total:	25	19	38	56	201
	12,44	9,45	18,91	27,86	100,00

Fonte: construído pela autora

Na tabela 17, compreende-se que, na dimensão apresentada, o aspecto predominante foi parcialmente favorável (18,81%) e favorável (27,86) à permanência, com destaque nas proposições que remetem a perspectiva profissional, ascensão social e motivação dos professores. Mas cabe ressaltar que o aspecto desfavorável, também resultou no quantitativo considerável contabilizando (12,44%), que refletiu nas seguintes proposições acentuadas: ajuda da família, programas acadêmicos e assistenciais, que não foram determinantes para permanência.

Assim, tal resultado dialoga com a concepção de Bourdieu (1998) que:

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da escola libertadora, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 1998, p. 41).

O sujeito, a partir do conceito em Bourdieu (1998), é ativo e talhado socialmente, sendo configurado a partir da sua individualidade, seja pelas suas aptidões ou suas ambições. Além disso, ele está submetido às imposições sociais que configuram a escola como libertadora, embora esta configuração legitime a desigualdade social, a partir de uma falsa ilusão de ascensão social, que na verdade, esconde “a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Tabela 18: Estrutura: para estudantes beneficiados pelo FIES em uma instituição privada

Estruturais	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	Total
As salas de aula são confortáveis	2	2	8	6	18
Os laboratórios são bem equipados e confortáveis	2	3	8	6	19
Sempre encontro o que preciso nas bibliotecas da UFPB		5	8	6	19
Total:	4	10	24	18	56
	7,14	17,86	42,86	32,14	100,00

Fonte: construído pela autora

Na tabela 18, é possível perceber que os estudantes do FIES encontravam-se satisfeitos com a estrutura física da instituição privada. No que refere ao conforto das salas de aula, laboratórios equipados e bibliotecas acessíveis foram expressivos os números dos que se diziam parcialmente favorável (42,86%) e favorável (32,14%). Assim, no ensino superior privado, a infraestrutura revela-se como ponto positivo para permanência dos seus estudantes, como foi para os estudantes PROUNI, apresentado na tabela abaixo.

Tabela 19: Estrutura: para estudantes beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada

Estruturais	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	Total
As salas de aula são confortáveis	1	2	11	6	20
Os laboratórios são bem equipados e confortáveis		60	7	6	73
Sempre encontro o que preciso nas bibliotecas da UFPB		6	7	7	20
Total:	1	68	25	19	113
	0,88	60,18	22,12	16,81	100,00

Fonte: construído pela autora

A tabela 19 revela a percepção dos estudantes PROUNI em relação à dimensão estrutura, que diferenciou dos alunos FIES, isso porque os estudantes PROUNI consideraram como aspecto parcialmente desfavorável (60,18%), que os laboratórios eram bem equipados. Mas sobre as bibliotecas e as salas de aula, em suas percepções, são confortáveis, resultando em parcialmente favorável, com 25%, e favorável, com 19%. Portanto, compreende-se que no olhar dos estudantes, a dimensão estrutura foi destacada como fator que pode assegurar a permanência na instituição.

A biblioteca, como laboratórios e salas de aula, são tipos de recursos para que os estudantes possam qualificar-se no campo institucional e profissional. A estrutura revela um aspecto material que os estudantes podem estar adquirindo, e, assim, contribuindo na permanência. Caso contrário, fragiliza a qualidade, e conseqüentemente na preparação para o mercado de trabalho competitivo, como é o caso, também, dos programas acadêmicos. Na tabela abaixo, apresentará os programas acadêmicos dos estudantes beneficiados com FIES.

Tabela 20: Programas acadêmicos: para estudantes beneficiados pelo FIES em uma instituição privada

Programas acadêmicos	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	Total
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para qualificação profissional	1	1	3	8	13
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para produção acadêmica	1	1	5	5	12
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para formação crítico social	1	3	4	5	13
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para dar continuidade nos estudos	1	3	2	7	13
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é o valor da bolsa de estudos.			8	5	13
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a orientação inadequada.		2	6	5	13
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a complexidade no desenvolvimento da pesquisa.		2	5	6	13

O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a carga horária excessiva.	1	1	6	5	13
Total:	5	13	39	46	103
	4,85	12,62	37,86	44,66	100,00

Fonte: construído pela autora

A tabela 20 retrata os programas acadêmicos e, na percepção dos estudantes FIES, o aspecto predominante se deu em parcialmente favorável, com 37,86%, e favorável, com 44,66%, entendendo que os programas acadêmicos contribuíram para permanência. Todavia, o gráfico 11, intitulado “programas acadêmicos” revela que a metade dos estudantes FIES (52,6%) e PROUNI (50%) não participaram desses programas na instituição. Outro quantitativo significativo a ser considerado no mesmo gráfico 11 foram os estudantes que não responderam, denominado de “não contabilização”, no qual resultou em 30% PROUNI e 21,1 FIES. Considerando os 39 concluintes que participaram, apenas 13 estudantes responderam a dimensão programas acadêmicos, e esses, entenderam sobre a importância dos programas acadêmicos na formação acadêmica. O mesmo resultado se assemelha com estudantes do PROUNI, como explicitado na tabela abaixo.

Tabela 21: Programas acadêmicos: para estudantes beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada

Programas acadêmicos	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	
	1	1	3	3	8
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para produção acadêmica	1	1	3	3	8
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para formação crítico social	1	2	3	2	8
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para dar continuidade nos estudos	1	1	3	3	8
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é o valor da bolsa de estudos.	1			7	8
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a orientação inadequada.		2	2	3	7
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a complexidade no desenvolvimento da pesquisa.		1	2	5	8

O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a carga horária excessiva.		2	2	4	8
Total:	5	10	18	30	63
	7,94	15,87	28,57	47,62	100,00

Fonte: construído pela autora

Na tabela 21, os programas acadêmicos foram apontados como parcialmente favoráveis (28,57%) e favoráveis (47,62%) à permanência. Os participantes que responderam, optaram por alternativas que remetiam a importância dos programas para o desenvolvimento crítico e social, qualificação profissional, produção acadêmica e continuidade nos estudos.

Os programas acadêmicos, na perspectiva de Bourdieu (1996), podem ser traduzidos como estratégias (uma espécie de senso prático que os indivíduos desenvolvem em um determinado jogo social) de formação desses estudantes, que tendem a corroborar para a permanência.

A mesma escala foi aplicada na UFPB, campus I, na cidade de João Pessoa/ PB, com 55 estudantes dos cursos noturnos de Filosofia, Ciências Sociais e História. Os dados revelaram que os programas acadêmicos contribuíram para os estudantes continuarem nos cursos, isso porque os estudantes tiveram acesso a esses programas (JEZINE; TOSCANO; FELINTO, 2017). No caso desta instituição privada, os programas acadêmicos, apesar de compreenderem sua importância, não foram considerados um fator predominante. O mesmo ocorre com os programas assistenciais, explicitado na próxima tabela. Os estudantes que responderam a escala não o consideraram favoráveis à permanência.

Tabela 22: Programas de assistências: para estudantes beneficiados pelo FIES em uma instituição privada

Programas assistências	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	Total
Os programas de assistência estudantil são amplamente divulgados.	3	3	4	2	12
É fácil e simples candidatar-se a um programa de assistência.	6	4	2		12
Os recursos fornecidos pelos programas são eficientes.	1	5	3	3	12
Os recursos fornecidos pelos programas são suficientes.	2	4	4	2	12
Total:	12	16	13	7	48
	25,00	33,33	27,08	14,58	100,00

Fonte: construído pela autora

Os programas assistências, assim como programas acadêmicos, são tipos de estratégias que os alunos recorrem para permanecer no campo institucional. No caso dos estudantes FIES que responderam a escala, constatamos que esta dimensão não foi determinante para a permanência, resultando em desfavorável com 25% e parcialmente desfavorável com 33,33%. O mesmo ocorre com os alunos PROUNI, desfavorável com 28,57% e parcialmente desfavorável com 28,57%, visualizado na tabela abaixo.

Tabela 23: Programas de assistências: para estudantes beneficiados pelo PROUNI em uma instituição privada

Programas assistências	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	
Os programas de assistência estudantil são amplamente divulgados.	4	4	5	2	15
É fácil e simples candidatar-se a um programa de assistência.	7	5	3	1	16
Os recursos fornecidos pelos programas são eficientes.	4	5	5	2	16
Os recursos fornecidos pelos programas são suficientes.	3	4	7	2	16
Total:	18	18	20	7	63
	28,57	28,57	31,75	11,11	100,00

Fonte: construído pela autora

Enquanto os programas acadêmicos contribuem para o desenvolvimento intelectual dos alunos, que, conseqüentemente, fortalecem o capital cultural, o programa assistencial busca subsidiar o estudante em condições materiais, para possibilitar a permanência na instituição. No entanto, os participantes desta pesquisa, embora pertençam a grupos sociais desfavorecidos economicamente, mostraram que o fator assistencial e acadêmico não influenciou, diferenciando-os das pesquisas da UFPB, como já explicitado.

Com objetivo de compreender melhor ao que foi colocado, buscamos sintetizar os resultados através de um quadro abaixo.

Quadro 05: Síntese dos resultados da pesquisa

Variáveis	Percentual predominante	Análise
Gráfico 08: Cursinho pré-vestibular	FIES 52,6% PROUNI 75%), não buscaram alternativas como cursinhos pré-vestibulares para ingressar no ensino superior privado	O resultado aponta capacidades do estudante em concorrer a um processo seletivo sem precisar de formações complementares, como também, indica fragilidade nos critérios de seleção, haja vista que tais critérios incluem: não tirar nota zero na redação e atingir 450 pontos nas provas objetivas.
Gráfico 09: Dificuldade de ingressar na educação superior	alunos FIES - 56,6%, e PROUNI - 40% não tiveram dificuldade de ingressar na educação superior.	A análise que foi realizada no gráfico: “cursinho pré-vestibular”, possibilita compreender o gráfico: “dificuldade de ingressar na educação superior”. São variáveis que estão interligadas, na qual apontam para duas situações, já referidas, que são: formação sólida construída na educação básica, como, fragilidades no critério de ingresso.
Gráfico 10: Tipos de programas acadêmicos	FIES (52,6%) e PROUNI (50%) assinalaram alternativas, “nunca ter participado dos programas”	
Gráfico 11: Programa de assistência	Os alunos do FIES entenderam que a permanência se deu pelo pagamento das mensalidades com percentual de 56,6% Os dados do PROUNI foram predominantemente não contabilizados, com 75%, ou seja, foram estudantes que não marcaram essa alternativa.	Os sujeitos envolvidos com esta pesquisa se dividem em duas funções sociais, de estudante e trabalhador, indicando indisponibilidade para realização de tais atividades.
Primeira Dimensão: Externa ou convicção prévia	FIES: aspectos favoráveis à permanência, contabilizando em parcialmente favorável 26,88% e favorável 58,06%. PROUNI: aspecto favorável (50%) e parcialmente favorável (27,55%) à permanência.	Estudantes que permaneceram nos cursos identificaram o jogo social comprando o discurso da empregabilidade qualificada com a aquisição da diplomação. Segundo Bourdieu (1998), os títulos são estratégias que os agentes buscam para legitimar seu poder no campo social em

		aspectos simbólico e material. Isso porque as proposições indicaram identificação com o curso, preparação para o mercado de trabalho e prestígio social.
Segunda dimensão: Permanência	<p>FIES: parcialmente favorável com 25,87% e favorável com 34,97% à permanência, porque o curso proporcionou perspectiva profissional, ascensão social e motivação dos professores nesse processo.</p> <p>Mas o aspecto desfavorável (31,27%) também foi consistente porque desconsiderou ajuda familiar e acesso aos programas acadêmicos e assistenciais.</p> <p>PROUNI: parcialmente favorável (18,81%) e favorável (27,86%) a permanência, no sentido de perspectiva profissional, ascensão social e motivação dos professores nesse processo. No aspecto desfavorável (12,44%) desconsiderou ajuda familiar e acesso aos programas acadêmicos e assistenciais.</p>	Bourdieu (1998) diz que no campo social se constrói relações de força com variados agentes que incorporam habitus que podem representar suas posições sociais. Os Habitus, por sua vez, materializam-se em símbolos, ou seja, a partir de um ato incorporado pelos agentes, se produz um símbolo desses habitus. Nessa perspectiva, podemos concluir que a representatividade que o título traz nesse campo social, trata-se de um tipo de poder simbólico, mas título em si é a materialidade desse símbolo. Ou seja, a permanência permeia também pelo campo das representações, apresentado pela perspectiva profissional e ascensão social.
Terceira dimensão: Estruturais	<p>FIES: foi expressivo o quantitativo de parcialmente favorável, com 42,86% e favorável, com 32,14%. Tais resultados são referentes ao conforto das salas de aula, laboratórios equipados e confortáveis e bibliotecas acessíveis.</p> <p>PROUNI: os estudantes consideraram como aspecto parcialmente desfavorável (60,18%) à permanência, no que se refere à estrutura da instituição, isso porque os estudantes pontuaram os laboratórios como não sendo bem equipados. Mas considerou como favorável e parcialmente favorável às bibliotecas e salas de aula.</p>	A estrutura revela um aspecto material que os estudantes podem está adquirindo, e, assim, contribuindo na permanência. Caso contrário, fragiliza na qualidade, e conseqüentemente na preparação para o mercado de trabalho competitivo.
Quarta dimensão: Programas acadêmicos	FIES: o aspecto predominante se deu em parcialmente favorável com 37,86% e favorável com	Esse dado revela um dado curioso, isso porque a maioria dos estudantes não teve acesso

	<p>44,66%, entendendo que os programas acadêmicos foram favoráveis a permanência.</p> <p>PROUNI: programas acadêmicos foram parcialmente favorável (28,57%) e favorável (47,62%) à permanência</p>	<p>aos programas acadêmicos, mas traduzimos que os estudantes entenderam a importância de tais programas na formação acadêmica. Os programas acadêmicos na perspectiva de Bourdieu (1996) podem ser traduzidos como estratégias (uma espécie de senso prático que os indivíduos desenvolvem num determinado jogo social) de formação desses estudantes, que tendem a corroborar para a permanência e sucesso escolar.</p>
<p>Quinta dimensão: programas assistenciais</p>	<p>FIES: esta dimensão, não foi determinante para permanência, resultando em desfavorável com 25% e parcialmente desfavorável com 33,33%</p> <p>PROUNI: O mesmo ocorre com os alunos PROUNI, desfavorável com 28,57% e parcialmente desfavorável com 28,57%.</p>	<p>O programa assistencial busca subsidiar o estudante em condições materiais, para possibilitar a permanência na instituição. No entanto, os participantes desta pesquisa, embora pertençam a grupos sociais desfavorecidos economicamente, mostraram que o fator assistencial e acadêmico não foi determinante.</p>

Fonte: construído pela autora

De acordo com que foi explicitado, compreendemos que os fatores que contribuíram na permanência de grupos sociais desfavorecidos economicamente, considerando amostra apresentada, estão ligados com quatro dimensões favoráveis à permanência, tais como:

- Dimensão externa ou convicta prévia: identificação com o curso, preparação para o mercado de trabalho e prestígio social.
- Dimensão permanência: perspectiva profissional, ascensão social e motivação dos professores.
- Dimensão estrutural: conforto das salas de aula, laboratório bem equipado (exceto dos estudantes PROUNI que apontaram com parcialmente desfavorável) e bibliotecas acessíveis.
- Programas acadêmicos: Considerou a importância dos programas acadêmicos, no entanto, não eram estudantes vinculados para as ações institucionais.

Concluímos que os fatores de permanência perpassaram pelo campo simbólico e material. Esse campo simbólico encontra-se nas representações atribuídas aos títulos no campo institucional e profissional, no sentido de poder, de prestígio social, ascensão social e perspectiva profissional.

São estudantes que mesmo negando as ações assistenciais e ajuda da família, consideraram a relevância do professor, e os auxílios PROUNI e FIES para permanência. Outro fator determinante, que se interliga no campo material, foi à estrutura física da instituição, na qual possibilitou recursos necessários para a formação.

Nessa perspectiva, os agentes inseridos nesse campo institucional, entenderam que a educação superior pode gerar mudanças significativas, principalmente, na conquista da ascensão social. Percebe-se que os estudantes identificaram o jogo do sistema capitalista e buscaram estratégias para obtenção de título de graduação, tendo em vista as mudanças das posições que ocupam no campo de luta.

Podem-se compreender as interligações que iniciam com projeto neoliberal, que refletem nas políticas de educação superior e que são reproduzidas pelos estudantes, pelos os agentes deste campo, na qual visualizou a dinâmica social sob o ponto de vista econômico. Trata-se de um tipo de doutrinação, que adentra no campo simbólico, da cultura, dos valores, signos e que se converte para lógica do capital em processo de submissão a produção, economia etc.

Contudo, podemos inferir que a permanência a partir da amostra apresentada, não depende das ações assistenciais ou da ajuda familiar, mas de um valor simbólico (perspectiva profissional, ascensão social etc.) e material (bolsas PROUNI e FIES, estrutura física da instituição, dupla função social, de trabalhador e estudante). Sendo assim, a permanência possui um peso representativo que o sujeito atribui ao título, e das condições materiais para isso. Logo, é esse peso que vai motivar o estudante a se movimentar no campo institucional, que conseqüentemente, levará para a permanência nesse campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se insere no contexto da reforma do Estado, que modificou as estruturas educacionais nos anos 1990, com adoção da LDB/96, que flexibilizou a institucionalização do ensino superior privado, a partir de um conjunto de políticas sociais como o FIES e o PROUNI, que viabilizaram o processo de expansão com vistas na democratização do acesso ao ensino superior. Tal fenômeno gerou a seguinte indagação: quais os fatores que contribuíram na permanência de estudantes que ingressaram por políticas sociais FIES e PROUNI na instituição de ensino superior privado, tendo em vista, que as condições sociais e econômicas podem ser um fator que inviabiliza a permanência? Essas políticas são de caráter social e contemplam grupos desfavorecidos economicamente, por adotarem, como critério de seleção, sujeitos com uma renda familiar com valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

Neste sentido, buscou-se analisar a permanência dos beneficiados pelas políticas FIES e PROUNI em uma instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa, através de uma escala de permanência dos discentes, que permitiu visualizar o perfil socioeconômico e os fatores de permanência no campo institucional. Sobre o perfil socioeconômico, foi elencando às seguintes variáveis:

- Sexo: Foi possível visualizar, considerando a amostra apresentada, que os estudantes do FIES e PROUNI revelaram equilíbrio entre o público feminino e masculino, que buscaram ingressar e permanecer no ensino superior privado.
- Cor/raça: O FIES apresentou um número expressivo de estudantes da cor branca, com 42,1% e o PROUNI da cor parda, com 45%. A justificativa para tal diferença é que o FIES flexibiliza os critérios de seleção, permitindo que variados sujeitos ingressem por essa política, inclusive os estudantes PROUNI com bolsa parcial. Aqui, destaca-se o fato, que embora o FIES e o PROUNI sejam programas de caráter “reparador”, socialmente, uma vez que eles garantem o acesso ao ensino superior, mesmo sendo privado, não houve a presença de estudantes que se autodeclararam negros. Assim, aponta-se que pode haver uma inconsistência neste critério, uma vez que no critério da escola pública a grande maioria aponta como oriundos dessa clientela.
- Tipo de escola: O quantitativo predominante entre o FIES e PROUNI, foi à opção “somente em escola pública”, com percentual 57,9% FIES e PROUNI, com 65%.
- Renda familiar: predominou o salário de 1,1 a 2 salários mínimos, tanto do FIES com

42,1% como no PROUNI (45%). O resultado indica que os estudantes que conseguiram permanecer na instituição pertencem a grupos sociais desfavorecidos economicamente porque se encaixam nos critérios de seleção estabelecidos por estas políticas.

- Instrução da mãe: o dado predominante foi 21,1%, indicando escolaridade ensino fundamental incompleto. Entretanto, o dado do FIES variou em relação com o PROUNI, isso porque o percentual predominante foi de 30% ensino médio completo, ou seja, o nível de instrução das mães dos estudantes PROUNI é mais elevado do que o FIES. Contudo, os dados indicam que as mães dos estudantes que permaneceram na instituição, não chegaram ao ensino superior, revelando uma escolaridade baixa.
- Instrução do pai: os pais dos estudantes do FIES possuem uma instrução escolar ensino fundamental incompleto, com percentual predominante de 36,8%. Os dados dos estudantes PROUNI, diferentes do FIES, constataram que os pais possuem ensino médio completo com percentual expressivo de 35%. A instrução dos pais e mães representam um tipo de capital cultural institucionalizado, que no caso da amostra apresentada, revelou não tão elevado, não chegando a possuir ensino superior completo.
- Trabalho remunerado: os estudantes do FIES exerceram trabalho do tipo remunerado em tempo parcial, sob o percentual de 36,8%, enquanto os estudantes PROUNI exerciam trabalho em tempo integral, com 50%. Como revelado, os estudantes estavam buscando qualificação para galgar melhores oportunidades ou permanecer no campo profissional que atuaram ou atuam.

Os dados do perfil socioeconômico revelaram a posição social dos estudantes, identificando que estes pertencem a grupos sociais desfavorecidos economicamente em uma instituição de ensino superior privado na cidade de João Pessoa. Nesse sentido, cabe ressaltar os fatores de permanência, na busca de respostas contundentes, frente à hipótese levantada, considera que as questões econômicas e sociais podem inviabilizar na permanência desses estudantes. Mas como compreender a lógica do improvável, ou seja, daqueles estudantes que conseguiram permanecer mesmo em condições socioeconômicas desfavoráveis?

Pode-se considerar que um, dos fatores de permanência, estão nas estratégias desenvolvidas pelos estudantes no que antecede o ingresso no ensino superior, podendo indicar uma formação sólida efetivada na educação básica, como também, fragilidade dos critérios de seleção. Os dados disponibilizados nos sites do FIES e do PROUNI estabelecem como critério de ingresso; ser necessário apenas não tirar nota zero na redação e conseguir 450 pontos nas provas objetivas. Sendo assim, analogamente, estes estudantes que não conseguiram mostrar que possuem habilidades e competências nos conteúdos avaliativos, com

notas superiores, mostrando-se não serem detentores de habilidades de leitura e escrita, por exemplo, para que consigam ingressar nos programas em questão, uma vez que a avaliação não exige maiores recursos por partes deles.

Outro fator a ser destacado, foi que, diferentes dos estudos de caso realizados na UFPB, as estratégias que os alunos recorreram para permanecer no âmbito institucional são, geralmente, os programas acadêmicos e assistenciais. No caso da realidade desta instituição privada, esse fator não foi determinante, apesar, dos estudantes terem compreendido sobre a importância dos programas acadêmicos para o desenvolvimento crítico e social, qualificação profissional, produção acadêmica e continuidade nos estudos.

Outra inferência é sobre a dupla jornada dos estudantes que conseguiram permanecer. No geral, os estudantes trabalhavam durante o dia e estudavam no período da noite, indicando indisponibilidade para realização das atividades que a instituição fornecia, como as ações dos programas acadêmicos. No entanto, o trabalho remunerado pode ter dado subsídio para as despesas acadêmicas, não recorrendo para ações assistenciais, como: núcleo de empregabilidade, recursos como transporte para os estudantes participarem das aulas de campo e dentre outras ações.

Salienta-se, também, que o caráter social das políticas FIES e PROUNI, foram essenciais e determinantes para permanência, possibilitando o ingresso e a garantia das mensalidades durante todo curso.

Outro fator a ser destacado, é que, os estudantes tinham livre acesso para se locomover na instituição e perceber as utilidades que a instituição oferecia. Isso porque a estrutura apresentou, na percepção do aluno, um fator determinante para permanência, atribuindo conforto das salas de aula, laboratórios equipados e bibliotecas acessíveis.

Para além dos destaques, a escala revelou, também, sobre o campo simbólico, podendo ser a válvula impulsora para o estudante permanecer no campo institucional. A simbologia, o significado, ou melhor, a representatividade do título dava ao sujeito, poder, prestígio social, na busca da ascensão social.

Neste sentido, para este grupo analisado, trata-se de uma luta, em que a maioria dos estudantes se dividia entre o trabalho e o estudo para permanecer no ensino superior privado, sendo motivados pelo desejo da ascensão social. Portanto, pode-se considerar que este grupo, guiou-se independentemente da família, mas foi dependente das motivações dos professores que os estimulavam para permanecer. Foram estudantes que entenderam o jogo social e lutaram com as armas que tinham para permanecer no ensino superior privado na cidade de João Pessoa - PB.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da Educação Superior: **estado x mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **A Reforma do Estado, a Reforma da Universidade e o Movimento Docente: resistência e embate de projetos**. Tese, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

BERGIER, Bertrand; XYPAS, Constantin. **Por uma sociologia do improvável: percursos atípicos e sucessos inesperados de jovens na escola francesa**. Revista Educação em Questão, Natal, v 46, n. 32, p 36-58, 2013.

BEDIN, G. A. A; NIELSSON, J. G. Crise da Década de 1970: **Observações Sobre as Ideias Neoliberais e suas Consequências**. Scielo, Editora UEPG. Ponta Grossa, 2013.

SILVA, Maria das Graças Martins. Políticas Educacionais: faces e interfaces da democratização. Ed. UFMT, 2011.

BRASILEIRO, D. S. Políticas Públicas de Expansão e de Financiamento da Educação Superior: **Implicações Sobre as Instituições de Ensino Superior em Campina Grande-PB**. João Pessoa: Repositório UFPB, 2017.

FERREIRA, N. B; COSTA, D. D. **O Prouni na Educação Superior Brasileira: Indicadores de Acesso e Permanência**. Scielo, Sorocaba, 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicado no D.O.U. Em 20/12/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27/04/2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 17/02/2019

BRASIL. **Decreto de nº 2.306. Regulamenta, para o sistema Federal de Ensino**. Publicado no D.O.U. em 19/08/1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm. Acessado em 27/04/2018

BRASIL. MEC. **Lei 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001(a).

BRASIL. **Decreto 6.096**. Institui o Plano de Reestruturação nas Universidades Federais Brasileiras- REUNI. Brasília: DF. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso: 17/02/2019

_____. **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 2000 a 2017**. Brasília: INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Lei nº 13.366**, Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências” 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13366.htm> Acesso: 17/02/2019

_____. **Lei nº 11.096**, Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm> Acesso: 17/02/2019.

_____. **Portaria normativa de nº 21 Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – Sisu, 2012.** Disponível em: <<https://sisu.furg.br/images/portaria21mec.pdf>> Acesso: 17/02/2019.

_____. **Relatório de Gestão do Financiamento Estudantil – FIES, 2017.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14949&Itemid=1064> Acesso: 17/02/2019.

_____. **Programa Universidade Para Todos – PROUNI Dispõe de número de bolsas ofertadas pelo PROUNI, 2005 a 2017.** Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos>>. Acesso: 17/02/2019.

_____. **MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado 1995.** Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>> Acesso em: Acesso: 17/02/2019.

BROCCO, Ana Karina; ZAGO, Nadir. **Condições do Estudante de Camadas Populares no Ensino Superior. X ANPED Sul**, Florianópolis, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Razões e Práticas: **Sobre a Teoria da Ação**. Tradução, Mariza Corrê – Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Thomaz. DIFEL: Lisboa. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Serviços: Banco de teses. **Realizado levantamento de teses e dissertações** que empregava no título permanência na educação superior ou ensino superior, 2004 a 2017. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acesso em: Acesso: 17/02/2019.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; NAKAMURA, Paulo Hideo; JEZINE, Edineide. Permanência na educação superior no Brasil: **Construção de uma escala de medida**. Revista de la Asociación de Sociología de la Educación (RASE), vol. 10, nº 2 1 ISSN 1988-7302, 2017.

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDB**. IN:

JEZINE, Edineide Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais. Relatório do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFPB, 2014.

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal** da Paraíba. IN: JEZINE, Edineide Políticas de Os desafios do Acesso e da permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social. Relatório do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFPB, 2015.

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Acesso e permanência na educação superior: a relação entre as condições sociais e a permanência dos ingressos no curso de Pedagogia** –Área de Aprofundamento na Educação do Campo na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Monografia, defendida no Centro de Educação, 2015.

Fórum nacional de pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis. Revista FONAPRACE: 20 anos. Brasília, DF, 2008

JANOARIO, Ricardo de Souza. **A coragem da verdade: acesso, permanência e política de ação afirmativa para negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na visão dos gestores.** Tese de doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

JEZINE, Edineide; FELINTO, Jislayne Fidelis. Inclusão, Equidade e Excelência Acadêmica no Curso de Pedagogia da UFPB: **análise do perfil, motivações e condições de permanência dos ingressantes.** Relatório do Programas Acadêmicos de Licenciatura – PROLICEN/UFPB, 2013.

JEZINE, Edineide; FARIAS, Maria da Salette Barboza; FELINTO, Jislayne Fidelis. Programas acadêmicos de Pesquisa na UFPB no contexto da Expansão e Permanência. Anais do XXIII Seminário Nacional Universitas/Br.**Políticas de educação superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão,** Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. – Belém, 2015.

JEZINE, Edineide; TOSCANO, Geovânia da Silva; FELINTO, Jislayne Fidelis. Acesso, Permanência e Sucesso Escolar de Alunas (os) nos Cursos De Licenciatura De Ciências Humanas da UFPB. Anais do XXV Seminário Nacional Universitas: Direito à Educação Superior pública no contexto da crise brasileira. – Brasília, 2017.

JEZINE, Edineide. **Expansão e acesso à educação superior: como fica a igualdade de gênero?.** Ver.Inter. Educ. Sup. Campinas:2016. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIESup/article/view/7576>> Acesso: 11/01/2017.

JR SILVA, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil.** 2. Ed. Ver. – São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

JÚNIOR, Sallum, Brasílio; KUGELMAS, Eduardo. **O Leviathan Declinante: A Crise Brasileira dos Anos 80.** Scielo. São Paulo, 1991.

LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares: **as razões do improvável.** São Paulo, Editora Ática, 2008.

Martins, R. M. A. Entre Avanços e Retrocessos, a Contradição: **O Reuni e a Expansão da Educação Superior Pública**. In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 38, São Luis, 2017. Disponível em <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT11_890.pdf>. Acesso em: 17.02.2019.

MACIEL, Danilo Alain Simoes. **Políticas públicas e democratização educacional: Acesso e Permanência no Ensino Superior através do Programa REUNI**. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal da Bahia, 2014.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, Ivan (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. Cortez Editora. São Paulo, 2002.

MARCONE, Marina de Andrade; LAKATO, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo, Atlas, 2016.

MESSINA, Natália. Exame Nacional do Ensino Médio: **Razões e Contradições**. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2016. Disponível em: <<http://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/tede/469/5/Dissert%20Natalia%20Messina.pdf>> Acesso em: Acesso: 17/02/2019.

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

OTRANTO, Celia Regina. **O Neoliberalismo Como Proposta Hegemônica**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/48784842-O-neoliberalismo-como-proposta-hegemonica-1.html>>. Acesso em: 11 agosto. 2019.

NUNES, António José Avelãs. **Neoliberalismo e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: renovar, 2003.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Revista SciELO, 2017.

PEREIRA, Bresser. MARE. **Plano Diretor da Reforma do Estado 1995**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>> Acesso em: Acesso: 17/02/2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da Crise Fiscal à Redução da Dívida**. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <<http://bresserpereira.org.br/papers/1988/97aDaCriseFiscalAReducaoDaDivida.pdf>> Acesso em: Acesso: 17/02/2019.

RENATO BAUMANN. **Brasil em Los años noventa: una economía em transición**. Revista de La Cepal, Brasilia, 73, Abril 2001

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de Educação Superior: **expansão e democratização**. Caderno do GEA, n. 3, jan 2013. Rio de Janeiro. Flacso, Gea, UERJ, LPP, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: **método e técnica**. São Paulo, 1999.

ROCHA, Renan Gonçalves. **Duas leituras do capitalismo em Marx**. Caderno Espinosanos XXV, s/d. Disponível em: <<file:///C:/Users/edineide/Downloads/89437-Texto%20do%20artigo-127625-1-10-20150108.pdf>> Acesso em: Acesso: 17/02/2019.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: **do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 19ª edição, 2010.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: a **permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese de doutorado. 2009.

SANTOS, Diego Augusto Rivas dos. A questão da permanência de estudante beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI: **Um estudo do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO**. Dissertação de mestrado pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

SANCHES, C.; MEIRELES, M.; DE SORDI, J. O. Análise qualitativa por meio da Lógica Paraconsistente: **método de interpretação e síntese de informação obtida por escalas Likert**. In: Encontro de Pesquisa em Administração e Contabilidade da ANPAD (ENEPQ), 2011.

SILVEIRA, Miriam Moreira. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Dissertação de mestrado pela Universidade Católica de Pelotas, 2012.

SILVEIRA, D. T; GERHARDT, T. E. **Métodos de Pesquisa**. UFRGS. Porto Alegre, 2009.

SGUISSARDI. Valdemar. **Educação Superior no Brasil**. Democratização ou massificação mercantil? Educ. Soc. [online]. 2015

SGUISSARDI. Valdemar. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (E acesso À) Educação Superior no Brasil 2002 – 2012**. Projeto de Organismo Internacional – OEI/BRA/10/002. Piracicaba. 2014.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil (1995-2006): **precária trajetória e incerto futuro**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 28, n. 96, p. 1021–1056, out. 2006.

SOUZA, Erivaldo Santana de. **Impactos do Programa de Bolsa Permanência na Vida Acadêmica de Estudantes Oriundos de Comunidades Quilombolas: um Estudo na UFRB'**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa: **estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011

TRIGO, Maria Helena Bueno. Habitus, Campo, Estratégia: **Uma leitura de Bourdieu**. Cadernos Ceru, Série 2, nº9, 1998.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: **a teoria na prática**. Revista SciELO, 2006.

ZAGO, Nadir. **Quando os dados Contrariam as Previsões Estatísticas: os casos de Êxito Escolar nas Camadas Socialmente desfavorecidas.** Paidéia, FFCLRP-USP, RIB. Preto, 2000.

ZANINI, Roselaine Ruviano; HOFFMANN, Celina; CORRÊAI, Ângela Cristina Corrêai; SILUK, Julio Cezar Mairesse; SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco; ÁVILA, Lucas Veiga. **O Desempenho das Universidades Brasileiras na Perspectiva do Índice Geral de Cursos.** Scielo. São Paulo, v. 40, 2014.

APÊNDICE

Escala para Avaliação da Permanência Discente adaptada para este estudo

ESCALA PARA AVALIAÇÃO DA PERMANÊNCIA DISCENTE

NAKAMURA, Paulo Hideo
CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso
JEZINE, Edineide

1. Instituição: _____
2. Curso: _____
3. Matrícula: No. _____
4. Data de nascimento: ____/____/____
5. Nome _____

6. Gênero:
 - feminino
 - masculino
 - Outros

7. Qual a sua cor / raça?
 - branca
 - preta
 - parda
 - amarela
 - indígena

8. Qual o seu estado civil?
 - solteiro(a)
 - casado(a)
 - viúvo(a)
 - separado(a)
 - outro

9. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental e médio?
 - somente em escola particular
 - somente em escola pública
 - parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública
 - parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular
 - parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado o mesmo tempo na escola pública e na escola particular

10. Em que turno você cursou o ensino fundamental e médio?
 - somente diurno

- somente noturno
- parte diurno e parte noturno, predominando o diurno
- parte diurno e parte noturno, predominando o noturno
- integral (dois turnos)

11. Em que ano você concluiu o ensino médio?

12. Em que ano você concluiu o ensino superior?

13. Você frequentou cursinho pré-vestibular?

- Sim
- Não

14. Qual a renda total mensal da sua família?

- até 1 salário mínimo
- de 1,1 a 2 salários mínimos
- de 2,1 a 3 salários mínimos
- de 3,1 a 5 salários mínimos
- de 5,1 a 10 salários mínimos
- de 10,1 a 20 salários mínimos
- mais de 20 salários mínimos

15. Você exerce algum tipo de trabalho remunerado?

- não
- sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais)
- sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais)
- sim, às vezes

16. Qual das seguintes alternativas melhor descreve a atual situação ocupacional de seu pai?

- está trabalhando com vínculo empregatício
- está trabalhando sem vínculo empregatício
- está desempregado
- é aposentado
- vive de rendimentos financeiros (aluguéis, aplicações bancárias, etc.)
- outra

17. Qual das seguintes alternativas melhor descreve a atual situação ocupacional de sua mãe?

- está trabalhando com vínculo empregatício
- está trabalhando sem vínculo empregatício

- está desempregada
- é aposentada
- vive de rendimentos financeiros (aluguéis, aplicações bancárias, etc.)
- outra

18. Qual o nível de instrução de seu pai?

- Não frequentou escola
- Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto
- Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo
- Ensino Médio (2º grau) ou equivalente incompleto
- Ensino Médio (2º grau) ou equivalente completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação (mestrado e/ou doutorado)

19. Qual o nível de instrução de sua mãe?

- Não frequentou escola
- Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto
- Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo
- Ensino Médio (2º grau) ou equivalente incompleto
- Ensino Médio (2º grau) ou equivalente completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação (mestrado e/ou doutorado)

20. Você teve dificuldade para ingressar na Educação Superior por que.

- estava indeciso na escolha do curso
- não conseguiu classificação no processo seletivo
- não tinha interesse por curso superior
- não conseguiu conciliar trabalho com estudo
- não teve dificuldade

21. O pagamento da mensalidade é feita principalmente por:

- () Financiamento Estudantil - FIES
- () Programa Universidade para Todos - PROUNI
- () Educa Mais Brasil
- () Recurso Próprio
- () outros

22. O pagamento das mensalidades pelo FIES e PROUNI se dar:

- () integralmente ou
- () parcialmente

23. O processo de seleção:

- () Exame Nacional do Ensino Médio
 () Processo Seletivo Interno
 () Outros

	LEIA AS AFIRMATIVAS A SEGUIR E RESPONDA CONFORME O GRAU DE CONCORDÂNCIA.	DISCORDO TOTALMENTE		CONCORDO TOTALMENTE	
		1	2	3	4
1	Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar.				
2	Eu escolhi o curso porque me identifiquei com o curso.				
3	Eu escolhi o curso porque me preparei para o mercado de trabalho.				
4	Eu escolhi o curso porque me proporciona prestígio social.				
5	Eu estou no curso que sempre desejei cursar.				
	PERMANÊNCIA				
6	Eu pretendo continuar matriculado no curso.				
7	Eu continuo no curso porque a família ajuda.				
8	Eu continuo no curso porque estou inserido num programa acadêmico de bolsa de estudos. (somente se é bolsista)				
9	Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil. (somente se é contemplado)				
10	Eu continuo no curso porque me				

	proporciona boa perspectiva profissional.				
11	Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.				
12	Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso.				
13	De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso.				
	ESTRUTURA				
14	As salas de aula são confortáveis.				
15	Os laboratórios são bem equipados e confortáveis				
16	Sempre encontro o que preciso nas bibliotecas da instituição.				

☞ **RESPONDA SOMENTE SE PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUM PROGRAMA ACADÊMICO (monitoria, extensão, pesquisa)**

24. Recebeu ou recebe alguma remuneração por:

- estágio curricular
- Estágio extracurricular
- Programa acadêmico (monitoria, extensão e pesquisa)
- não recebe

25. Qual o programa acadêmico que participa ou que participou?

- Incentivo a iniciação científica
- Monitoria
- Extensão
- Nunca participou

26. Qual a sua situação no programa acadêmico?

- concluído
 em andamento
 desistente
 Outro:

6

	LEIA AS AFIRMATIVAS A SEGUIR E RESPONDA CONFORME O GRAU DE CONCORDÂNCIA.	DISCORDO TOTALMENTE		CONCORDO TOTALMENTE	
		1	2	3	4
1	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para qualificação profissional.				
2	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para qualificação profissional.				
3	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para produção acadêmica.				
4	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para formação crítica e social.				
5	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para dar continuidade nos estudos.				
6	O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é o valor da bolsa de estudos.				
7	O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a orientação inadequada.				
8	O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a complexidade no				

	desenvolvimento da pesquisa.				
9	O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a carga horária.				

☞ **RESPONDA SOMENTE SE ESTÁ CONTEMPLADO EM ALGUM PROGRAMA ASSISTENCIAL OU TENHA SE CANDIDATADO A UM DELES.**

27. Assinale o(s) o tipo de assistência em que você está ou já foi contemplado.

- Instituição disponibiliza recursos para o estudante realizar visitas técnicas e aula de campo.
- Assistência a saúde (alunos têm preferência nas ações do campo de saúde)
- Núcleo de empregabilidade (orientação profissional e inserção no mercado de trabalho)
- Bolsa permanência (Fies; Pra valer, educa mais; - se mantém na instituição por meio de financiamento das mensalidades)
- Curso de nivelamento para apoiar estudantes com dificuldades de aprendizagem

	LEIA AS AFIRMATIVAS A SEGUIR E RESPONDA CONFORME O GRAU DE CONCORDÂNCIA.	DISCORDO TOTALMENTE		CONCORDO TOTALMENTE	
		1	2	3	4
1	Os programas de assistência estudantil são amplamente divulgados.				
2	É fácil e simples candidatar-se a um programa de assistência.				
3	Os recursos (materiais, físicos, humanos) fornecidos aos estudantes pelos programas são eficientes.				
4	Os recursos (materiais, físicos, humanos e financeiros) fornecidos aos estudantes pelos programas são				

	suficientes				
--	-------------	--	--	--	--

28. Caso esteja contemplado com outro programa de assistência, cite abaixo.

7 RESPONDA SOMENTE SE FOR CONCLUINTE OU ESTÁ PERTO DE CONCLUIR O CURSO.

	LEIA AS AFIRMATIVAS A SEGUIR E RESPONDA CONFORME O GRAU DE CONCORDÂNCIA.	DISCORDO TOTALMENTE ←.....		CONCORDO TOTALMENTE→	
		1	2	3	4
1	A minha permanência no curso foi favorecida pela ajuda da família.				
2	A minha permanência no curso foi favorecida por estar num programa acadêmico de bolsa de estudos.				
3	minha permanência no curso foi favorecida por ter sido contemplado com assistência estudantil que a instituição oferece.				

29. Muito obrigada pela sua contribuição. Caso deseje fazer algum comentário ou tenha percebido falta de algum item que considera importante, por favor, descreva abaixo.

Levantamento de teses e dissertações pelo Bando de dados da Capes – 2008 a 2017

2008	Políticas de Educação Superior: Acesso E Permanência De Estudantes Trabalhadores Dos Cursos Noturnos (1996-2006).'	CAVALCANT E, Maria Cleide Lima Pereira.	Mestrado em Educação	Universidade Católica Dom Bosco
2008	Passar é fácil, continuar é que é difícil... A permanência de alunos bolsistas na PUC-Rio'	RODRIGUES, Bianca Aguiar Correia.	Mestrado em Serviço Social	Pontifícia Universidade e Católica do Rio de Janeiro
2009	Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.'	SANTOS, Dyane Brito Reis.	Doutorado em Educação Instituição de Ensino	Universidade e Federal da Bahia, Salvador
2009	Sou Cotista, e Agora? Uma análise das condições de permanência numa Universidade Multicampi'	SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques.	Mestrado em Educação	Universidade e do Estado da Bahia
2010	O ensino superior para os povos indígenas: ingresso/permanência/desistência/ conclusão dos estudantes indígenas da universidade estadual do centro oeste (Unicentro), Paraná'	ANGNES, Juliane Sachser	Doutorado em Educação	Universidade e Federal do Paraná.
2010	O trabalhador estudante do ensino superior noturno: possibilidades de acesso, permanência com sucesso e formação'	MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra	Doutorado em Educação	Pontifícia Universidade e Católica de Goiás
2010	A política de cotas da Universidade Federal de Tocantins: concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas'	CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de	Mestrado em Educação	Universidade e Federal de Goiás
2010	Caminhos Universitários: a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio'	CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho	Mestrado em Psicologia	Universidade e Federal da Bahia,
2011	Estímulo, acesso, permanência e conclusão no ensino superior de alunos	SENA, Eni de Faria	Doutorado em educação	Pontifícia Universidade e Católica

	bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI): contribuições para o enfrentamento do processo de inserção'			de São Paulo
2011	Reconhecer-se diferente é a condição de entrada – tornar-se igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS	DOEBBER, Michele Barcelos	Mestrado em educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2011	A permanência de bolsistas ProUni no curso noturno de Pedagogia do Centro Universitário do Norte (UNINORTE/LAUREATE)'	NEVES, Darci Martins	Mestrado em Serviço Social	Pontifícia Universidade e Católica do Rio de Janeiro
2011	Política de Acesso e Permanência para Estudantes Índigenas na Universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal de Tocantins (UFT)'	PEREIRA, Cícero Valdiêr.	Profissionalizante e em Avaliação de políticas Públicas	Universidade Federal do Ceará
2011	Acesso e Permanência dos Estudantes de Origem Popular À Educação Superior: uma avaliação do programa conexões de saberes na UFT – Campus de Palmas'	FARIA, Denilda Caetano de.	Profissionalizante e em Avaliação de Políticas Públicas	Universidade Federal do Ceará
2012	A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras'	SILVEIRA, Miriam Moreira da	Mestrado em Política Social	Universidade Católica de Pelotas
2012	O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua contribuição para a efetivação do direito de acesso e permanência à/na universidade: o caso da UFPB'	MARIZ, Suellen Dantas	Mestrado em Serviço Social	Universidade Federal da Paraíba

2012	Trajetórias de estudantes da rede pública que ingressam, permanecem e obtêm êxito numa universidade pública	SILVA, Silcia Soares Farias	Mestrado em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
2012	Um Estudo das Políticas Públicas de acesso e Permanência de Indígenas no ensino Superior em Rondônia: O Caso da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Rondônia em Jí- Paraná.'	COSTA, Regina Aparecida.	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Rondônia
2012	Programa conexões de saberes: uma política de ação afirmativa de permanência para negros moradores de favela, na universidade?	SILVA, Francisco Marcelo da.	Mestrado em Educação	Universidade Federal Fluminense
2013	Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ'	WILLEMAN, Estela Martini.	Doutorado em Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2013	Permanência na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul'	RADAELLI, Andressa Benvenuti.	Mestrado em Educação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
2013	. Subsídios para o desenvolvimento de ações de letramento na política de permanência de indígenas na universidade'	NUNES, Camila Dilli	Mestrado em Letras	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2013	Programa Universidade para Todos (2006-2011): Democratização do Acesso e Permanência, na Educação Superior do Amapá?	COSTA, Danielle Dias da	Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional	Universidade Federal do Amapá
2013	Acesso e permanência das camadas sociais subalternizadas na educação superior: um estudo de caso na UNISUL	CANARIN, Ricardo Teixeira	Mestrado em Educação	Universidade do Sul de Santa Catarina
2013	A coragem da verdade: acesso, permanência e política de	JANOARIO, Ricardo de Souza	Doutorado em Serviço Social	Universidade Federal do Rio de

	ação afirmativa para negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na visão dos gestores			Janeiro
2013	. O acesso e a permanência do estudante indígena no ensino superior da FURB: uma reflexão pautada em Paulo Freire'	SILVA, Mara Jeanny Ferreira da	Mestrado em Educação	Universidad e Regional de Blumenau
2013	Acesso e permanênciano curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia: um estudo sobre as estratégias dos estudantes oriundos das escolas públicas'	SANTOS, Jaqueline Correia dos.	Mestrado em Educação	Universidad e Federal da Bahia, Salvador
2013	O momento das ações para a permanência no ensino superior: visitando a política de assistência estudantil da universidade federal de juiz de fora '	OLIVEIRA, Maria Elizabete de	Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação	Universidad e Federal de Juiz de Fora
2013	Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação: A Experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro'	MAGALHAE S, Roselia Pinheiro de	Mestrado em Serviço Social	Pontifícia Universidad e Católica do Rio de Janeiro
2014	Políticas públicas e democratização educacional: Acesso e Permanência no Ensino Superior através do Programa REUNI	MACIEL, Danilo Alain Simoes.	Mestrado em Estudos Interdisciplinares	Universidad e Federal da Bahia
2014	Entre a tutela e a autonomia: A atuação da FUNAI na promoção do acesso e da permanência de indígenas no ensino superior'	ALMEIDA Nina Paiva.	Doutorado em Antropologia Social	Universidad e Federal do Rio de Janeiro
2014	Programa Universidade para Todos (Prouni): Satisfação, expectativa, evasão e permanência de bolsistas em uma faculdade particular de	CORREA, Marcio Donizetti.	Mestrado em Educação	Universidad e do Oeste Paulista

	Presidente Prudente (SP)'			
2014	Itinerários universitários: a permanência de mães trabalhadoras nos bacharelados interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia'	SOARES, Marianna Luiza Alves.	Mestrado em Estudos Interdisciplinares	Universidade Federal da Bahia
2014	Leitura e escrita na universidade para estudantes indígenas: princípios e práticas pedagógicas para uma ação de permanência no campo das linguagens'	MORELO, Bruna.	Mestrado em Letras	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2014	O acesso e a permanência do aluno Prounista na universidade privado/filantrópica brasileira'	PEREIRA, Larissa Ramalho.	Mestrado em Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2014	A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas Instituições federais de ensino: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ'	OLIVEIRA, Leandro Duarte de.	Mestrado em Serviço Social	Universidade Católica do Rio de Janeiro
2014	FIES: Políticas Pública de Acesso e permanência no ensino superior.'	BARROS, Michel Wanderson Oliveira de.	Mestrado Profissional em políticas públicas e gestão da educação superior	Universidade Federal do Ceará
2014	os (in)visíveis da universidade federal fluminense acesso e permanência de estudantes do curso de engenharia mecânica e pedagogia '	CARDOSO, Ana Carolina Grangeia.	Mestrado em Educação	Universidade Federal Fluminense
2015	A política de assistência estudantil na educação superior pública: uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013)'	MOSCON, Nelize.	Mestrado em Serviço Social	Universidade Federal de Santa Catarina
2015	A política de assistência	BORGES,	Mestrado em	Universidade

	estudantil a partir da execução do programa auxílio permanência no Instituto Federal de Alagoas - Campus Palmeira dos Índios: a permanência pelo auxílio.'	Cintia Cinara Morais.	Serviço Social	e Federal da Paraíba
2015	Afroatitudianas: afirmação negra e permanência na universidade de Brasília'	SANTOS, keila meireles dos.	Mestrado em Sociologia	Universidade Federal Fluminense
2015	Políticas públicas na educação superior – as ações de permanência para estudantes cotistas no Programa de ações afirmativas da UFRGS.'	BUENO, Rita de Cassia Soares de Souza.	Mestrado em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2015	A questão da permanência de estudante beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI: Um estudo do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO'	SANTOS, Diego Augusto Rivas dos.	Mestrado em Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
2015	Ações afirmativas e assistência estudantil na Universidade: uma abordagem sobre as medidas de permanência da UERJ'	SANTOS, Sabrina Albuquerque.	Mestrado em Serviço Social	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2015	Política de acesso e permanência à Universidade para os indígenas a partir da lei de cotas'	GOMES, Eliane de Fatima Massaroli Metzler.	Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais	Universidade e Comunitária da Região de Chapecó
2016	Políticas de permanência de estudantes na educação superior: em exame as Universidades Comunitárias Catarinenses'	VOOS, Jordelina Beatriz Anacleto.	Doutorado em educação	Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2016	Equidade no acesso e permanência no ensino superior: o papel da educação matemática frente às políticas de ações afirmativas para grupos sub-representados'	SILVA, Guilherme Henrique Gomes da	Doutorado	Universidade e Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro
2016	Entre Histórias e	NOBRE,	Mestrado	Universidade

	Permanências: Trajetórias da Vida Acadêmica de Estudantes Negros Ingressos Na UFES Através Do Sistema De Reserva De Vagas'	Lorrana Neves	Profissional	e Federal do Espírito Santo
2016	Políticas Municipais de Juventude como Garantia de Permanência No Ensino Superior: Ações do Entorno do Centro de Formação de Professores da UFRB.	CORREIA, Alessandro Rodrigues Brandao	Mestrado Profissional	Universidade e Federal do Recôncavo da Bahia
2016	Estudantes Bolsistas Prouni e o Curso de Pedagogia Da Pucrs: do Acesso à Permanência'	SANTOS, Angela Ribas dos	Mestrado em Ciências Sociais	Pontifícia Universidade e Católica do Rio Grande do Sul
2016	Programa institucional permanência da UFERSA – campus Caraúbas - RN: Fracasso Escolar e Evasão'	RODRIGUES, Cybele Nogueira	Mestrado Profissional em Teologia	Escola Superior de Teologia
2016	Políticas de Permanência de Estudantes na Educação Superior: em Exame as Universidades Comunitárias Catarinenses	VOOS, Jordelina Beatriz Anacleto	Doutorado em educação	Pontifícia Universidade e Católica do Rio Grande do Sul
2016	Análise do Plano de Permanência de Estudantes da Universidade Federal do Pampa	RIOS, Rafaela	Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas	Universidade e Federal de Santa Maria
2016	A Permanência Dos Estudantes que Ingressaram por ação Afirmativa: a assistência estudantil em foco'	NUNES, Roseli Souza dos Reis	Mestrado em Educação	Universidade e Federal de Mato Grosso
2016	Acesso e Permanência na UFPR: Uma Análise da Política de Assistência estudantil (2010 – 2014)	SOUZA, Daniele Graciane de	Mestrado em Educação	Universidade e Federal do Paraná
2016	Ampliação do ensino superior brasileiro: um estudo sobre as causas da evasão e o impacto da Bolsa Permanência do PNAES'	SACCARO, ALICE	Mestrado em Economia	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
2016	Do Quilombo à Universidade:	CAMPOS,	Mestrado em	Universidade

	trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência'	Lais Rodrigues	Educação	e Federal do Pará
2017	Desafios para permanência no ensino superior: um estudo a partir da experiência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	BARBOSA, Sonia Maria	Doutorado em Educação	Universidade de São Paulo
2017	Do outro lado das políticas, os estudantes: universitários da Maré em contexto de políticas de acesso e permanência'	ILVA, Amanda Goncalves da	Mestrado em Educação	Universidade Federal Fluminense
2017	Acesso e Permanência na Educação Profissional Tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB – Campus Cajazeiras	SOUZA, Vanda Lucia Batista Dos Santos	Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	Universidade Federal da Paraíba
2017	A Democratização nos cursos de elevado Prestígio Social Na UFPB: Acesso e Permanência dos Estudantes Cotistas'	COSTA, Nayara Tatianna Santos da	Doutorado em Educação	Universidade Federal da Paraíba
2017	Acesso e permanência Estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza: uma equação possível?	SCHER, Aline Juliana	Mestrado em Serviço Social	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
2017	Desigualdades na Educação Superior: acesso e Permanência de Bolsistas Prouni na PUC-RS'	BORBA, Thamires Mielle	Mestrado em Ciências Sociais	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2017	A eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para Permanência dos ingressantes do Sistema de Cotas Na UFPB	MACEDO, Georgia Dantas	Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	Universidade Federal da Paraíba
2017	Impactos do Programa de Bolsa Permanência na Vida Acadêmica de Estudantes Oriundos de Comunidades Quilombolas: um Estudo na	SOUZA, Eivaldo Santana de	Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

	UFRB'		Segurança Social	
2017	Quando desistir não é uma opção: socialização E Estratégias de Permanência de Estudantes Populares da UFRN	SILVA, Edilene Dayse Araujo da	Mestrado em Educação	Universidad e Federal do Rio Grande do Norte
2017	Desempenho, evasão e permanência dos alunos Indígenas e Negros Quilombolas Ingressantes Pelo Programa Ufginclui da Universidade Federal De Goiás - Regional JATAÍ	SANTOS, Debora Sirno	Mestrado em Educação	Universidad e Federal de Goiás

ANEXO

ANEXO A

Escala para Avaliação da Permanência Discente - Original

ESCALA PARA AVALIAÇÃO DA PERMANÊNCIA DISCENTE**NAKAMURA, Paulo Hideo****CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso****JEZINE, Edineide**

Caro estudante,

O Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade - GEPESS vem, por meio deste, solicitar sua valiosa colaboração para responder o questionário, referente à pesquisa intitulada: Perfil do estudante e sua permanência na Instituição.

Obrigado

30. Instituição: _____
31. Curso: _____
32. Matrícula: No. _____
33. Data de nascimento: ____/____/____

34. Sexo:
- Feminino
- Masculino

35. Qual a sua cor / raça?

- branca
- preta
- parda
- amarela
- indígena

36. Qual o seu estado civil?

- solteiro(a)
- casado(a)
- viúvo(a)
- separado(a)
- outro

37. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental?

- somente em escola particular
- somente em escola pública
- parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública
- parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular
- parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado o mesmo

tempo na escola pública e na escola particular

38. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

- somente em escola particular
- somente em escola pública
- parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública
- parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular
- parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado o mesmo tempo na escola pública e na escola particular

39. Em que turno você cursou o ensino médio?

- somente diurno
- somente noturno
- parte diurno e parte noturno, predominando o diurno
- parte diurno e parte noturno, predominando o noturno
- integral (dois turnos)

40. A escola em que concluiu o ensino médio é

- Pública da PB
- Particular da PB
- Pública de outro Estado
- Particular de outro Estado

41. Em que ano você concluiu o ensino médio?

42. Você frequentou cursinho pré-vestibular?

- Sim
- Não

43. Qual a renda total mensal da sua família?

- até 1 salário mínimo
- de 1,1 a 2 salários mínimos
- de 2,1 a 3 salários mínimos
- de 3,1 a 5 salários mínimos
- de 5,1 a 10 salários mínimos
- de 10,1 a 20 salários mínimos
- mais de 20 salários mínimos

44. Você exerce algum tipo de trabalho remunerado?

- não
- sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais)
- sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais)
- sim, às vezes

45. Qual das seguintes alternativas melhor descreve a atual situação ocupacional de seu pai?

- está trabalhando com vínculo empregatício

- está trabalhando sem vínculo empregatício
- está desempregado
- é aposentado
- vive de rendimentos financeiros (aluguéis, aplicações bancárias, etc.)
- outra

46. Qual das seguintes alternativas melhor descreve a atual situação ocupacional de sua mãe?

- está trabalhando com vínculo empregatício
- está trabalhando sem vínculo empregatício
- está desempregada
- é aposentada
- vive de rendimentos financeiros (aluguéis, aplicações bancárias, etc.)
- outra

47. Qual a profissão do seu pai? (Escolha a categoria que mais se aproxima a profissão do seu pai. Se seu pai for aposentado ou falecido, indique a profissão que ele exerceu na maior parte de sua vida).

- Alto cargo político ou administrativo e assemelhados (Banqueiro, Senador, Deputado, Diplomata, Alto posto militar (Almirante, General, Brigadeiro), Alto posto administrativo no serviço público, Alto cargo de chefia ou gerência em grandes organizações e profissões semelhantes).
- Proprietário de grande empresa e assemelhados (Grande empresário, Comerciante, Industrial, Fazendeiro ou Prestador de serviços com mais de 100 empregados ou profissões semelhantes).
- Profissional Liberal e demais profissões de nível superior - Profissional liberal de nível superior (Médico, Engenheiro, Advogado, Dentista etc.), Cargo técnico-científico (Pesquisador, Químico-Industrial, Professor de ensino superior, Jornalista etc.).
- Diretor ou Gerente, Proprietário de empresa de porte médio e assemelhados - Tabelião, Prefeito, Vereador, Oficial de Força Armada (exceto Almirante, General e Brigadeiro), Dono de empresa de porte médio, Comerciante, Industrial, Fazendeiro ou Prestador de serviços (10 a 100 empregados), Chefe ou gerente de grande ou média empresa e profissões semelhantes.
- Supervisor ou inspetor de ocupações não manuais, proprietário de pequena empresa e assemelhados (Bancário, Oficial de Justiça, Professor do ensino fundamental ou médio, Despachante, Pastor evangélico, Representante comercial, Auxiliar administrativo ou de escritório, Funcionário público ou outra profissão que exija ensino médio completo, posto militar de Sargento, Subtenente e equivalentes, Pequeno Empresário, Comerciante, Industrial, Fazendeiro, Prestador de serviços (01-10 empregados) e profissões semelhantes).
- Profissões não manuais de rotina, Supervisor de trabalho manual, Profissões manuais especializadas e assemelhados (Telefonista, Mecanógrafo, Contínuo, Recepcionista, Motorista, Chefe de turma, Mestre de produção Fabril, Operário

qualificado (Mecânico, Gráfico, Metalúrgico, Ferramenteiro etc.), Cozinheiro ou Garçom de restaurante, Costureiro, Porteiro, Serralheiro, Marceneiro, Funcionário Público ou outra profissão que exija Ensino Fundamental completo (1º grau), Posto Militar de Soldado, Cabo ou equivalentes, Comerciante, Industriário, Dono de quitanda ou pequeno proprietário (sem empregados) e profissões semelhantes).

- Profissões manuais não especializadas (Operário não-qualificado, Servente, Carregador, Empregado doméstico, Gari, Biscateiro, Faxineiro, Lavador, Garrafeira, Pedreiro, Garçom de botequim, Cobrador de ônibus, Guardanoturno, Lavrador ou Agricultor (assalariado), Meeiro, Balconista de quitanda ou assemelhados, Vendedor Ambulante e profissões com características semelhantes).
- Ocupações do lar e assemelhadas (Dona-de-casa, Pessoa que depende financeiramente de outro(a), Desempregado(a)).
- Ocupação desconhecida (Desconhece a ocupação do pai ou da mãe).

48. Qual a profissão da sua mãe? (Escolha a categoria que mais se aproxima a profissão do seu pai. Se sua mãe for aposentada ou falecida, indique a profissão que ele exerceu na maior parte de sua vida).

- Alto cargo político ou administrativo e assemelhados (Banqueiro, Senador, Deputado, Diplomata, Alto posto militar (Almirante, General, Brigadeiro), Alto posto administrativo no serviço público, Alto cargo de chefia ou gerência em grandes organizações e profissões semelhantes).
- Proprietário de grande empresa e assemelhados (Grande empresário, Comerciante, Industrial, Fazendeiro ou Prestador de serviços com mais de 100 empregados ou profissões semelhantes).
- Profissional Liberal e demais profissões de nível superior - Profissional liberal de nível superior (Médico, Engenheiro, Advogado, Dentista etc.), Cargo técnico-científico (Pesquisador, Químico-Industrial, Professor de ensino superior, Jornalista etc.).
- Diretor ou Gerente, Proprietário de empresa de porte médio e assemelhados - Tabelião, Prefeito, Vereador, Oficial de Força Armada (exceto Almirante, General e Brigadeiro), Dono de empresa de porte médio, Comerciante, Industrial, Fazendeiro ou Prestador de serviços (10 a 100 empregados), Chefe ou gerente de grande ou média empresa e profissões semelhantes.
- Supervisor ou inspetor de ocupações não manuais, proprietário de pequena empresa e assemelhados (Bancário, Oficial de Justiça, Professor do ensino fundamental ou médio, Despachante, Pastor evangélico, Representante comercial, Auxiliar administrativo ou de escritório, Funcionário público ou outra profissão que exija ensino médio completo, posto militar de Sargento, Subtenente e equivalentes, Pequeno Empresário, Comerciante, Industrial, Fazendeiro, Prestador de serviços (01-10 empregados) e profissões

semelhantes).

- Profissões não manuais de rotina, Supervisor de trabalho manual, Profissões manuais especializadas e assemelhadas (Telefonista, Mecanógrafo, Contínuo, Recepcionista, Motorista, Chefe de turma, Mestre de produção Fabril, Operário qualificado (Mecânico, Gráfico, Metalúrgico, Ferramenteiro etc.), Cozinheiro ou Garçom de restaurante, Costureiro, Porteiro, Serralheiro, Marceneiro, Funcionário Público ou outra profissão que exija Ensino Fundamental completo (1º grau), Posto Militar de Soldado, Cabo ou equivalentes, Comerciante, Industriário, Dono de quitanda ou pequeno proprietário (sem empregados) e profissões semelhantes).
- Profissões manuais não especializadas (Operário não-qualificado, Servente, Carregador, Empregado doméstico, Gari, Biscateiro, Faxineiro, Lavador, Garrafeiro, Pedreiro, Garçom de botequim, Cobrador de ônibus, Guardanoturno, Lavrador ou Agricultor (assalariado), Meeiro, Balconista de quitanda ou assemelhadas, Vendedor Ambulante e profissões com características semelhantes).
- Ocupações do lar e assemelhadas (Dona-de-casa, Pessoa que depende financeiramente de outro(a), Desempregado(a).
- Ocupação desconhecida (Desconhece a ocupação do pai ou da mãe)

49. Qual o nível de instrução de seu pai?

- Não frequentou escola
- Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto
- Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo
- Ensino Médio (2º grau) ou equivalente incompleto
- Ensino Médio (2º grau) ou equivalente completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação (mestrado e/ou doutorado)

50. Qual o nível de instrução de sua mãe?

- Não frequentou escola
- Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto
- Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo
- Ensino Médio (2º grau) ou equivalente incompleto
- Ensino Médio (2º grau) ou equivalente completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação (mestrado e/ou doutorado)

51. Você teve dificuldade para ingressar na Educação Superior porque.

- estava indeciso na escolha do curso
- não conseguiu classificação no processo seletivo
- não tinha interesse por curso superior
- não conseguiu conciliar trabalho com estudo

não teve dificuldade

	LEIA AS AFIRMATIVAS A SEGUIR E RESPONDA CONFORME O GRAU DE CONCORDÂNCIA.	DISCORDO TOTALMENTE ←.....		CONCORDO TOTALMENTE→	
		1	2	3	4
1	Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar.				
2	Eu escolhi o curso porque me identifico com o curso.				
3	Eu escolhi o curso porque me prepara para o mercado de trabalho.				
4	Eu escolhi o curso porque me proporciona prestígio social.				
5	Eu estou no curso que sempre desejei cursar.				
6	Eu pretendo continuar matriculado no curso.				
7	Eu continuo no curso porque a família ajuda.				
8	Eu continuo no curso porque estou inserido num programa acadêmico de bolsa de estudos. (somente se é bolsista)				
9	Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil. (somente se é contemplado)				
10	Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional.				
11	Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.				

12	Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso.				
13	De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso.				
14	As salas de aula são confortáveis.				
15	Os laboratórios são bem equipados e confortáveis				
16	Sempre encontro o que preciso nas bibliotecas da UFPB.				

☞ **RESPONDA SOMENTE SE PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUM PROGRAMA ACADÊMICO COM BOLSA DE ESTUDOS**

52. Qual o programa acadêmico que participa ou que participou? _____

53. Qual a sua situação no programa acadêmico?

- concluído
 em andamento
 desistente
 Outro:

X	LEIA AS AFIRMATIVAS A SEGUIR E RESPONDA CONFORME O GRAU DE CONCORDÂNCIA.	DISCORDO TOTALMENTE		CONCORDO TOTALMENTE	
		←.....	→	
		1	2	3	4
1	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para qualificação profissional.				
2	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para qualificação profissional.				
3	Minha participação no programa				

	acadêmico contribuiu ou contribuirá para produção acadêmica.				
4	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para formação crítica e social.				
5	Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para dar continuidade nos estudos.				
6	O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é o valor da bolsa de estudos.				
7	O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a orientação inadequada.				
8	O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a complexidade no desenvolvimento da pesquisa.				
9	O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a carga horária.				

☞ RESPONDA SOMENTE SE ESTÁ CONTEMPLADO EM ALGUM PROGRAMA ASSISTENCIAL OU TENHA SE CANDIDATADO A UM DELES.

	LEIA AS AFIRMATIVAS A SEGUIR E RESPONDA CONFORME O GRAU DE CONCORDÂNCIA.	DISCORDO TOTALMENTE		CONCORDO TOTALMENTE	
		←.....	→	
		1	2	3	4
1	Os programas de assistência estudantil				

	são amplamente divulgados.				
2	É fácil e simples candidatar-se a um programa de assistência.				
3	Os recursos (materiais, físicos, humanos) fornecidos aos estudantes pelos programas são eficientes.				
4	Os recursos (materiais, físicos, humanos e financeiros) fornecidos aos estudantes pelos programas são suficientes				

54. Assinale o(s) programa(s) em que você está contemplado.

- Restaurante Universitário
 Residência Universitária
 Auxílio moradia
 Bolsa permanência
 Apoiador

55. Caso esteja contemplado com outro programa de assistência, cite abaixo. _____

RESPONDA SOMENTE SE FOR CONCLUINTE OU ESTÁ PERTO DE CONCLUIR O CURSO.

	LEIA AS AFIRMATIVAS A SEGUIR E RESPONDA CONFORME O GRAU DE CONCORDÂNCIA.	DISCORDO TOTALMENTE		CONCORDO TOTALMENTE	
		←.....	→	
		1	2	3	4
1	A minha permanência no curso foi favorecida pela ajuda da família.				
2	A minha permanência no curso foi favorecida por estar num programa acadêmico de bolsa de estudos.				
3	minha permanência no curso foi favorecida por ter sido contemplado com assistência estudantil.				

56. Muito obrigada pela sua contribuição. Caso deseje fazer algum comentário ou tenha percebido falta de algum item que considera importante, por favor, descreva

abaixo. _____

Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da UFPB – Centro de Ciências da Saúde.
Número do Parecer: 2.509.115.